

# FOLHA EXPLICA

Economia

MARX

JORGE GRESPAN

O surgimento dos enormes conglomerados financeiros e industriais, a crescente substituição de mão-de-obra por máquinas cada vez mais sofisticadas, a irradiação da forma de mercadoria a quase todos os produtos e relações sociais, as crises econômicas, a política como manifestação de conflitos sociais, o predomínio da especulação financeira sobre a criação de valores efetivos – tudo isso está previsto e criticado na obra de Karl Marx (1818-83), cuja influência sobre as mais diversas áreas continua enorme.

Explicar Marx implica explicar nada menos que o dinheiro e o capital, o capitalismo e as relações sociais nesse sistema; implica ainda imaginar alternativas para muitos dos problemas centrais do nosso tempo.

*Jorge Grespan é professor de Teoria da História na USP.*

ISBN 978-85-7402-940-5



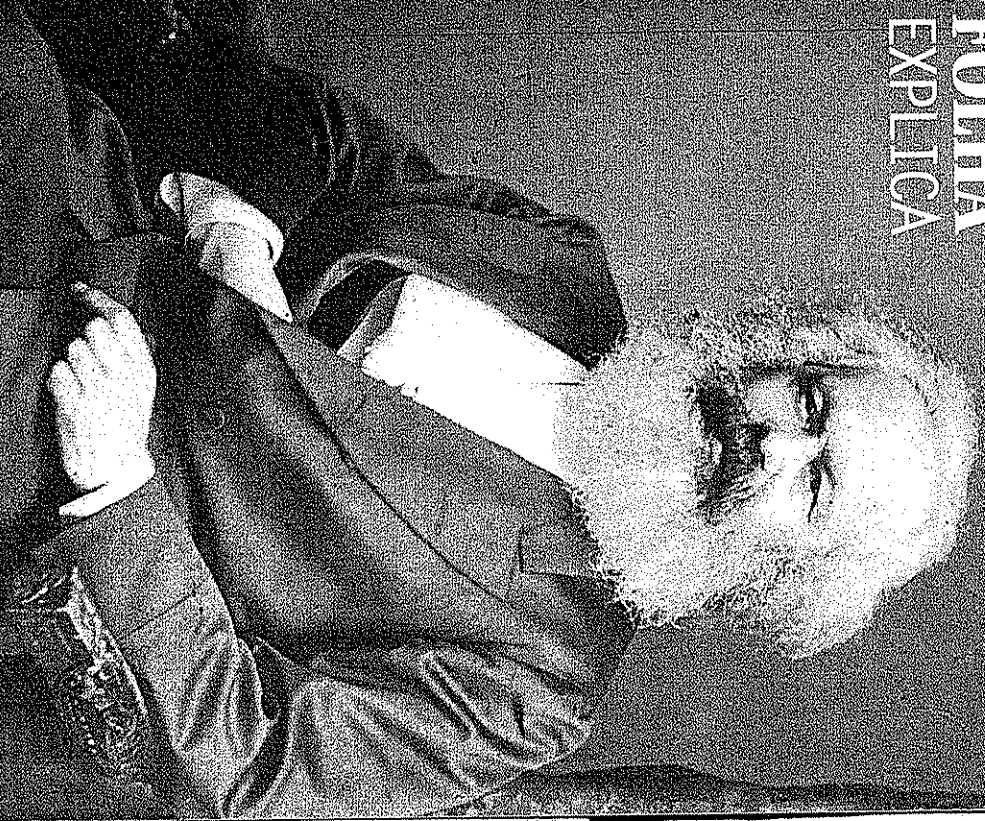
9 788574 029405

PUBLIFOLHA  
www.publifolha.com.br

PUBLIFOLHA

# FOLHA EXPLICA

MARX

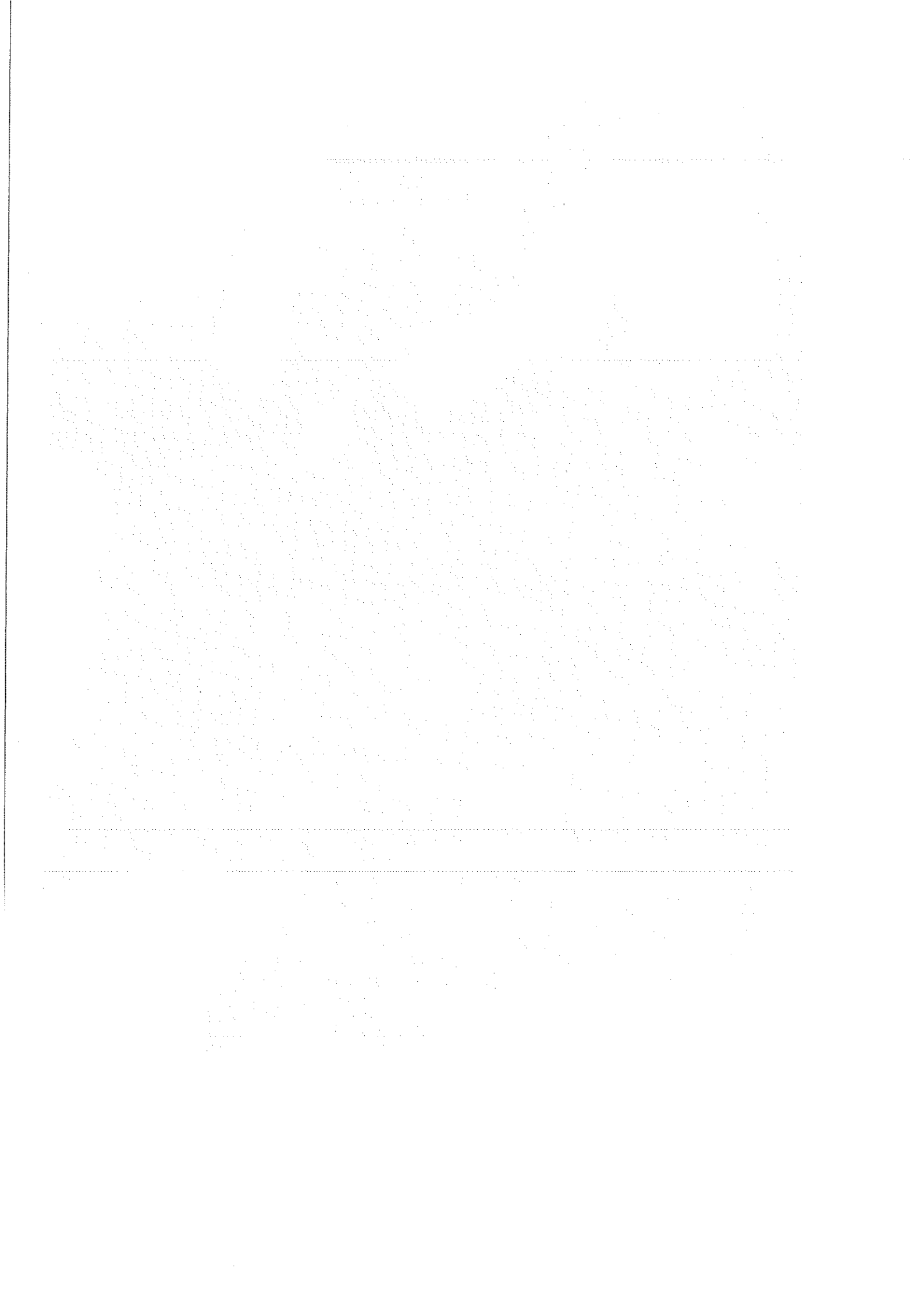


MARX

JORGE GRESPAN

FOLHA EXPLICA

PUBLIFOLHA



**CONSELHO EDITORIAL**

Alcino Leite Neto  
Ana Lucia Busch  
Antônio Manuel Teixeira Mendes  
Arthur Nestrovski  
Carlos Heitor Cony  
Contardo Calligaris  
Marcelo Coelho  
Marcelo Leite  
Otavio Frias Filho  
Paula Cesarino Costa

**FOLHA  
EXPLICHA**

**MARX**

**JORGE GRESPIAN**

**PUBLIFOLHA**

© 2008 Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhum modo ou por nenhum meio sem o permesso expresso e por escrito da Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S.A.

Editor  
Arthur Nestovski

Assistência editorial  
Cornelia Soriano

Produção gráfica  
Soraila Paull Scorpa

Assistente de produção gráfica  
Marilena Metidieri

Projeto gráfico da coleção  
Sílvia Ribeiro

Revisão  
Luicy Caetano de Oliveira e Renata Potenza Rodrigues / Verba Editorial

Edição eletrônica  
Carla Castilho | Estúdio

Capa  
Publifolha

Imagem da capa  
Erich Lessing / Album

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Campana Brasileira de Livro, SP Brasil)

Greison, Jorge  
Marx / Jorge Greison. – São Paulo : Publifolha, 2008. –  
(Folha explic.: v. 78)

Bibliografia.  
ISBN 978-85-7402-940-5

1. Filosofia marxista 2. Marx, Karl, 1818-1883  
3. Socialismo I. Título. II. Série.

08-05491 CDD-320.5315

Índices para catálogo sistemático:

1. Marxismo: Socialismo: Ciência Política 320.5315  
2. Socialismo marxista: Ciência Política 320.5315

## PUBLIFOLHA

Divisão de Publicações do Grupo Folha

Al. Bordo de Linheira, 401, 6º andar  
CEP 01202-900, São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3224-2186/2187/2197  
www.publifolha.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: UMA TEORIA  
CRÍTICA DA SOCIEDADE..... 7

1. A ALIENAÇÃO..... 13

2. MERCADORIA E CAPITAL..... 23

3. O FETICHISMO, PARA ALÉM DA MERCADORIA..... 35

4. IDÉIAS E REPRESENTAÇÕES..... 45

5. CRISES E FINANÇAS..... 55

6. HISTÓRIA E REVOLUÇÃO..... 67

CONCLUSÃO: O LEGADO DE MARX..... 77

CRONOLOGIA..... 83

BIBLIOGRAFIA..... 87

INTRODUÇÃO:  
UMA TEORIA CRÍTICA  
DA SOCIEDADE

valores efetivos, com a consequente projeção para um futuro incerto de todos os preços e expectativas — tudo isso está em *O Capital* como tendência resultante dos processos então observados. Explicar a obra de Marx, portanto, é tarefa que parece esbarrar no lugar-comum de situações consideradas hoje normais, a tal ponto que dispensam explicações.

Mas desmascarar esta normalidade, isto é, o modo com que condições sociais historicamente específicas se apresentam como eternas e naturais, é justamente um dos objetivos centrais de tal obra.

Mais do que descritiva e explicativa, ela é uma teoria crítica da sociedade atual, descobrindo a correlação profunda entre as dimensões positiva e negativa de sua realidade. Inspira-se para tanto na dialética de Georg Hegel (1770-1831), cujo caráter idealista condena, conservando o que chamará de “núcleo racional”. Em poucas palavras: a dialética reproduz o movimento contraditório pelo qual algo se apresenta como o inverso do que é. Em sua versão hegeliana, de acordo com Marx, a dialética revelaria que, por trás da aparente diversidade das coisas, se oculta o oposto, a *unidade essencial do mundo* — descoberta de enorme poder consolador. Na versão materialista de Marx, porém, a dialética mesma é invertida, e tem a função crítica de revelar a *desigualdade social* na base da igualdade de todos perante a lei, característica da sociedade civil moderna.

A partir daí, é possível entender as decorrentes estratégias de inversão e de encobrimento pelas quais as relações sociais decisivas criam toda uma outra camada de realidade, com relações sociais opostas à da camada primeira. Assim, o implacável vínculo existente entre os indivíduos é de tal ordem que se manifesta como independência mútua desses indivíduos, como se entre eles o vínculo fosse ténue. Onde decorrem a

**E**xplicar o pensamento de Karl Marx (1818-83) não parece ser, à primeira vista, algo muito difícil. Afinal, ele queria ser entendido. Fazia parte de sua teoria que ela pudesse cooperar na transformação das condições da sociedade capitalista, sendo assimilada, discutida e posta em prática já pelos operários do seu tempo.

Por outro lado, seu poder de previsão demonstrou ser tão grande que o mundo em que hoje vivemos acabou se tornando demasiado semelhante ao das tendências descritas por Marx. O surgimento dos enormes conglomerados financeiros e industriais, invertendo a lógica da concorrência do século 19; o processo gradual de substituição de mão-de-obra por máquinas cada vez mais sofisticadas; a irradiação da forma de mercadoria a quase todos os produtos e relações sociais; as crises econômicas; a política como manifestação de conflitos sociais distributivos; o predomínio crescente da especulação financeira sobre a criação de

senção de liberdade e o individualismo exacerbado. A igualdade, portanto, é determinada pela desigualdade: a liberdade individual, pelo nexó inextricável de relações de mercado.

E tudo isso aparece como algo natural, que sempre foi e será como agora, para o que não há alternativa. Mas esta normalização de condições muito específicas, esta naturalização de situações históricas, diz Marx, não é uma mera ilusão de ótica, e sim também resultado da maneira com que a sociedade capitalista se estrutura. Com o conceito de "fetichismo", ele fornece uma explicação extremamente rica e fértil para tais processos, seguida e desenvolvida por importantes vertentes filosóficas e sociológicas do século 20.

A crítica social, por outro lado, tem como contrapartida a da sua teorização pelos economistas. Dedicado desde a juventude ao estudo da Economia Política, disciplina fundada no século 17, na Inglaterra das revoluções burguesas, Marx aqui contou com o estímulo e a colaboração de seu grande amigo Friedrich Engels (1820-95). Juntos escreveram vários textos; e na maturidade Engels continuou ajudando Marx em alguns pontos da grande obra sobre a economia moderna que este preparou durante longos anos. Tratava-se de apontar, nas lacunas teóricas das obras dos economistas, a atuação da realidade social mesma que eles explicavam sempre só parcialmente. E que os processos mencionados acima produziam até no plano do pensamento uma visão individualista e naturalizada da economia dita de mercado.

A constatação de que esta visão não se enfraqueceu hoje em dia — ao contrário, tornou-se quase hegemônica — permite avaliar o quanto a crítica de Marx ganhou atualidade. Ela não nega os fenômenos do mercado, das decisões individuais, da liberdade de movimento dos agentes econômicos; mas também não

aceita que tais fenômenos sejam simplesmente dados naturais, e procura revelar sua origem em uma camada da sociabilidade que se oculta neles como seu avesso. Com isso, Marx obtém uma perspectiva muito mais abrangente e adequada da dinâmica social capitalista, de simultâneo progresso e destruição.

De fato, já o *Manifesto Comunista* (de 1848) faz o diagnóstico eloqüente do tempo instituído pelo capital: "Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado".<sup>1</sup>

Os capítulos a seguir procurarão desenvolver essas questões, apresentando a crítica de Marx desde o conceito de "alienação", elaborado ainda em sua juventude. Apesar do quase inevitável começo pelo começo, a abordagem não se conduzirá pelo fio condutor da biografia intelectual do autor, mas por um ordenamento de idéias, mais significativo para a compreensão do que interessa. A perspectiva dialética do capitalismo aí aparecerá pelos conceitos de *fetichismo*, *ideologia*, *crise e revolução*.

<sup>1</sup> K. Marx e F. Engels, *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; p. 43.

# 1. ALIENAÇÃO



simplesmente criticar a Filosofia do Direito de Hegel, apontando seus defeitos teóricos ou vícios conservador, mas de relacioná-la à realidade que ela buscava elaborar. O verdadeiro objeto da crítica devia ser essa realidade, as contradições profundas da sociedade civil, que Hegel teve o mérito de apontar, mantendo porém a ilusão de esperar que fossem resolvidas no âmbito do Estado. Tarefa impossível, como demonstrou Marx, pois a tentativa de conciliar o bem público com o particular levaria antes ao rebaixamento do Estado, à condição de mero executor de interesses dos proprietários privados mais poderosos.

E foi na discussão da propriedade privada, mais exatamente com a passagem dessa discussão do âmbito jurídico ao econômico, que Marx encontrou o tema central de sua teoria da sociedade e da história.

Depois de obter o grau de doutor em filosofia, ele começou a trabalhar como jornalista, profissão que lhe renderia o sustento por toda a vida. Ao se defrontar então com o problema dos "interesses materiais", como escreverá mais tarde num famoso prefácio,<sup>2</sup> começou a estudar as condições efetivas de vida e de trabalho dos camponeses e operários alemães; chegando à conclusão de que: "relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraizam nas relações materiais de vida [...] a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política".



ai! Marx começou sua carreira intelectual estudando Direito na Universidade de Bonn, mas em seguida se transferiu para Berlim e para a filosofia. Mais próximo assim da intensa polêmica sobre a herança teórica de Hegel, que se travava naquele fim da década de 1830, ele não deixou completamente de lado a formação jurídica e tomou como ponto de partida uma crítica à filosofia do Estado do velho mestre. Nisso já se distinguia de companheiros como Ludwig Feuerbach (1804-72) e Bruno Bauer (1809-82), que, apesar de também preocupados com temas políticos, embasavam suas críticas na filosofia da religião.

Num momento em que a industrialização finalmente alcançava a região do Reno, insuflando fortes reivindicações liberais, Marx considerou que os fenômenos religiosos não representavam o aspecto essencial do problema alemão, sendo no máximo uma forma reflexa da questão política e social. E nem se tratava de

<sup>2</sup> K. Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 25.

Esta precedência, dentro do complexo sistema social, das relações voltadas diretamente à manutenção da vida proporcionou a Marx uma concepção do mundo justamente chamada por ele de "materialismo". A concepção oposta, o "idealismo" característico da filosofia clássica alemã de Kant a Hegel, Marx objetiva em geral que a esfera das idéias nunca corresponde adequadamente à esfera do fazer, não podendo, muito menos, constituir um domínio de algum modo *a priori*, isto é, anterior à experiência, ao fazer.

Mais especificamente, para o "materialismo", a esfera "ideal" das relações jurídicas refletiria de modo apenas unilateral as relações reais de propriedade privada, que balizam as atividades "materiais" e a divisão do trabalho entre os homens.

Trata-se de um reflexo unilateral, porque para o direito de propriedade o que interessa é a norma, a relação formal entre a pessoa e o objeto da propriedade, sem importar o uso particular que se faz do objeto. Em outras palavras, o que o direito garante ao proprietário é a liberdade, dentro de certos limites também legais, de usar e de dispor de uma coisa; mas não prescreve qualquer uso ou disposição determinada. Do ponto de vista econômico, porém, o sentido do uso é decisivo: muitas vezes, uma mesma coisa pode ser tanto objeto de consumo final, satisfazendo necessidades e fantasias do consumidor, quanto se tornar instrumento de trabalho, produzindo outros objetos. Em ambos os casos, só importa ao direito assegurar à pessoa a liberdade de usar a coisa, independentemente de ela ser usada como meio de subsistência ou como meio de produção. A esfera "ideal", jurídica, não precisa considerar uma diferença que a esfera "material de vida", no entanto, revela como essencial.

O sentido e a relevância da distinção é que conforme o direito todas as pessoas são por princípio proprietárias privadas, pelo menos dos meios de que necessitam para viver. Conforme o lado econômico, porém, todos são proprietários privados dos meios de consumo, mas nem todos o são dos meios de trabalho.

E não o são, pela forma mesma com que historicamente surge a propriedade privada moderna. Para Marx, ela não é um direito eterno do homem, nem existiu sempre, uma vez que corresponde a uma determinada forma de *divisão do trabalho* e de divisão dos instrumentos de trabalho. Trata-se em primeiro lugar, portanto, da divisão desses instrumentos, isto é, dos meios de produção, e só a partir daí dos meios de consumo.

A apropriação privada — quer dizer: excludente — de meios de produção como a terra, por exemplo, ocorreu pelo mesmo ato histórico em que os camponeses foram despojados de suas posses e obrigados a trabalhar como assalariados para o proprietário privado. Nem faria sentido concentrar a propriedade de um lado, se não houvesse, de outro, mão-de-obra para trabalhar nela. E, quanto mais a propriedade se concentrava, menos o proprietário conseguia sozinho dar conta do trabalho; ele precisou encontrar trabalhadores disponíveis para trabalhar para ele, postos em disponibilidade por não possuírem eles mesmos mais nenhuma propriedade, a não ser a da sua pessoa e força de trabalho.

Esse ato histórico é chamado por Marx de "acumulação original" do capital, "original" porque é o ponto de partida de toda a acumulação posterior de capital, mas também aludindo ao "pecado original" bíblico: como ali, a modernidade é marcada desde o começo por uma cisão profunda, no caso, entre propriedade e trabalho. Marx a localiza no processo dos "cercamentos" da Inglaterra do século 16, quando a

nova classe proprietária expulsa os camponeses e certa a terra, destinada agora à criação de ovelhas, à produção de lã que abastecerá a futura indústria têxtil britânica. A alta produtividade dessa pecuária está assegurada pela concentração da propriedade em poucas mãos; e a força de trabalho, agora assalariada, é formada pelos antigos camponeses que não têm outra fonte de sustento que o seu trabalho.

Mas os trabalhadores a partir desse momento não são mais escravos ou servos; são homens "livres", que trabalham por contrato e não mais por vínculo pessoal e compulsório, com direito de ir e vir. Marx ironiza o sentido duplo dessa "liberdade" do assalariado, obtida à custa da sua ligação com a terra e da posse dos meios de produção. Com ela, o trabalhador pode seguir por toda a parte o capital, que lhe dá emprego ora aqui, ora ali, de acordo com a variação do lucro; com ela, o trabalhador pode ser demitido, sempre que conveniente ao capital, sem que a sua sobrevivência seja mais um problema. Mas com ela, por outro lado, o trabalhador se apresenta socialmente também como proprietário de mercadoria — a sua própria força de trabalho, antes de tudo. Ele está assim em pé de igualdade jurídica com o capitalista, seu empregador, sendo este o elemento que confere o aspecto igualitário ao sistema social moderno.

A igualdade jurídica garante a necessária liberdade do trabalho diante do capital, necessária para que este se acumule também livremente, mas é fruto da cisão entre propriedade e trabalho, de outro modo, sendo reposta pela desigualdade social profunda. Igualdade e desigualdade, em planos distintos, se opõem e determinam reciprocamente. São opostas, e por isso se complementam, definindo um tipo de relação que Marx chamará de "dialética", mais uma vez respondendo a Hegel.

É assim ele formula já a sua crítica à sociedade moderna, dominada pelo capital: não é que a igualdade jurídica seja em si ilusória, mas ela oculta a desigualdade social na sua base; ou ainda, o ilusório não é que possa existir igualdade jurídica, e sim que esta corresponda a uma igualdade social. Tomar o aspecto jurídico como o todo da sociabilidade comandada pelo capital é o erro "idealista" que deve ser criticado.

Tal erro não resulta de mera cegueira subjetiva; é a própria articulação dessa sociabilidade que o engendra. A perda da propriedade dos meios de produção pelo trabalhador forma a base de um processo generalizado de perda de controle sobre as condições da vida. Cada vez mais "confronta-se com essas forças produtivas a maioria dos indivíduos, dos quais essas forças se separaram e que, por isso, privados de todo conteúdo real de vida, se tornaram indivíduos abstratos, mas que somente assim são colocados em condições de estabelecer relações uns com os outros na qualidade de indivíduos".<sup>3</sup>

A propriedade privada implica que os indivíduos são "privados de todo conteúdo real de vida", tornam-se "abstratos". A situação social de desigualdade do trabalho em face da propriedade cria a igualdade jurídica, mas também uma igualdade na "abstração", em que o indivíduo moderno se define pela homogeneidade, pela perda de particularidades.

Na sua juventude, Marx denominou esse fenômeno de "alienação", retomando mais um conceito caro ao meio filosófico. Cunhado por Hegel, o termo designava para ele o momento em que o "espírito" se

<sup>3</sup> K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 72.

faz outro, distinto de si mesmo, "alheio" justamente, criando uma realidade objetiva onde a seguir se reconhece. O que jovens críticos como Feuerbach recusavam era a garantia desse reconhecimento final: tomado o caso da "alienação" religiosa, ela significa que o indivíduo não lembraria mais que "Deus" havia sido criação coletiva humana, e passaria a imaginá-lo como dotado de existência autônoma; mais, invertendo a relação, imaginaria ter sido criado por ele.

A "alienação" de Marx diz respeito à situação social moderna, mas conserva a forma dos movimentos de autonomização e inversão. Privado da propriedade dos instrumentos de trabalho, o indivíduo também não poderia se reconhecer plenamente no produto do seu trabalho, tendo acesso a ele só mais tarde, depois de comprá-lo no mercado. Ou seja, em vez da apropriação imediata do produto proporcionada já pelo ato do trabalho, a apropriação para consumo só virá mediante a compra posterior passando pela mediação do mercado.

Por isso, como vimos, todos são por princípio proprietários privados, mas só dos meios de consumo. Mas é a perda da propriedade dos meios de produção pela maioria que cria essa situação. Se aquela perda de propriedade configura uma autonomização das condições de trabalho diante do trabalhador, então ela também configura uma autonomização do mercado diante do consumidor. Nos dois casos, o indivíduo perde o controle sobre o todo social.

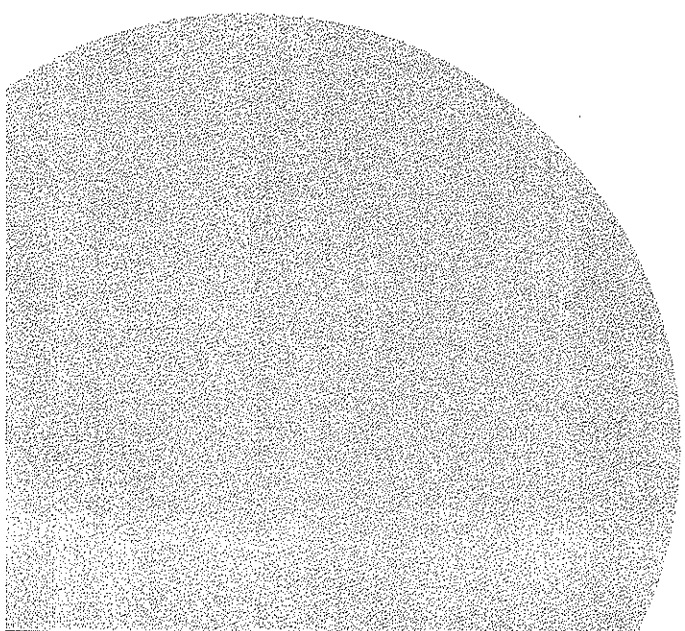
Marx então pode dizer que "a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado".<sup>4</sup> Nessa formulação famosa da "alienação", da "estranheza" do poder social

em face dos indivíduos a partir dos quais esse poder é instituído, aparece claramente o duplo movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e de distribuição dos frutos do trabalho se autonomizam dos indivíduos, que não têm mais controle pleno delas. Em seguida, aparecem como "um poder que subjuga" os seus criadores "em vez de ser dominado" por eles, como seria natural pelo fato de eles o terem criado. Ocorre uma inversão, pela qual o produto aparece como o produtor e vice-versa.

Dessa inversão resulta uma espécie de mal-estar generalizado, em que o homem moderno se encontra, sem achar exatamente a sua origem. Ele se orgulha de ter alcançado a liberdade e a autonomia individual, mas essa individualização só ocorre pela perda das diferenças qualitativas: a produção e o mercado conseguem lidar apenas com o indivíduo médio, normal, resultante de um processo de normalização, de "abstração", nas palavras de Marx. Essa é a igualdade refletida no preceito jurídico de que a lei não faz diferenças nem reconhece privilégios. Ela vale somente porque instituída pelo "poder estranho" em que a sociabilidade se converteu e que faz todos sentirem, pelo menos alguma vez na vida, quando é possível refletir, que algo da vida lhes escapa.

<sup>4</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 37.

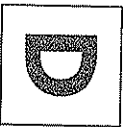
## 2. MERCADORIA E CAPITAL



mesmo panfletos anônimos. O trabalho era imenso, demandou muitos anos e teve de ser reelaborado várias vezes. Depois de uma fase inicial, em que foi preciso aprofundar e detalhar o que escrevera na década de 1840, Marx reúne grande material e pensa poder publicar a sua obra, chegando a lançar em 1859 um livro inicial: *Para a Crítica da Economia Política*. Mas então se dá conta de que era preciso ainda mais estudo, retoma tudo, e finalmente publica o primeiro volume de *O Capital* em 1867.

Os dois volumes seguintes seriam publicados apenas depois de sua morte, em 1885 e 1893, pelo seu velho companheiro Engels. E muito material de pesquisa veio à luz somente no século 20.<sup>6</sup>

Uma das dificuldades principais desse trabalho era encontrar o modo adequado de apresentação, que devia ser simultaneamente crítica e compreensiva. A solução por fim foi começar com a *análise da mercadoria*, não porque ela fosse a primeira forma histórica do capitalismo, e sim por ser a forma mais geral do sistema constituído em seus traços essenciais, tal como se expunha a Marx. É como mercadoria que aparece a força de trabalho e até o capital, em sua forma financeira. A apresentação das várias formas em que se articula o sistema deveria, portanto, partir desse elemento mais geral e reproduzir o encadramento real que existe entre elas, cada vez mais complexo, mais particularizado em suas ramificações. Vejamos como Marx inicia sua análise.



Desde jovem Marx sabia que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na *Economia Política*”,<sup>5</sup> de modo a conceber seu programa de pesquisa como uma crítica dessa ciência, que o acompanhará até o fim da vida. Tal tarefa foi facilitada quando, depois de sucessivas estadas e exílios da Prússia, França e Bélgica, ele acabou se fixando definitivamente em Londres em 1849. Ali ele aprendeu bem o inglês, idioma dos principais economistas desde William Petty (1623-87), até Adam Smith (1723-90) e David Ricardo (1772-1823), e teve o acesso imprescindível ao arquivo do Museu Britânico.

Com enorme paciência, Marx lê e relê várias vezes não apenas as obras principais como também pequenas brochuras de autores hoje esquecidos e

<sup>5</sup> K. Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, op. cit., p. 25.

<sup>6</sup> A história dessa longa elaboração é analisada em R. Rosdolsky, *Crise e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## ANÁLISE DA MERCADORIA

A mercadoria é a forma, historicamente específica, em que se pode apresentar o produto do trabalho, quando não destinado ao consumo do próprio produtor ou a trocas apenas eventuais, e sim ao mercado. Existiu em várias sociedades antes da atual, mas só se tornou dominante com a generalização do trabalho assalariado, isto é, com a transformação da força de trabalho *em mercadoria*: nesse momento, a fonte criadora das mercadorias adquire, ela mesma, a forma social daquilo que cria.

Mas o produto destinado ao mercado tem de ter uma qualidade que lhe permita ser trocado por outros produtos, algo que permita a ele a comparação com coisas completamente diferentes, pois é nisso de fato que consiste a troca. Essa qualidade, diz Marx, é o *valor*.

Para além da utilidade das mercadorias, tão variável que não pode fornecer a base para uma comparação geral, o valor tem de se estabelecer a partir de algo comum a todas elas. A única qualidade compartilhada por todas as mercadorias é a de serem produtos de trabalho humano, o que não é uma simples qualidade física, mas social, pertinente apenas dentro de um quadro de relações entre pessoas. Esse ponto é fundamental, pois embora o valor tenha uma contrapartida tangível, ou seja, o trabalho que é medido em dispêndio de energia, tal medida ganha relevo e significado apenas ao ser adotada como baliza de relações sociais.

É nesse sentido que a dimensão *concreta* do trabalho, a particularidade de seus materiais e operações, também se diferencia de uma dimensão *abstrata*, o mero gasto de força física e mental que qualquer trabalho envolve em graus distintos. Na primeira dimensão, o trabalho é chamado por Marx de “concreto” ou “útil”;

porque é de onde resulta a particularidade do produto que lhe confere uma utilidade específica; na segunda dimensão, o trabalho é “abstrato”, pois justamente se abstrai daquela particularidade e se apresenta de modo a poder ser comparado e medido nas mais diversas mercadorias.

É a dimensão abstrata do trabalho que permite trocar mercadorias. Embora sempre exista como realidade tangível, a mera energia do trabalhador só adquire importância em sociedades que precisam medi-la para assim equiparar o valor de mercadorias. Seu significado é social e histórico, portanto.

Marx afirma, com razão, ter sido o primeiro a distinguir entre as duas dimensões decisivas do trabalho. O que não quer dizer que a distinção seja algo subjetivo, apenas estabelecida por quem analisa o processo de troca. Ao contrário, é a própria sociedade mercantil que, pela reiteração das trocas, acaba por fixar objetivamente tais abstrações e valores: “essa coisa do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas”.<sup>7</sup>

Se um produto não destinado à troca tem somente valor de uso, o destinado ao mercado tem também valor, ou seja, na mercadoria convivem ambas as determinações. Essa dupla dimensão é que permite a análise da troca, inicialmente da troca simples e direta de uma mercadoria pela outra, sem emprego de dinheiro, pois Marx propõe justamente deduzir a forma dinheiro de tal análise.

<sup>7</sup> K. Marx, *Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1983; volume 1, tomo 1, p. 71.

Resumindo um tanto a dedução, quando confrontadas numa situação de troca, as duas mercadorias exercem papel diferente: a primeira expressa seu valor na segunda, e esta expressa o valor da primeira; o valor da segunda mercadoria funciona como equivalente ao da primeira. Se sempre uma mesma mercadoria estiver nesta posição de equivalente, ela será definida como “dinheiro”. A princípio ele é uma mercadoria como as demais, mas, a seguir, uma mercadoria especial, porque cumprirá a função de expressar o valor de todas as outras como equivalente; só o dinheiro exercerá esse papel e ele só exercerá esse papel. Marx chama o dinheiro por isso de “equivalente geral”.

A dedução do dinheiro a partir da mercadoria, além de solucionar problemas difíceis enfrentados até hoje pela teoria econômica, visa revelar o caráter essencialmente social da forma dinheiro, que não é mero artifício técnico para facilitar as trocas. Mais do que nas simples mercadorias, no dinheiro se expressa o poder articulador das trocas da sociedade mercantil, pois ele está presente em praticamente todas, que organiza e preside. Os diferentes produtores só têm acesso ao que outros produziram pelo emprego do dinheiro, obtido depois de eles mesmos terem vendido suas próprias mercadorias.

O começo da apresentação de *O Capital* fica res- trito a esse âmbito de sociabilidade, em que os indivíduos se diferenciam pela produção de diversos tipos de mercadoria e se relacionam uns com os outros pela troca delas, mediada pelo dinheiro. Cada um precisa obter o que outros produziram, precisa comprar as mercadorias dos outros e, para tanto, vender as suas. O dinheiro ainda é determinado como o meio de realizar o movimento de “vender para comprar”, de realizar a finalidade de adquirir bens para consumo.

Por outro lado, conforme mencionado, toda essa análise fundamenta a compreensão do capitalismo. Con- stituído pela relação entre a força de trabalho e o capital, tal sistema ultrapassa e subverte a finalidade simples de “vender para comprar”, embora a conserve em parte. Examinemos como isso ocorre.

## O CAPITALISMO

De início, é como circulação de mercadorias que apa- rece a relação entre força de trabalho – mercadoria vendida pelo trabalhador – e capital – o dinheiro com que o capitalista compra essa mercadoria, isto é, com que paga o salário. Nessa esfera de circulação, o dinhei- ro do salário é equivalente ao valor da força de trabalho, como ao de qualquer outra mercadoria. Aqui reina a equivalência das trocas, a igualdade entre capitalistas e trabalhadores, a isonomia jurídica entre as partes que celebram contrato, vista no capítulo anterior.

A desigualdade social entre eles aparecerá na reali- zação do contrato, isto é, quando o trabalhador trabalhar para o capitalista. Ele o fará utilizando matéria-prima e instrumentos que são de propriedade do capitalista, de modo que também a este último caberá a propriedade do produto. Em troca do seu trabalho, o trabalhador receberá o salário. É nesse ponto que Marx localiza o surgimento do excedente de valor, a *mais-valia*, que ex- plica a lógica do capitalismo.

Pois o valor que a força de trabalho deve receber para repor seu dispêndio de energia física e mental, para poder continuar trabalhando e criar filhos que trabalharão no futuro – esse valor, que se realiza no salário, é totalmente distinto do valor do produto que



o trabalhador produz para o capitalista vender. A força de trabalho e o seu produto são coisas independentes uma da outra, de modo que seu valor também o é. Se o valor do produto for maior que o da força de trabalho, a diferença dos dois representará um ganho para o capitalista, o "mais-valor" ou "mais-valia". Se for menor, haverá perda, e não valerá a pena para o capitalista contratar mão-de-obra e produzir.

Como o valor se calcula em tempo, tomando uma jornada de trabalho é fácil verificar que num certo momento, depois de algumas horas, os trabalhadores produziram uma quantidade de produto que, se vendido pelo capitalista, permitiria a ele já pagar os salários. É o que Marx chama de "trabalho pago". Só que os trabalhadores trabalham para o capital e não para si mesmos. No contrato proposto pelo capitalista, eles devem trabalhar por uma jornada mais longa do que aquela suficiente para criar o equivalente aos seus salários. O valor que eles produzem nesta segunda etapa é o que corresponde à mais-valia ou, ao "trabalho não pago". Em princípio, de qualquer maneira, trata-se de dois valores distintos.

Ou seja, a mais-valia não surge necessariamente da sub-remuneração da força de trabalho. Nas palavras de Marx, "a circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia-jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro [...] é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor".<sup>8</sup>

Independente das magnitudes do exemplo de Marx, importa reparar nas palavras: o fato de o valor da força de trabalho ser menor que o da jornada inteira é uma "circunstância", uma "sorte" para o capitalista,

é uma realidade criada pelo sistema social e não diretamente pelo capitalista como indivíduo. A mais-valia não decorre de uma atitude imoral, de modo que não há "injustiça contra" o trabalhador.

Sem dúvida, uma vez que o sistema está constituído sobre o diferencial entre "trabalho pago" e "não pago", ele abre a possibilidade para a prática de sub-remuneração — quando o salário efetivo é inferior ao que a força de trabalho deveria receber para sua manutenção — e para imoralidades de todo o tipo por parte de capitalistas mais gananciosos. Mas se não houvesse isso, se todos os indivíduos fossem perfeitamente morais, mesmo assim ocorreria a extração de mais-valia. A falta de escrúpulo individual pode até mesmo aumentar a magnitude do excedente que um capitalista obtém, mas ele o obteria mesmo sendo escrupuloso. Marx enfatiza bastante esse ponto para deixar claro que uma simples reforma moral dos indivíduos não alteraria substancialmente o sistema social em que eles vivem. É preciso que o sistema seja total e profundamente modificado.

O sistema de que se trata é o de produção de mercadorias, nas quais agora se sabe estar contido não apenas valor, e sim mais-valia. É a criação de mais-valia que se torna a finalidade da produção, subvertendo e ultrapassando o marco do mero "vender para comprar" que vimos antes. Marx afirma: "[...] a venda para compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação de [...] capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável".<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 160.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 129.

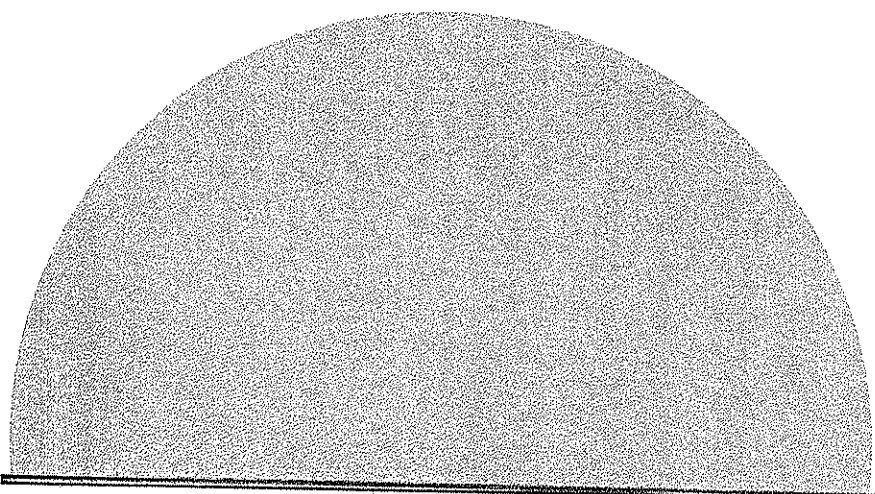
O objetivo final do capital em produzir mercadorias é obter lucro, a expressão da mais-valia em dinheiro. A "satisfação de necessidades" converteu-se, de fim, em simples meio, pois, para vender as mercadorias que contêm mais-valia, é necessário ainda que elas interessem a compradores. O movimento pode ser descrito no caso presente pela fórmula "comprar para vender"; vender mais caro, evidentemente. Mas o excedente não é obtido na esfera da circulação, da compra e venda, e sim na da produção: o capitalista compra material e força de trabalho, esta produz para ele mercadorias com um valor novo e maior, realizado pelo capitalista pela venda delas. Ele vende mais caro não exatamente o que comprou, a força de trabalho, mas o produto que esta lhe entrega.

Por que então Marx começa com uma descrição mais simples do capitalismo, onde sua finalidade aparece invertida? Não porque ele começa com o abstrato, distante da realidade — estratégia pouco recomendável para quem quer justamente explicar a realidade. Mas é que o objetivo de "vender para comprar" é real e permanece ao lado do de "comprar para vender"; grande parte das transações e dos indivíduos faz isso: vende força de trabalho para poder comprar meios de consumo. Só que esse movimento está inserido na lógica maior do capital, que compra sua força de trabalho e vende para eles os meios de consumo; ou seja, compra para vender. Os dois momentos da apresentação descrevem a realidade. O que Marx pretende é revelar a inversão, a inversão efetiva que o capital opera no mundo simples da produção de mercadorias, colocando-a a seu serviço.

O próprio dinheiro não é mais simples meio, expressão do valor das mercadorias trocadas; ele é expressão da mais-valia contida nelas, do processo mesmo de criação da mais-valia. O capital, ora representado pelo

dinheiro, ora encarnado nos meios de produção e na força de trabalho, ora ainda nas mercadorias que foram produzidas sob seus auspícios — o capital é o ponto de partida e de chegada do movimento; é a sua finalidade. O capital é a "valorização do valor", como diz o texto acima, sempre "renovando" o processo de valorização de que depende a sua existência. Assim determinado, ele passa a comandar parte decisiva da sociabilidade, como aquele "poder estranho" de que Marx falava na sua juventude. É preciso agora examinar que poder é esse e porque ele é "insaciável".

3. O FETICHISMO,  
PARA ALÉM DA MERCADORIA



costumeira, elas parecem provir da natureza dos produtos de trabalho.<sup>16</sup> Embora sejam determinadas realmente por relações entre o *trabalho* das pessoas, as proporções acontecem na troca entre *coisas*, que têm caráter “natural”, isto é, objetivo, externo, permanente. Delinha-se já aqui o problema do fetichismo, como deslocamento de atributos sociais para as coisas e sua conseqüente naturalização.

Mas como exatamente ocorre isso?

O raciocínio parte de uma caracterização de sociedade mercantil que Marx retoma da Economia Política. A propriedade privada leva cada produtor ou unidade de produção a decidir independentemente dos demais sobre o que, o quanto e como produzir; afinal, ele trabalha com instrumentos e materiais que são sua propriedade exclusiva, excludente. Só depois, quando colocar seu produto no mercado, é que o produtor verificará se o que fez será útil para os outros, e se a quantidade que produziu não foi de mais ou de menos. Aparece aí o aspecto social do seu trabalho, determinado pelas necessidades dos outros indivíduos. Portanto, a esfera da produção da mercadoria afirma o caráter privado do trabalho; o seu caráter social se afirma apenas mediante a troca da mercadoria na esfera da circulação.

Marx multiplica exemplos históricos de sociedades em que não há propriedade privada separada do trabalho assalariado, para mostrar que nelas a dimensão social do trabalho já aparece imediatamente, na esfera da produção. E que na capitalista essa dimensão social só se dá pela mediação das trocas de mercadorias, de coisas. A medida então que a forma de mercadoria se alastra por todos os segmentos da vida, a sociabilidade tende a se articular toda pela mediação das coisas que mobilizam as pessoas a se relacionar.

**S** omente em 1867, ao publicar o primeiro volume de *O Capital*, é que Marx nomeia e descreve com precisão um dos fenômenos centrais da sociedade contemporânea, o “fetichismo”. Mal percebido pelos primeiros adeptos e intérpretes de seu pensamento, mesmo depois é muitas vezes referido como fetichismo apenas da mercadoria, quando de fato diz até mais respeito a formas sociais de maior complexidade, como o dinheiro e o capital. Com ele, Marx alcança finalmente o eixo que ao mesmo tempo explica e desmascara os mecanismos mistificadores do mundo constituído pelo valor que se valoriza, cumprindo seu projeto crítico.

Podemos começar a análise deste conceito retomando uma questão abordada no capítulo anterior: o caráter objetivo da abstração do trabalho e do cálculo do valor. A reiteração das trocas vai fixando as proporções em que se trocam as mercadorias e “tão logo estas proporções amadurecem, alcançando certa estabilidade

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

Isso significa que a sociabilidade não se apresenta como tal, isto é, como relação de pessoas; ela se apresenta antes como relação de coisas e depende, portanto, das qualidades objetivas dessas coisas. São forças externas, permanentes e tão naturais quanto as da natureza, as que aparecem dividindo o trabalho social, criando necessidades e desejos de consumo, resguardando instituições como a propriedade privada. O caráter histórico desta forma de sociedade fica, assim, praticamente obscurecido, o que contribui muito para sua manutenção.

Marx usa o termo "fetiche", contudo, para indicar especialmente o outro lado desta situação: não só as relações entre as pessoas adquirem atributos objetivos, como também as coisas passam a se revestir de qualidades subjetivas; "fetiche" é justamente uma coisa enfeitada, algo inanimado que se move como se fosse vivo. Não é que as mercadorias possam ir por conta própria ao mercado, mas lá elas são aparentemente trocadas apenas por seu valor de uso, por qualidades pertencentes a elas, quando o que sustenta e permite a troca é o valor, socialmente estabelecido. Até o valor parece ser atributo das coisas, não do trabalho; e até a subjetividade se transfere para elas — como quando se ouve dizer, por exemplo, que o "mercado está nervoso" ou "calmo".

É importante compreender, no entanto, que esse deslocamento não pode ser concebido como simples aparência, que a crítica por si dissolveria. A ilusão criada pelo feticismo é real. Ela de fato condiciona comportamentos, concentra poderes sociais efetivos em representações, dificulta a percepção de todos os seus artifícios. "Não o sabem, mas o fazem",<sup>11</sup> diz Marx da conduta dos indivíduos na sociedade capitalista.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

Não é possível nem necessário ter perfeito conhecimento do mercado para nele atuar. Esse sistema social se constitui para além da adesão consciente e das estratégias racionais de cada um, justamente porque projeta suas características historicamente determinadas no movimento natural de coisas, delegando a elas a função de organizar os homens.

A potência realizadora dessa ilusão fica ainda maior quando se trata da mercadoria equivalente geral, isto é, o dinheiro. Como mediador universal das trocas, nele se sintetiza toda a circulação de mercadorias, toda a ligação social entre os vários trabalhos privados. Marx afirma, nesse sentido, que "o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais está presente nele enquanto proprietário de valor de troca, de dinheiro" e não mais na mera qualidade de produtor de mercadorias. E acrescenta: "o seu poder social, bem como o nexo com a sociedade, ele o carrega no bolso".<sup>12</sup>

O possuidor de dinheiro pode comprar o que outros produziram ou pode contratar alguém para trabalhar no seu lugar pelo simples fato de possuir dinheiro, e não necessariamente por ter trabalhado. O fetiche aqui não é tanto a transposição das relações sociais de troca na matéria do dinheiro, e sim a manifestação do poder social de comandar o trabalho dos outros indivíduos. Ou seja, não é a matéria de que é feita a mercadoria usada como dinheiro, mas a função de equivalente geral que lhe confere o poder feticista. Argumento importante para se entender como foi possível ao dinheiro abandonar a forma

<sup>12</sup> *Elementos Fundamentais Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)* — 1857-1858. México: Siglo 21, 16ª edição, 1989, p. 84.

dos metais preciosos e adotar a do papel-moeda — e outras depois desta.

Se antes podia ser confundido com o corpo da mercadoria, o caráter de “coisa” dos objetos, em que se investe e projeta a relação social, agora revela ser funcional, derivado do seu papel de representante dos valores e das trocas.

## A FORMA MONETÁRIA DO CAPITAL

Esta concepção da autonomia da forma “dinheiro” permite a Marx desenvolver a complexidade das suas funções. De simples meio de circulação das mercadorias, o dinheiro passa a meio de pagamento; nessa forma, precisa se apresentar apenas virtualmente, como promessa futura, e toda uma cadeia de transações reais de mercadorias já pode ocorrer. Ainda mais importante, se o dinheiro for usado para pagar o salário de trabalhadores, de quem será extraída mais-valia (conforme visto no capítulo anterior), ele se converte em forma *monetária* do capital.

Aqui o poder fetichista entra na esfera da produção das mercadorias, não se contentando em presidir apenas a das trocas. Sucessivos capítulos do primeiro volume de *O Capital* — “Cooperação”, “Manufatura” e “Grande Indústria” — analisam o processo por que historicamente a força de trabalho foi submetida realmente ao capital. É o fetichismo dele, porém, que avança como poder de subordinação e que move essa história.

Antes de prosseguir, é preciso recordar que, para Marx, só o trabalho pode criar valor; o capital não, pois ele mesmo é valor. Só a força de trabalho cria valor, em

todos os momentos do processo produtivo. Marx aponta a ilusão dos economistas, que confundem o capital com os meios materiais de produção e acreditam que os lucros constituem a remuneração do capital como “fonte” independente de geração de valor. Para ele, ao contrário, o capital adota tanto a forma dos meios de produção e a do dinheiro pago como salário, ou na compra de matérias-primas, quanto ainda a das mercadorias produzidas — mas em si próprio o capital não se reduz a qualquer uma delas. Ele é sempre a relação social com a força de trabalho, é a atividade em que o valor adquire a capacidade de se valorizar. É uma ilusão pensar que ele também produz valor.

Mas não é uma ilusão gratuita. Há algo na constituição do capital que induz a ela. Também essa ilusão é real, pois a valorização se dá em condições determinadas pelo capital. Assim, uma vez tendo despojado o trabalhador da propriedade dos meios de produção, é o capital que lhe dá emprego. A expressão “emprego” como sinônimo de “trabalho”, aliás, é sintomática da situação em que trabalhar quase sempre é ser empregado pelo capital. Mais ainda, retomando a sequência mencionada antes de “cooperação”, “manufatura” e “grande indústria”: a “cooperação” é a reunião de trabalhadores num mesmo empreendimento e a “manufatura” se desenvolve pelo aprofundamento da divisão técnica das tarefas entre eles; ambas, a reunião e a divisão de tarefas, são promovidas pelo capital com a finalidade de elevar a produtividade do trabalho e, com isso, a possibilidade de lucro.

A “grande indústria”, por fim, corresponde ao surgimento histórico do sistema fábri, do uso extensivo das máquinas. Nesse momento, Marx assinala a perda de controle do trabalhador sobre o processo mesmo de produção: a ferramenta se acopla ao corpo da máquina

e não mais ao do homem; antes "o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina".<sup>13</sup>

O deslocamento das qualidades humanas para as coisas alcança agora proporções terrivelmente reais. O homem passa a gravitar em torno de coisas que deformam sua integridade corporal. E elas se autonomizam a tal ponto que, no limite, poderiam funcionar sozinhas: Marx descreve a fábrica já como um "autômato".<sup>14</sup> É que a engenharia do processo produtivo se sofisticou, agora que está descolada dos limites físicos e mentais do trabalhador e serve à necessidade do capital em aumentar produtividade e lucro. A ciência natural se torna força produtiva e a própria pesquisa se legitima basicamente pelas possíveis aplicações à tecnologia. Como outras esferas da vida, também a do saber passa a ter utilidade, a ser medida e julgada em termos de eficácia.

No mundo das fábricas, o fetichismo se apresenta como potenciação da força de trabalho, mas também no fato de que os equipamentos e instalações têm inevitavelmente um valor que se transfere para o produto. Marx dedica muitas páginas para explicar que esse valor foi criado pelo trabalho, que produziu tais meios antes de eles serem usados no atual processo de produção; por isso, são chamados de "trabalho morto" ou "pretérito". E explica também que é o trabalho atual, "vivo", que transfere o valor delas ao produto novo, ao mesmo tempo que cria mais valor.

Para além dos detalhes técnicos, o interessante da explicação está em configurar uma dialética entre

o "vivo" e o "morto". Marx a descreve numa famosa metáfora: "O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, sugando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga".<sup>15</sup> Examinemos a passagem, ainda que brevemente.

No processo produtivo, o capital se contrapõe ao trabalho encarrando-se nos meios de produção, nos quais o trabalho pretérito está finalizado, "morto". Quando este é utilizado em novo processo produtivo, ele recupera dinamismo, "vida", mas só por ser empregado pelo trabalho atual, "vivo". O interesse do capital em todo esse movimento, porém, é que o trabalho vivo cria para ele um valor totalmente novo, que se acresce não apenas aos meios de produção como ao da própria força de trabalho — a mais-valia.

Mas a volta à vida do "morto" coloca-o na dependência total do "vivo" que o "reanima". O capital existe por despojar a força de trabalho dos meios de trabalhar por si mesma — nega-a, nesse sentido. Só que simultaneamente ele depende dela e a afirma, para "reanimar-se" e obter mais-valia, valorizar-se, tornar-se o que é, valor que se valoriza.

A relação do capital com o trabalho assalariado, desse modo, é contraditória. Sua própria existência se baseia na capacidade de subordinar o trabalho, conferindo tal autonomia aos meios de produção em que se materializa que, no limite, poderia transformá-los em "autômatos", funcionando sem utilizar mão-de-obra. Por outro lado, sua existência também depende essencialmente da criação de mais-valia pela força de trabalho.

<sup>13</sup> O *Capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1984; volume I, tomo 2, p. 43. Ou ainda, na mesma página: "não é o trabalhador que usa as condições de trabalho [...] pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador".

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*; p. 44.

<sup>15</sup> Idem, O *Capital*, op. cit., volume I, tomo 1; p. 189.

As conseqüências econômicas dessa situação serão discutidas adiante. Por ora, importa registrar a forma de tal relação, que depende ao mesmo tempo da afirmação e da negação da força de trabalho pelo capital. É como se configura a dialética na análise do capitalismo por Marx.

A contradição está nela associada à inversão fetichista de sujeito e objeto. Mais profundamente que na troca de mercadorias, a inversão se determina nesse ponto pela relação do "morto", objeto, com o "vivo", sujeito. Este último é que cria valor e, no entanto, é subordinado às condições de trabalho impostas pelo capital, materializado nos meios de produção. De sujeito vivo, ativo, ele passa a objeto morto, passivo. O capital, ao contrário, pretende tornar-se o verdadeiro sujeito do processo de valorização. Mas ele apenas "vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga", sua vida e atividade são de fato roubadas ao trabalho. O fetiche se desmascara.

Essa contradição, porém, não é somente destrutiva. Da permanente tentativa de resolvê-la, e do permanente fracasso em consegui-lo, nascem todas as novas estruturas econômicas, as novas formas sociais e políticas, as novas representações ideais dos processos efetivos. É como se configura a dialética da sociabilidade capitalista para Marx.

#### 4. IDÉIAS E REPRESENTAÇÕES



O objetivo básico era refutar a pretensão idealista de que o mundo das idéias seria independente do mundo da "atividade material", gozando até de certa precedência em relação a esta.

Os estudos aprofundados do capitalismo, porém, nas décadas de 1850 e 1860, proporcionaram-lhe os meios para descrever como se dá exatamente essa "produção das idéias" dentro de um quadro social específico. Trata-se de analisar o nexo intrincado entre relações sociais mediadas por coisas e as representações engendradas por tal mediação. Não é à toa que escolhe a palavra "fetichismo" para designar uma situação repetidamente caracterizada como "de sutileza metafísica e manhas teológicas", com "forma fantasmagórica", de "caráter místico" e "misterioso".<sup>17</sup>

O "poder estranho" que na juventude Marx denotava de "alienação" agora é visto como algo bem mais complexo, pois os homens não se sentem apartados dele, numa condição de simples impotência; ao contrário, recebem desse poder sua posição dentro da sociedade, como vimos ser o caso do possuidor de dinheiro. O emigmático não vem do desconhecimento da fonte do poder, e sim de que ele parece se concentrar em meras coisas.

A estranha simplicidade dos laços sociais mediados por coisas oculta o movimento originário de inversão e dá aos membros desta sociedade uma consciência tranqüila, reconciliada com o que se apresenta a eles. Por isso, "fazem" sem procurar "saber", porque suas relações invertidas em coisas aparecem a eles "como o que são",<sup>18</sup> isto é, relações de coisas. As representações dos agentes econômicos e os conceitos dos econo-

**N**a formulação do fetichismo, Marx encontra um núcleo conceitual complexo, que também permite a ele retomar a polémica de juventude com a filosofia idealista e avançar na crítica da Economia Política.

Não se trata agora de afirmar a primazia do ser sobre a consciência em um quadro geral, como ele fizera em *A Ideologia Alemã*. Ou seja, que "a produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real".<sup>16</sup> Naquele momento de sua obra, década de 1840, ele ainda estava mais preocupado em elaborar uma concepção ampla da história e das formas de sociabilidade, para a qual esse tipo de afirmação genérica era suficiente.

<sup>16</sup> K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, op. cit., p. 93.

<sup>17</sup> O *Capital*, volume I, tomo 1, pp. 70-1.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 71.

mistas apreendem só esse resultado do movimento, já do avesso. Mas dentro desse limite o apreendem bem, como as coisas são.

Portanto, o que Marx critica na Economia Política não são os conceitos em si, não sua correção ou falsidade, com o propósito de substituí-los por outros. A crítica busca apontar o contexto social específico que levou ao surgimento deles. E justamente o contexto fetichista é aquele em que as idéias se restringem a representar um objeto de aparência simples e natural, embora dotado de uma vida “fantasmagórica”, que ninguém sabe dizer exatamente de onde vem. Como os conceitos dos economistas apreendem apenas a dimensão da naturalidade, eles perdem o limite histórico do objeto, considerado perene como a natureza.

Dessa maneira os próprios conceitos perdem seu limite histórico, considerando-se perenes, separados do mundo social que os gerou. É assim que Marx explica a independência das idéias também na filosofia idealista, que de certo modo as converte em um “fetiche”.

Em outras palavras, para ele não são os conceitos que se destacam por si da realidade social capitalista e, dentro de uma lógica própria, erradamente apresentam as coisas invertidas. Pois já nesta realidade se torcem as relações sociais e alguns tipos de relação se autonomizam dos demais, como veremos no próximo capítulo, sobre as crises. É essa realidade, afirma Marx, que autonomiza a esfera da “produção de idéias”, na medida em que elas lidam não com objetos históricos, que só podem existir dentro do seu contexto, mas com objetos que de fato aparecem como naturais, independentes.

De certa forma, *A Ideologia Alemã* preparava essa concepção mais sofisticada da relação entre realidade e idéias. Ao contrário de uma leitura comum, limitada à famosa distinção entre “base” econômica e “su-

perestrutura” ideológica — o famigerado economicismo atribuído a Marx —, o texto de 1845 revela outra distinção. Ali não se contrapõe a “atividade material”, concebida como pura ação inconsciente, e o mundo da consciência, desprovido de ação. O que se contrapõe é um nível de ação social, no qual se produz certa forma de consciência adequada a essa ação, e outro nível de ação, onde se produz uma consciência que se imagina separada da “atividade material”.

O texto diz que “a consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente”.<sup>19</sup> Esse é o primeiro nível, em que a consciência é do que se faz, com todas as suas implicações e projetos.

O segundo nível é o que Marx chama de produção de uma consciência “pura”. Mas esta não surge pelo simples desdobramento das idéias, que iriam por si mesmas se destacando das idéias ligadas ao “meio sensível mas imediato”. A consciência “pura” surge por um movimento da realidade social, em que ocorre uma divisão do trabalho entre as pessoas que continuam ligadas à “atividade material” e as que passam a se dedicar só à atividade intelectual.

O texto afirma: “a partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real — a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc., ‘puras’”.<sup>20</sup> Só nesse

<sup>19</sup> *A Ideologia Alemã*, p. 35.

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 35-6.

segundo nível a consciência se “emancipa do mundo”, isto é, “imagina” que não tem mais relação com o primeiro nível, o da “consciência da práxis existente”. Por isso ela não tem mais objeto real, e sua realidade social lhe é conferida pela própria atividade intelectual por uma “representação” sem representado.

Mas todas as formas indicadas de pensamento teórico passam a “puras”, porque são levadas a cabo por um grupo social especializado no trabalho da representação. Nesse sentido, o grupo que permanece ligado à “atividade material” é desqualificado como produtor de idéias; a “consciência da práxis existente” passa a ser considerada inferior à criadora de idéias “puras”.

## AÇÃO E CONSCIÊNCIA NO MUNDO CAPITALISTA

Esta distinção entre dois níveis de ação e consciência será retomada em *O Capital*, para caracterizar o mundo capitalista pela separação também entre a atividade imediata de produção e a do seu planejamento e organização científica. O fetichismo do capital significa justamente que a ciência será aplicada à produção e comandada pelo capital, como vimos no capítulo anterior. Assim, o trabalhador direto se limita à mera atividade, cada vez mais repetitiva e mecânica, e na qual a consciência é rebaixada a menos do que “a consciência da práxis existente”.

Por outro lado, o capital enseja uma ciência “pura”, no sentido de desligá-la do saber humano; ela será, certamente, aplicada e vinculada à técnica, mas

esta não é a do artesão, do trabalhador cuja habilidade conta. A atividade de “representação”, agora do cientista, desvincula-se da prática imediata, da “linguagem da vida real”, e recebe sua legitimidade de uma linguagem “pura”, construída.

Tal movimento, contudo, não se restringe à esfera da fabricação de produtos. A caracterização de Marx implica que os meios técnicos dominados pelo capital são empregados até mesmo na “produção das idéias”. E, aqui, “produção” no sentido forte do termo. Pois, de novo, nas palavras de *A Ideologia Alemã*, “a classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. [...] os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo.”<sup>21</sup>

Portanto, não só objetos tangíveis, também as idéias são “produzidas e distribuídas” por “meios de produção espiritual”. Com isso, porém, Marx não está dizendo que elas sempre tenham esse caráter, em qualquer forma histórica de sociedade; não está concebendo o mundo do pensamento à imagem e semelhança do mundo da fabricação de coisas. Para ele, é a sociedade capitalista, principalmente em seus estágios avançados, que opera esse rebaixamento das idéias. E nessa sociedade que até as idéias passam a se revestir desse caráter de coisas, pois se tornam objeto de propriedade privada, que “produz e distribui” mercadorias de tipo “espiritual”.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 47.

Além disso, parece claro que Marx não considerava que essa apropriação por parte da classe dominante impeça completamente aqueles "aos quais faltam os meios da produção espiritual" de obter algum recurso para organizar e expressar os seus pensamentos; se não, ele não acreditaria na possibilidade de resistência à dominação. Mas a dominação predomina formando um conjunto de "idéias de seu tempo", uma espécie de consenso sobre os temas que dizem respeito a ela.

O mundo das idéias se converte em campo de uma batalha desigual, mas decisiva. Tanto mais importante e mais desigual quanto mais progredem tecnicamente os meios de produção das idéias dos dominantes. Estas adquirem cada vez mais o caráter de coisas pelo fato de serem produtos, em que o resultado depende do método de fabricação. E são mercadorias, compradas e vendidas, por um valor que lhes é atribuído por um processo social complicado.

## OS BENS CULTURAIS

Esses desdobramentos históricos se tornaram claros no século 20, levando muitos autores ligados ao pensamento de Marx a propor toda uma teoria da mercantilização e da produção em massa dos chamados "bens culturais". Vale a pena citar o texto de um deles, o alemão Walter Benjamin (1892-1940): "Quando Marx empreendeu a análise do modo de produção capitalista, esse modo de produção ainda estava em seus primórdios. [...] Tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nas condições de produção preci-

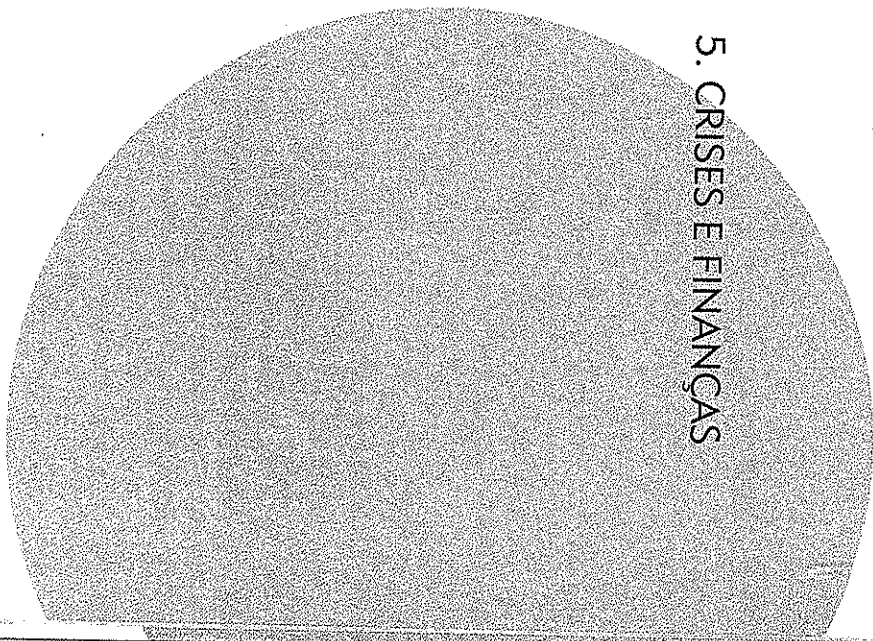
saram de mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura".<sup>22</sup>

Aqui reaparecem os conceitos de "base econômica" e "superestrutura" das idéias, mas para evidenciar que a diferença tornou-se insignificante a partir do momento em que "todos os setores da cultura" sofrem mudanças sociais e técnicas, agora como produtores de mercadorias.

Para autores como Benjamin, tal desdobramento histórico não invalida, e sim reforça a análise feita por Marx nos "primórdios" do capitalismo, centrada no diagnóstico da tendência à generalização da forma de mercadoria produzida para o capital. "Mais de meio século" depois, essa análise é que permite o entendimento nítido das complicadas transformações ocorridas nesse campo, no qual muitas vezes não são produzidas sequer "idéias", mas valores de uso.

De qualquer maneira, quando até a cultura produz "bens", o sistema está plenamente realizado, e suas contradições passam a se manifestar na forma de crises em todas as esferas da vida.

<sup>22</sup> W. Benjamin, "A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica". Em: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985; p. 165.



5. CRISES E FINANÇAS

como crises de crescimento, ou ainda, na melhor das hipóteses, como indicadores da incapacidade do setor privado resolver seus problemas sem a intervenção do Estado.

Na teoria de Marx, por outro lado, elas revelam a emergência da dimensão negativa de um sistema marcado pela contradição. Ao contrário do pensamento econômico tradicional, aqui a crise está intimamente associada à crítica. Mas não a uma crítica subjetiva de alguém que analisa de fora e condena, e sim a uma crítica objetiva: desnudando a dimensão negativa no mau funcionamento do sistema, indica-se como o próprio sistema realiza uma espécie de autocritica. Se o capital é valor que se valoriza, os momentos em que ele desvaloriza o valor existente de maneira inevitável, comprometendo assim a base de seu crescimento, são momentos em que ele mesmo se contradiz, negando as condições de sua existência.

Dito desse modo parece pouco problemático. Mas a teoria das crises de Marx permitiu leituras diversas e conflitantes até entre seus seguidores. Houve quem as atribuisse a meros desequilíbrios entre os setores da economia, ou a uma incapacidade crônica da produção criar mercados, devido às condições antagônicas da distribuição dos produtos no capitalismo; houve ainda os que as circunscriviam ao âmbito financeiro, como se o da produção já não fosse contraditório.

A controvérsia surgiu da forma complexa de apresentação das categorias na teoria de Marx. Há passagens que justificam uma ou outra das interpretações, e na sequência a desacreditam. O problema pode ser equacionado, no entanto, levando-se em conta o todo da obra e, principalmente, o projeto de Marx desdobrar cada forma do sistema como resultado da negatividade das formas anteriores, indo do mais geral ao mais específico e intrincado.

**D**urante muito tempo, Marx foi um dos raros autores que se preocupou com o fenômeno das crises econômicas, considerando-as inevitáveis e inerentes ao sistema capitalista. A maioria dos economistas insistia na capacidade harmonizadora do mercado, relegando as crises a um segundo plano, como algo apenas casual e externo. Outros — mais respeitados por Marx, como Ricardo ou o suíço Sismonde de Sismondi (1773-1842) — até reconheciam a importância delas, mas as concebiam como um limite com o qual o sistema econômico deveria saber lidar. Depois, até em todo o século 20, registra-se um movimento pendular entre fases de predomínio teórico do harmonicismo e fases em que crises violentas, como a de 1929 ou a dos anos 1970, forçaram a incorporação delas ao pensamento econômico aceito pela tradição acadêmica e de instituições oficiais.

Mesmo nesse caso, contudo, as crises se revestem de um caráter funcional, entendidas como mal necessário ou

Em primeiro lugar, então, é preciso retomar o aspecto geral. No final do capítulo 3 foi citado um texto que pode servir muito bem nesse sentido: "O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, sugando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga".<sup>23</sup> Vimos como essa passagem sintetiza bem a contradição constitutiva do capital em sua relação com a força de trabalho. Mas um aspecto central deve agora ser acrescentado. É que, ao comprar e incorporar a força de trabalho, o capital está também se apropriando da capacidade de medir o valor, que o trabalho abstrato possui numa sociedade de troca de mercadorias. O capital adquire com isso não só a propriedade de se valorizar como a de medir essa valorização; ele se valoriza e se mede.

Mas a sua relação com a mensuração é contraditória, como também sua relação com a valorização, porque ambas derivam da oposição entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo que integra a força de trabalho, o capital também precisa negá-la, substituindo-a por máquinas; ou seja, ao mesmo tempo que adquire a capacidade de se medir, o capital reitera que essa capacidade pertence a um agente que ele mesmo põe como seu oposto. Perde então as suas medidas.

Em todos os níveis da apresentação das categorias de *O Capital*, aparece essa determinação contraditória da medida e da desmedida. É por ela que vão se definindo em cada nível os distintos conceitos de crise. Se algum deles for isolado dos demais, pode parecer que oferece a única definição possível, invalidando as outras — caminho seguido por grande parte dos intérpretes de Marx. Mas, de fato, também o conceito de crise

obedece à forma da apresentação que vai do mais geral ao mais complexo, também ele vai enriquecendo seu conteúdo junto com o conceito de capital.

Marx faz questão de indicar a possibilidade de crise já no nível da produção e circulação de mercadorias, restando qualquer pretensão de que o mercado pudesse ser sempre harmônico. Aqui, a medida aparece na passagem fluida entre compras e vendas, quando há correspondência entre as quantidades do que se produz e do que se demanda; a desmedida, ao contrário, é quando não ocorre tal correspondência, interrompendo o movimento.

A forma desse movimento é descrita por Marx em termos que valem também para as fases seguintes da apresentação: "[...] o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade das duas fases, é igualmente a separação das mesmas e sua autonomização uma em face da outra. Como elas então pertencem uma à outra, a autonomização [...] só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes".<sup>24</sup>

A compra e a venda de mercadorias, em primeiro lugar, são as "fases opostas" do processo em que se vende para comprar. Como se realizam pela mediação do dinheiro, elas assim se "separam e autonomizam uma em face da outra", podendo não coincidir. Mas a crise não assinala simplesmente o momento negativo, da não coincidência, e sim a impossibilidade de que essa situação permaneça por muito tempo.

Como as fases de compra e venda se diferenciaram por força de um processo único, que dialeticamente tem de se realizar mediante sua diferenciação em duas fases,

<sup>23</sup> *O Capital*, volume I, tomo 1, p. 189.

<sup>24</sup> *Teorias da Mais-Valia*, São Paulo: Difel, 1983; volume II, p. 936.

chega um momento em que essa autonomia não pode prosseguir. A unidade do processo se afirma, mas como reação violenta à autonomização das fases. No mercado como um todo, a discrepância possível entre compras e vendas precisa ser corrigida e, quando isso acontece, verifica-se a incompatibilidade entre os valores daquilo que se comprou e agora tem de pagar com o dinheiro de uma venda que pode não ocorrer. Segue-se um ajuste violento de contas, e valores simplesmente desaparecem.

Essa forma geral da crise se reapresenta quando a finalidade é definida pelo capital como a de "comprar para vender". A discrepância ocorre no mercado de trabalho, ou nas compras e vendas recíprocas dos vários setores em que se divide a produção entre os capitalistas, ainda mais considerando que tudo isso se realiza pela concorrência. A discrepância de valores significa então que alguns terão prejuízo, talvez grande, vindo a falir. Parte do capital existente se desvaloriza, negando o próprio conceito de valor que se valoriza.

## MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

Marx leva a análise das crises, entretanto, ainda mais longe. A desmedida do valor pelo capital implica principalmente que se formulam diferentes padrões de medida do processo de valorização, e que esses padrões podem não só ser distintos como, em certos momentos, opostos.

Essa questão é desenvolvida no terceiro livro de *Capital*, que trata das formas de distribuição do valor entre os diversos segmentos em que se dividem as funções econômicas. Nesse ponto manifesta-se uma

tendência fundamental da produção capitalista, a saber, a de substituir trabalhadores por meios de produção — máquinas, especialmente. Marx novamente é pioneiro em apontar esse fenômeno, que atinge hoje em dia proporções inquietantes.

Ele o explica em dois níveis. No mais profundo, esse fenômeno é expressão da relação contraditória do capital com o trabalho, já abordada. Mas essa determinação profunda se dá, no nível da realidade imediata, pela necessidade de reduzir custos a que a concorrência obriga todos os capitalistas em tempos de queda geral dos lucros. Recuando um pouco no seu argumento, é preciso então retomar a definição de lucro e taxa de lucro.

Na relação direta com a força de trabalho, importa para o capital apenas a proporção entre o trabalho pago e o não pago, isto é, entre o valor da força de trabalho e o do excedente que ela produz para o capital. Essa proporção mede o grau de eficiência na exploração do trabalho e é chamada por Marx de "taxa de mais-valia". Por outro lado, na relação de concorrência entre os capitalistas, importa para cada um deles a proporção entre o excedente e os custos totais, incluindo o dos meios de produção — matéria-prima, equipamento, energia, instalações. Essa proporção é a "taxa de lucro". São duas formas distintas de medir a valorização — os distintos padrões de medida já mencionados. A tendência a substituir trabalho por meios de produção incide aqui.

Essa substituição pode ser somente relativa, e não absoluta, isto é, o número de trabalhadores empregados pode continuar crescendo, mas o crescimento na quantidade de meios de produção utilizados pode ser ainda maior. Ou, em termos de valor, a massa de salários pagos pode aumentar, e o gasto com os meios materiais ser mais expressivo. De qualquer modo, isso produz uma discrepância nas duas medidas.



Mesmo que permaneça constante a eficiência na obtenção de mais-valia em relação à força de trabalho, o aumento relativo de gasto com os meios de produção levará a uma diminuição da taxa de lucro. É provável até que essa diminuição force os capitalistas a elevar o grau de exploração do trabalho, a taxa de mais-valia, mas, se o aumento nos gastos com os meios de produção for ainda maior, a taxa de lucro continuará caindo. As duas medidas seguitão, portanto, direções opostas. A desmedida aparece então como oposição dos padrões de que o capital se serve alternativamente para medir sua valorização.

Assim, o crescimento econômico, a acumulação de capital, chega a um ponto que leva a taxa de lucro a cair. É que "periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro".<sup>25</sup> Os custos sobem muito e comprimem os lucros dos capitalistas, num fenômeno específico denominado por Marx "sobreaacumulação", ou seja, acumulação excessiva sob "a certa taxa de lucro" que vinha servindo de baliza para a acumulação.

Antes disso acontecer, o ritmo da acumulação é freado, reduzindo os investimentos e levando à estagnação os setores que produzem os meios de trabalho. É a crise, que pode advir tanto de uma baixa súbita da taxa de lucro quanto de uma queda crônica e prolongada por anos.

## CONTRA A CRISE: COMÉRCIO EXTERIOR E AÇÕES

Claro que essa tendência não é inexorável. Marx indica também como o sistema engendra tendências contrárias para aliviar os efeitos da baixa da taxa de lucro. É possível, como foi dito, elevar o grau de exploração da força de trabalho, extraindo mais excedente de valor; é possível introduzir novas técnicas na produção dos meios de produção, diminuindo seu custo. No entanto, o mais interessante são duas das "causas contrariantes" da tendência, apresentadas no capítulo 14 do livro III de *O Capital*: o comércio exterior e o aumento do capital por ações.

Essas duas situações eram historicamente incipientes no tempo em que Marx escrevia seu texto. Mas, sobre a primeira, ele já pôde propor uma questão clara: "é a taxa geral de lucro elevada pela taxa de lucro mais alta, feita pelo capital investido no comércio exterior e, especialmente, no comércio colonial?"<sup>26</sup>

Hoje não há mais "comércio colonial" no sentido do texto, mas o movimento de internacionalização do capital ainda obedece ao imperativo de buscar áreas do mundo em que a taxa de lucro seja mais alta, recompondo a lucratividade geral. Países em que o valor da força de trabalho é baixo, ou as matérias-primas e a energia mais baratas, proporcionam uma taxa de lucro maior do que aqueles em que ambos já se encareceram. O capital mundial então migra das áreas mais antigas para as novas; dos países de indústria madura para os que mal começam o processo. Não é

<sup>25</sup> *O Capital*, volume III, tomo I, p. 194.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 180.

mais somente o comércio que alcança o planeta inteiro, mas a própria produção. Com o que, no entanto, o capitalismo mundial apenas conquistou formas mais adequadas de se valorizar.

A outra situação, do capital por ações, também é decisiva na atualidade. Trata-se em geral de estratégias de reunião e concentração de massas de capital maiores do que as formadas no âmbito das unidades produtivas tradicionais. Mais até do que as sociedades de ações, esse papel é exercido pelos bancos, que colocam o dinheiro dos correntistas e poupadores à disposição das pessoas e das empresas para empréstimo. O interessante é que com isso surge um processo de valorização à parte, distinto do produtivo: quando o devedor devolve ao banco a soma emprestada, ele o faz acrescentando o juro, um excedente em dinheiro produzido simplesmente pelo dinheiro de empréstimo. Mas não há aqui criação de mais-valia efetiva, de modo que Marx pode chamar esse processo de "valorização fictícia" do capital.

Essa "fictição", porém, é da ordem da "ilusão real" do fetichismo. Conforme a análise da longa Seção 5ª do Livro III de *O Capital*, enquanto os circuitos produtivos e de crédito se combinam adequadamente, os valores financeiros permitem uma capitalização que pode de fato servir ao investimento na criação real de mais-valia. Além disso, a tendência à queda da taxa de lucro nos setores produtivos acaba drenando o dinheiro desses setores para o financeiro, onde a taxa de juros nesse caso é mais compensadora que o retorno dos investimentos na produção. Em épocas de baixa crônica dos lucros, o capital corre para a "valorização fictícia", ali permanecendo por muito tempo, até que o lado da "ilusão" prevaleça sobre o da "realidade".

Sempre chega um momento em que o valor das ações é comparado com o lucro que de fato as empresas

estão proporcionando; em que o valor dos bens que servem de garantia ao crédito é reconhecidamente inferior aos valores emprestados. Ocorre um ajuste abrupto de contas que explicita o grau de discrepância e oposição alcançado pelos distintos padrões de medida do capital.

A crise produtiva, marcada pela queda dos lucros, é refletida de modo ampliado na crise financeira. E por essa ampliação, como a ilusão financeira é "real", a desvalorização do capital existente é ainda mais forte, num círculo vicioso. São as épocas em que emerge a dimensão negativa, contraditória, do capital, em que ele faz objetivamente sua autocrítica. A emergência histórica do negativo desmascara a pretensão fetichista de naturalidade e eternidade do sistema, expondo as suas limitações, a sua finitude. São épocas em que se abre a possibilidade de mudanças profundas, transições, revoluções.



6. HISTORIA E REVOLUÇÃO

Marx fez questão de ressaltar, contudo, que “o comunismo não é [...] um estado de coisas que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes”.<sup>27</sup> Não se trata, portanto, de uma utopia no sentido estrito, de algo subjetivo como um sonho ou afirmação da vontade; e nem de uma força histórica teleológica, isto é, um “ideal” posto no futuro orientando o presente, “um estado de coisas” claro e definido que determine “o estado de coisas atual” como um efeito que se converte em causa. Trata-se, sim, de um “movimento real que supera” o capitalismo pelo desdobramento contraditório das forças desse sistema mesmo. O comunismo para Marx está enraizado no “estado de coisas” do capital “atualmente existente” como o seu avesso, seu oposto.

Se no capitalismo as relações sociais se apresentam como “poder estranho” ao próprio indivíduo, como “fetiche” em que a subjetividade se troca em objetividade e vice-versa, então o comunismo resulta da agudização dessas condições sociais, invertendo-as. Se no capitalismo a propriedade privada enseja uma divisão do trabalho que a seguir aprisiona o indivíduo numa atividade, o comunismo representa sua liberação.

Nas palavras contundentes de Marx:

Logo que o trabalho passa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador,

**T**odo o impressionante esforço de Marx em detectar as características profundas e os limites constitutivos do capitalismo esteve sempre associado ao objetivo prático de transformar radicalmente tais condições. A associação era íntima, porque da qualidade do diagnóstico dependia a do projeto de transformação social. Como ele escreveu num texto publicado ainda na juventude: “ser radical é apreender as coisas pela raiz”.<sup>27</sup>

Ou seja, a apreensão do capitalismo pela sua raiz contraditória, porque condicionada pela propriedade privada, só podia levar à proposta radical de superação dessa forma de propriedade. Superação que, em linhas gerais, define para ele o *comunismo*: propriedade social ou comunitária (não necessariamente estatal) dos meios de produção.

<sup>27</sup> *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, São Paulo: Boitempo, 2005, p. 151.

<sup>28</sup> *A Ideologia Alemã*, p. 38, nota.

pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida — ao passo que na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode apertar-se em todos os ramos que lhe agradarem, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de fazer hoje isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, [exercer a crítica] após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.<sup>29</sup>

Aqui não é mais a profissão que qualifica a pessoa, mas o contrário.

Marx não propõe, insista-se, que a nova divisão não obrigatória do trabalho seja um "ideal", e sim um resultado efetivo do agravamento da divisão de hoje, articulada pelo capital. Para ele, o capital cumpre uma espécie de missão histórica, a saber, a de levar ao máximo o desenvolvimento da capacidade produtiva e de assim gerar um máximo de riqueza. Por outro lado, sob as condições contraditórias da propriedade privada, as forças que o capital coloca em operação para existir se valorizando levam à sua desvalorização, às crises econômicas. É como se con- figura o momento inicial, negativo, da superação do sistema existente.

Mas será que esse caráter de força objetiva, "real", implica que a referida superação seja inevitável? Será que Marx imagina, por exemplo, que a crise por si só conduziria o capitalismo ao colapso?

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, pp. 37-8.

Tal questão estava incluída no debate entre os marxistas mencionado no capítulo anterior, sobre o caráter das crises. Conforme a interpretação, variava também o prognóstico: elas representariam para alguns uma derrocada inexorável do sistema, para outros uma simples fase descendente de um ciclo de negócios, logo retomado. De qualquer modo, a argumentação de Marx desarma os vaticínios absolutos. Pois nela as tendências em geral produzem tendências contrárias equivalentes, e a resultante não pode ser prevista com segurança, estabelecendo-se pela intervenção de outros fatores, às vezes de ordem extra-econômica.

Nesse contexto de relativa indeterminação, revela-se o papel decisivo desempenhado pelo movimento social e político na teoria de Marx. A divisão do trabalho e dos instrumentos de trabalho define justamente a divisão em classes que comporá cada forma de sociedade. Na capitalista, as classes sociais básicas serão a dos proprietários privados e a dos não proprietários privados dos meios de produção. A elas se acrescentarão classes intermediárias, classes remanescentes de sociedades anteriores, subclasses derivadas da subdivisão dentro de cada uma das principais — e do cruzamento e conflito dos interesses de todos esses grupos decorrerá um movimento efetivo, uma luta para conservar a situação original de um lado, e para alterá-la, de outro.

É sobre o fundo de tal dinâmica social que Marx analisa as disputas políticas. De modo inovador, ele considera secundários os elementos destacados pelas teorias do seu tempo, como crenças ou ambições pessoais dos líderes políticos, e explica como nesse campo o jogo das ideias, dos projetos, das ações e até das conspirações, manifesta interesses conflitantes de classes e subclasses sociais.

Aqui aparece com clareza o peso da concepção materialista pela qual o Estado não é um espaço de todos,

mas de manutenção da ordem social imposta pela classe dominante. A política, inclusive como controle dos mecanismos estatais, é a realização da luta de classes. No mundo moderno mais ainda, pois o capital é em seu conceito mesmo poder articulador das relações sociais; poder que então se expressa facilmente também como poder político.

Aqui, como nas crises, a história é concebida em sua dimensão de conflito. E assim como nenhuma das tendências econômicas pode se impor sozinha, já que sempre levanta contra si tendências opostas, também o embate das classes sociais não tem resultado certo. Isso não quer dizer, bem entendido, que o movimento histórico se realize com total liberdade e indeterminação. Ao contrário, Marx aponta como o funcionamento do sistema constitui tendências reais, e estas, por sua vez, condicionam e restringem os sentidos possíveis da ação. Além disso, as tendências são necessárias, não meramente possíveis; mas sua necessidade não é absoluta, fatal, uma vez que enfrentam tendências opostas igualmente necessárias.

## CONFLITOS DO CAPITAL

O mais interessante na teoria da história de Marx, portanto, é o espaço aberto pelo conflito das forças necessárias. O capital tem uma potência a se expandir e a dominar outras formas de sociabilidade, mas também uma determinação negativa, autodestrutiva, que impede a dominação completa e definitiva. É nas brechas que ele cria para si mesmo que a transformação pode ocorrer.

No século 19 e parte do 20, o agente e a forma de tal transformação pareciam claros. Mais do que outras classes, era o operariado industrial que surgia aos olhos de Marx como capaz de levar até o fim a superação da sociedade capitalista, porque pelas características sociais e econômicas de sua atividade só ele é plenamente despojado de toda a propriedade dos meios de produção; porque para ele uma distribuição parcial do produto seria inútil; porque uma distribuição parcelada da propriedade dos meios de produção seria impossível. Por essas características, que inviabilizam soluções parciais, também a forma da ação transformadora dessa classe só poderia ser a supressão radical das condições de despojamento, isto é, uma revolução social que eliminasse a propriedade privada.

As transformações ocorridas desde a metade do século 20 no capitalismo tornaram essa situação mais complexa e confusa. Como vaticinava o *Manifesto Comunista*: "a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das condições sociais" — e de fato o peso do operariado diminuiu no conjunto da sociedade e da produção, já pela substituição do trabalhador por máquinas e processos cada vez mais sofisticados — assim, "a burguesia [...] transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência" — impondo a forma do salário ao rendimento de profissionais que não são exatamente operários e diluindo, com isso, as fronteiras de classe social.

Finalmente, "através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da

indústria o terreno nacional"<sup>30</sup> — fenômeno antigo que na forma atual foi chamado por alguns de globalização ou mundialização, e que contribuiu para dispersar os elementos de contestação do sistema.

De qualquer modo, todo esse avanço do capital — tanto em extensão, transferindo a indústria dos países antes centrais para os periféricos; como em intensidade, criando novas tecnologias e válvulas de escape financeiras para lucros reais em queda — também acentuou sua contradição de base. Novamente, o *Manifesto Comunista* afirmava: "as forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa."<sup>31</sup>

Custou um grande esforço aos juristas do segundo pós-guerra aperfeiçoar os mecanismos da propriedade privada para que ela pudesse garantir as patentes das invenções que permitem ao grande capital auferir lucros extraordinários. Ainda hoje, esse problema não está totalmente resolvido e a ele se soma o de novas tecnologias da informação, que só podem gerar lucros se, de algum modo, puderem ser apropriados de maneira excludente. Tudo isso é claro exemplo do que Marx chamava de oposição entre as "forças produtivas" desenvolvidas no marco institucional da propriedade privada e este marco mesmo, cuja existência passa a ser "posta em perigo".

Sem dúvida, essas e outras tendências podem ser contrabalançadas por forças que recriam as condições para a valorização do capital, adiando o problema pelo menos até quando tais condições de novo se "tornem poderosas demais para essas relações e passem a ser por elas travadas". Sem dúvida ainda, o emaranhado da situação presente das classes sociais tem dificultado a proposição e a prática de alternativas ao sistema atual. No quadro do pensamento de Marx, porém, com tudo isso a contradição fundamental do mundo capitalista apenas continua à espera da sua solução.

<sup>30</sup> *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 69.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 72.

CONCLUSÃO:  
O LEGADO DE MARX



Apesar de a extensão a realidades sociais e políticas um tanto diferentes entre si ter implicado algumas adaptações e modificações das idéias originais, o corpo teórico do marxismo conservou nessa época um caráter revolucionário, do ponto de vista prático, e de uma crítica do capitalismo feita principalmente do ponto de vista econômico. Inspirados em Marx, autores como Rudolf Hilferding (1877-1941), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Vladimir Lênin (1870-1924) descreveram de modo muito eficaz e vigoroso a nova situação criada pelo surgimento dos oligopólios industriais e financeiros, que levaram à formação de um novo colonialismo ou imperialismo europeu. Foi também nesse contexto que se desenvolveram os debates sobre a inevitabilidade das "leis" do capitalismo, sobre o seu colapso econômico inexorável e sobre a explicação das suas crises, examinados acima.

Mas o ciclo de revoluções iniciado em 1917 também colocou na ordem do dia questões relacionadas à consciência de classe revolucionária do proletariado: em quais circunstâncias ele decidiria romper com o sistema e criar uma nova sociedade; como poderia se dar conta da exploração a que é submetido, especialmente quando o sistema desenvolve formas poderosas e sutis de ocultá-la; e essa conscientização viria da experiência política do próprio proletariado ou seria necessária a intervenção de uma "vanguarda" revolucionária; nesse caso, em que medida? Esse leque de problemas colocava o debate num patamar distinto do estritamente econômico, convocando até mesmo artistas e filósofos à tarefa de despertar as consciências para a revolução.

Assim, a interpretação do marxismo, como teoria econômica e científica, passa a conviver com as que procuram a partir dele pensar os fenômenos culturais típicos do século 20, esfera de vida cujos produtos ha-

**L**ogo que Marx morreu, em 1883, Engels sentiu ser sua obrigação preparar para a publicação os manuscritos dos dois volumes restantes de *O Capital* e, acima de tudo, difundir o pensamento do grande amigo, transformando-o na base teórica de um amplo movimento social revolucionário. Ele teve sucesso em ambos os empreendimentos.

As idéias de Marx tornaram-se aos poucos hegemônicas nos vários partidos socialistas entre o fim do século 19 e o início do 20, começando pelo da Alemanha, finalmente unificada em 1870, e depois, pelos da Áustria, da Rússia, da Itália. Embora não dominassem de todo, também exerceram forte influência entre os operários da Bélgica, França, Estados Unidos, Inglaterra e, a partir daí, de outros países e continentes, especialmente quando a Revolução Russa de 1917 se revelou como acontecimento decisivo e divisor de águas.

viam também adquirido a forma de mercadoria, funcionando como impedimento à consciência da exploração e da necessidade de uma revolução socialista. Destacam-se nesse sentido as obras de Antonio Gramsci (1891-1937) e de Georg Lukács (1885-1971). Este último principalmente enfatiza a importância do fetichismo na teoria de Marx, para daí colocá-lo na base de uma crítica da cultura alienante que o capitalismo vinha criando e impondo desde o começo do século. Constituiu-se desse modo um novo campo de reflexão, mais tarde chamado de "marxismo ocidental",<sup>32</sup> do qual fizeram parte, além de Gramsci e Lukács, Walter Benjamin, citado no final do capítulo 4, Theodor Adorno (1903-69), Herbert Marcuse (1898-1979), Jean-Paul Sartre (1905-80) e outros.

Críticos dos rumos tomados pela Revolução Soviética, apoiando às vezes outras revoluções de cunho marxista, como a chinesa e a cubana, além dos movimentos de descolonização na Ásia e na África, tais autores elaboraram de maneiras diferentes um projeto semelhante. Tratava-se de fugir de pretensas "ortodoxias" teóricas e práticas, reinterpretando o pensamento marxista a partir de novas bases que permitissem a ele dar conta das distintas realidades sociais em curso.

Foi a partir dessa etapa, aliás, que se desenvolveu também no Brasil. Depois de uma fase inicial de vinculação estrita ao Partido Comunista (fundado em 1922) e, daí, a diretrizes internacionais, vai se formando uma visão marxista do país, no contexto de importantes debates dos anos 1950 e 60. Nesse momento começa a ser conhecido o pensamento de Lukács, Gramsci e

Sartre, e mais tarde, o de Benjamin e de Adorno, autores que desde então vêm inspirando entre nós reflexões críticas em áreas diversas como a literatura, a economia, a história, a geografia e a arquitetura, entre outras.

Aqui como em diversos países, o marxismo consubstituiu hoje uma base sólida e fértil para a crítica dos desdobramentos recentes do sistema capitalista. Deve-se mencionar, por exemplo, a elaboração de explicações bastante pertinentes da chamada "financiarização" do capital, tanto em relação à atual crise econômica quanto às suas consequências no campo cultural, com o avanço da fetichização e da espetacularização já apontadas por Guy Debord (1931-94). Além disso, a lógica expansiva do valor, em sua valorização, vem sendo entendida não apenas como matriz de novas temporalidades como também de distintas formas de espacialização, com sérias implicações nos fenômenos urbanos contemporâneos, na produção de novas territorialidades em escala planetária e nos seus previsíveis e visíveis efeitos ecológicos.

Essa versatilidade, capaz de compreender e penetrar em situações sociais muito distintas, permitiu até mesmo que o marxismo chegasse a ser aproximado de matrizes de pensamento tão díspares como o existencialismo, o estruturalismo e a filosofia analítica.

Talvez a explicação disso esteja numa anedota, segundo a qual Marx estava reunido certa vez com amigos na sua casa em Londres e, ao emitir determinada opinião sobre o assunto então discutido, viu um dos presentes objetar que aquela opinião contrariava outra, exposta pelo próprio Marx num escrito anterior. Quando este respondeu que não via nisso grande inconveniente, seu interlocutor o censurou de novo, dizendo que era preciso manter a integridade da teoria marxista. Diante de tal impertinência,

<sup>32</sup> A esse respeito, ver P. Anderson, *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

Marx teria dito talvez irritado, talvez divertido: "Mas eu não sou marxista".

Independentemente de ter acontecido ou não, o caso ilustra um ponto interessante. De fato, Marx não era discípulo de si mesmo, não era obrigado a cometer erros por dever de coerência, a desconsiderar aspectos da realidade que não se enquadrassem no que já havia pensado. Ele era o autor do seu pensamento, cuja força viria justamente de nunca estar acabado, cristalizado, entijecido. Adequada ao mundo contraditório e mutante que é seu objeto, a teoria de Marx possui a plasticidade que o mantém vivo, a despeito de ter a sua morte tantas vezes decretada.



CRONOLOGIA

- 1843 – Casa-se com Jenny von Westphalen, namorada de infância. Depois de perder o emprego de jornalista na *Gazeta Renana*, vai para Paris, onde conhece Proudhon, Bakunin e o poeta Heine, além de estreitar a amizade com Friedrich Engels.
- 1845 – Com Engels, escreve *A Ideologia Alemã*, livro que acabou não publicado, mas que ajudou ambos os autores a esclarecer sua nova concepção do materialismo histórico.
- 1847 – Em Bruxelas, depois de exilado da França, filia-se à Liga dos Justos, logo renomeada Liga dos Comunistas, e publica *A Miséria da Filosofia*, no qual critica duramente Proudhon.
- 1848 – Também com Engels, redige o *Manifesto do Partido Comunista*, sob encomenda da Liga dos Comunistas, e participa das revoluções em Paris e Colônia.
- 1849 – Exilado pelo governo da Prússia, estabelece-se definitivamente em Londres com a sua família. Engels logo o acompanha.
- 1852 – Começa uma colaboração de muitos anos com jornais americanos como o *New York Daily Tribune* e o *People's Paper*, enviando aos Estados Unidos os artigos que compoem mais tarde o livro *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.
- 1859 – Depois de alguns anos estudando profundamente a economia política inglesa, publica um primeiro tomo de sua obra, intitulada *Para a Crítica da Economia Política*.
- 1818 – Em 5 de maio, nasce Karl Marx, filho de Heinrich e Enriqueta Marx, na cidade de Trier, na região do Reno alemão, sob domínio da Prússia desde a derrota de Napoleão em 1815.
- 1836 – Vai estudar Direito na Universidade de Bonn.
- 1837 – Transfere-se para a Universidade de Berlim, onde logo abandona o curso de Direito e começa o de Filosofia. Conhece o grupo, dos chamados "jovens hegelianos" e se dedica a estudar o pensamento de Hegel, então dominante na Alemanha.
- 1841 – Completa seus estudos, defendendo uma tese de doutorado sobre a filosofia dos gregos Demócrito e Epicuro, na qual já expõe a sua própria perspectiva materialista.

- 1864 – Participa da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a cujas atividades dedica-se com vigor nos anos seguintes, apesar dos intensos estudos de economia.
- 1867 – Como resultado de mais de uma década de estudo, finalmente publica o primeiro volume de *O Capital*. Interrompe a planejada publicação dos volumes seguintes por problemas de saúde.
- 1871 – Por ocasião da Comuna de Paris, Marx escreve textos de análise e apoio, rompendo com Bakunin.
- 1875 – Escreve a *Crítica ao Programa de Gotha*, programa do partido socialdemocrata alemão.
- 1877 – Retorna a preparação do segundo volume de *O Capital*, interrompido dois anos depois, pelo agravamento dos constantes problemas de saúde.
- 1881 – Morre sua esposa Jenny.
- 1883 – Morre em 14 de março em Londres, sendo sepultado no cemitério Highgate.

## BIBLIOGRAFIA

- \_\_\_\_\_, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_, *O Capital*. Trad.: R. Barbosa e F. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_, *A Mercadoria*. São Paulo: Ática, 2006; capítulo 1 de *O Capital*, traduzido e comentado por Jorge Grespan.
- \_\_\_\_\_, *Teorias da Mais-Valia*. Trad.: R. Sant'anna. São Paulo: Difel, 1983.
- \_\_\_\_\_, *Para a Crítica da Economia Política*. Trad.: E. Malogadi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

#### SOBRE MARX

- P. Anderson, *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Trad. M. Levy. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- P. Arantes, *Ressentimento da Dialética*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- L. Belluzzo, *Valor e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- A. Boito e C. N. Toledo (orgs.), *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- A. Cutler, B. Hindess, P. Hirst e A. Hussain, *O Capital de Marx e o Capitalismo Hoje*. Trad.: W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- M. Dobb, *Economia Política e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- R. Fausto, *Marx: Lógica e Política*. vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1983;
- \_\_\_\_\_, *Marx: Lógica e Política*. vol. 2, São Paulo: Brasiliense, 1987; vol. 3, São Paulo: Editora 34, 2002.
- J.A. Giannotti, *Origens da Dialética do Trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.
- \_\_\_\_\_, *Trabalho e Reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

#### OBRAS DE MARX

A extensa obra de Marx vem sendo publicada em duas edições completas alemãs, a *Marx Engels Werke* e a *Marx Engels Gesamt Ausgabe*. Dentre os livros já traduzidos para o português, é imprescindível citar os seguintes:

- Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad.: J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*. Trad.: R. Enderle, N. Schneider e L. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_, *Manifesto do Partido Comunista*. Trad.: A. Pina. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_, *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- Marx, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*. Trad.: R. Enderle e L. de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

- J. Grespan, *O Negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- D. Losurdo, *Hegel, Marx e a Tradição Liberal*. Trad.: C. A. Dastoli. São Paulo: Unesp, 1997.
- M. Löwy, *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- G. Lukács, *História e Consciência de Classe*. Trad.: R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- E. Mandel, *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Trad.: C. H. Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- R. Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad.: C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## SOBRE O AUTOR

Jorge Grespan é professor de Teoria da História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, universidade onde também se graduou em Economia e História. É doutor em Filosofia pela Unicamp, com pós-doutorado na Universidade de Berlim, e autor de *O Negativo do Capital* (Hucitec, 1998) e *Revolução Franca e Iluminismo* (Contexto, 2003).

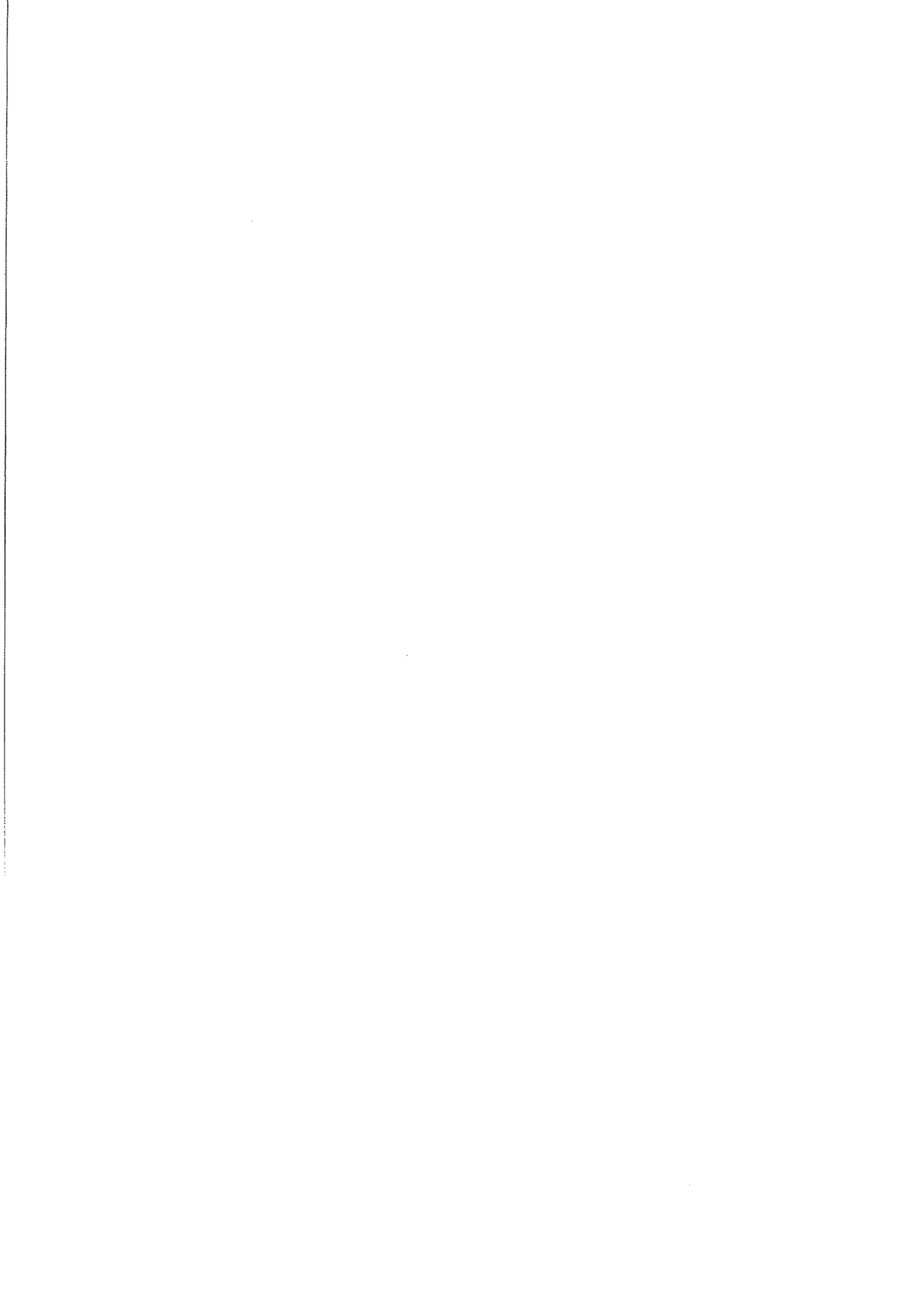
# FOLHA EXPLICA

- 1 MACACOS  
Drauzio Varella
- 2 OS ALIMENTOS TRANSGÊNICOS  
Marcelo Leite
- 3 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE  
Francisco Adickar
- 4 A ADOLESCÊNCIA  
Contardo Calligaris
- 5 NIETZSCHE  
Oswaldo Garcia Junior
- 6 O NARCOTRÁFICO  
Mário Magalhães
- 7 O MALUFISMO  
Maurício Pils
- 8 A DOR  
João Augusto Figueiró
- 9 CASA-GRANDE & SENZALA  
Roberto Ventura
- 10 GUIMARÃES ROSA  
Walter Maguiera Galvão
- 11 AS PROFISSÕES DO FUTURO  
Gilson Schwartz
- 12 A MACONHA  
Fernando Gabeira
- 13 O PROJETO GENOMA HUMANO  
Mônica Teixeira
- 14 A INTERNET  
Marta Frchia e  
Antônio Graef
- 15 2001: UMA ODISSÉIA NO ESPAÇO  
Amit Lalbaki
- 16 A CERVEJA  
Josimar Melo
- 17 SÃO PAULO  
Reguel Rolnik
- 18 A AIDS  
Marcelo Soares
- 19 O DÓLAR  
João Sayad
- 20 A FLORESTA AMAZÔNICA  
Marcelo Leite
- 21 O TRABALHO INFANTIL  
Ari Cipola
- 22 O PT  
André Singer
- 23 O PFL  
Eliane Camarhede
- 24 A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA  
Gustavo Pavi
- 25 JOÃO CABRAL DE MELO NETO  
João Alexandre Barbosa
- 26 JOÃO GILBERTO  
Zuza Homem de Mello
- 27 A MAGIA  
Antônio Flávio Perucci
- 28 O CÂNCER  
Riad Vaini Younes
- 29 A DEMOCRACIA  
Renato Janine Ribeiro
- 30 A REPÚBLICA  
Renato Janine Ribeiro
- 31 RACISMO NO BRASIL  
Lilia Moritz Schwartz
- 32 MONTAIGNE  
Marcelo Coelho
- 33 CARLOS GOMES  
Lorenzo Mammi
- 34 FREUD  
Luz Tatário Oliveira Lima
- 35 MANUEL BANDEIRA  
Murilo Marcondes de Moura
- 36 MACUNAÍMA  
Noemi Jaffe
- 37 O CIGARRO  
Mário Cesar Carvalho
- 38 O ISLÃ  
Paulo Daniel Farah
- 39 A MODA  
Erika Palomino



- 40 ARTE BRASILEIRA HOJE Agnaldo Farias  
 41 A LINGUAGEM MÉDICA Meacy Schar  
 42 A PRISÃO Luis Francisco Carvalho Filho  
 43 A HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO 20 (1900-1920) Oscar Plágallo  
 44 O MARKETING ELEITORAL Carlos Eduardo Lins da Silva  
 45 O EURO Silvia Birencourt  
 46 A CULTURA DIGITAL Rogério da Costa  
 47 CLARICE LISPECTOR Yadhia Rosenbaum  
 48 A MENOPAUSA Silvia Campolin  
 49 A HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO 20 (1920-1940) Oscar Plágallo  
 50 MÚSICA POPULAR Arthur Nestovski (org.)  
 BRASILEIRA HOJE  
 51 OS SERTÕES Roberto Ventura  
 52 JOSÉ CELSO MARTINEZ CORRÊA Ainar Iabaki  
 53 MACHADO DE ASSIS Alfredo Bossi  
 54 O DNA Marcelo Leite  
 55 A HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO 20 (1940-1960) Oscar Plágallo  
 56 A ALCA Rubens Ricupero  
 57 VIOLÊNCIA URBANA Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida  
 58 ADORNÓ Marcio Seligmann-Silva  
 59 OS CLONES Marcia Lachternacher-Traubol

- 60 LITERATURA  
 BRASILEIRA HOJE Manuel da Costa Pinto  
 61 A HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO 20 (1960-1980) Oscar Plágallo  
 62 GRACILIANO RAMOS Wander Melo Miranda  
 63 CHICO BUARQUE Fernando de Barros e Silva  
 64 A OBESIDADE Ricardo Cohen e Maria Rosária Cunha  
 65 A REFORMA AGRÁRIA Eduardo Sobese  
 66 A ÁGUA José Galiza Tundisi e Takako Matsumura Tundisi  
 67 CINEMA BRASILEIRO HOJE Pedro Burcher  
 68 CAETANO VELOSO Guilherme Wensik  
 69 A HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO 20 (1980-2000) Oscar Plágallo  
 70 DORIVAL CAYMMI Francisco Bosco  
 71 VINICIUS DE MORAES Ercanai Ferraz  
 72 OSCAR NIEMEYER Ricardo Ohata  
 73 LACAN Vladimir Safate  
 74 JUNG Tino R. de A. Cavalcanti  
 75 O AQUECIMENTO GLOBAL Claudio Angelo  
 76 MELANIE KLEIN Luis Claudio Figueredo e Elisa Maria de Ulhôa Cintra  
 77 TOM JOBIM Caia Machado  
 78 MARX Jorge Grespan



A coleção Ensaio Comentado traz textos fundamentais de autores clássicos comentados por especialistas da renome

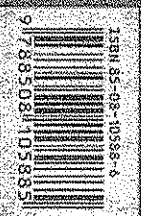
'A mercadoria' é um texto fundamental para compreender a formação do capitalismo do ponto de vista econômico. Nele, Karl Marx já aponta o fato de a força de trabalho — que produz as mercadorias — constituir a base sobre a qual se constrói o mundo capitalista. Marx descreve um a um os elementos que tornam a mercadoria o trabalho necessário para produzi-la, a matéria-prima empregada, sua utilidade, seu valor de troca. Ao analisá-lo e compará-lo com as relações nam uns com os outros, o teórico alemão descobre o fetichismo da mercadoria, pelo qual todas as relações sociais do mundo moderno aparecem invertidas, confundindo as pessoas e conferindo às coisas, ao mesmo tempo, um poder sobrenatural.

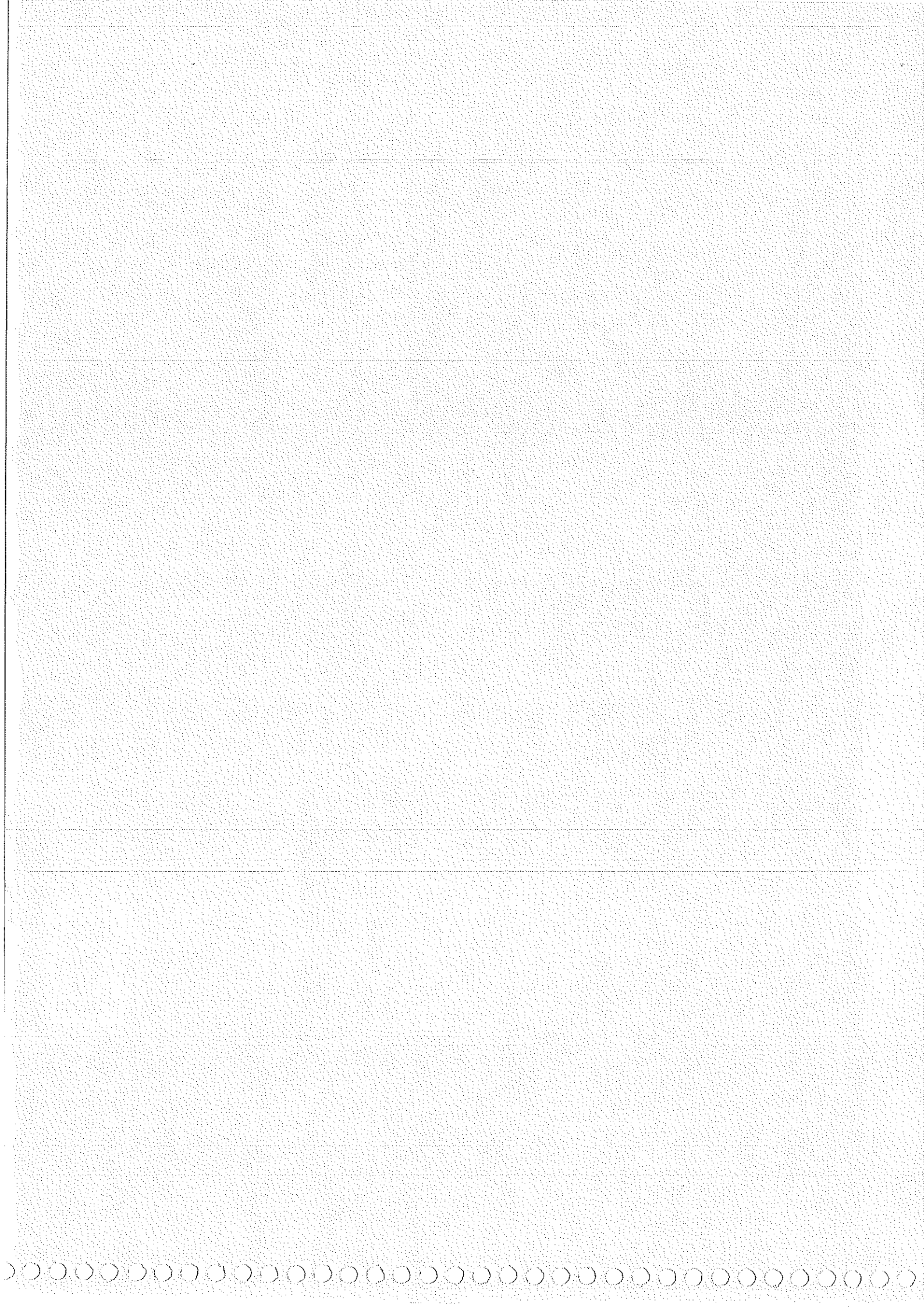
Tradução e comentários de Jorge Grespan, economista e filólogo doutor em filosofia pela Universidade de Campinas, com pos-graduado na Universidade Livre de Berlim e professor de teoria da história na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Jorge Grespan

KARL MARX

A mercadoria





Karl Marx

# A mercadoria

TRADUÇÃO, APRESENTAÇÃO  
E COMENTÁRIOS

**Jorge Grespan**

Professor de teoria da história  
na Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo

**BA**  
editorial

© Editora Ática, 2006

**Diretor editorial adjunto** Fernando Paixão  
**Coordenadora editorial** Gabriela Dias  
**Editor adjunto** Carlos S. Mendes Rosa  
**Editora assistente** Baby Siqueira Abrão  
**Consulhora editorial** Rogério Hafez  
**Preparação de texto** Berenice Baeder  
**Revisão** Ivany Picasso Batista (coord.), Beatriz Chaves e Cristina Lebrão  
**Estagiárias** Aline Rezende Mota e Bianca Santana

**ARTE**  
**Edição** Antonio Paulos  
**Assistente** Claudemir Camargo  
**Design e DTP** Negrito Produção Editorial

CIP-Brasil. CATÁLOGO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

**Masson**

Marx, Karl, 1818-1883  
A mercadoria / Karl Marx; Jorge Greppan tradutor e comentarista. - São Paulo: Ática, 2006  
88p. - (Ensaios comentados)

Inclui bibliografia  
ISBN 85-08-10588-6

1. Economia marxista. 2. Capital (Economia). 3. Socialismo. I. Greppan, Jorge Luis da Silva.  
II. Título. III. Série.

06-2428

CDD 335.4  
CDU 380.85

ISBN 85 08 10588-6 aluno  
ISBN 85 08 10589-4 professor

2006  
1ª edição

Impressão e acabamento: Yangraf Gráfica e Editora Ltda

Todos os direitos reservados pela Editora Ática, 2006

Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 - São Paulo, SP - CEP 02909-900  
Tel.: (11) 3990-2100 - Fax: (11) 3990-1784  
Internet: www.atica.com.br - www.aticaducacional.com.br



## Sumário

<i>Apresentação – Anatomia do mundo moderno</i> .....	7
<i>A mercadoria</i> .....	13
1. Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor) .....	13
2. Duplo caráter do trabalho apresentado pela mercadoria .....	23
3. A forma de valor ou o valor de troca .....	31
4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo .....	67
<i>Biografia – Karl Marx: intelectual e militante</i> .....	86
<i>Bibliografia selecionada</i> .....	88

## Apresentação

# Anatomia do mundo moderno

**D**epois das primeiras décadas do século XIX, a Revolução Industrial começou a se alastrar pelo continente europeu, partindo de seu nascedouro, na Inglaterra, e criando uma situação social inédita, diante da qual não podiam ficar indiferentes os contemporâneos.

Por um lado, as novas técnicas de produção pareciam expandir de modo ilimitado as possibilidades de domínio da natureza pelo homem, libertando-o "magicamente" de um jugo ancestral mediante o enorme poder a ele concedido por uma ciência que se via, assim, confirmada. Mas também se expandia assustadoramente, por outro lado, a pobreza da maioria da população, com o despojamento violento dos que conservavam até então alguma propriedade, e com um nível de miséria e de insalubridade, entre os trabalhadores das novas fábricas, talvez difícil de imaginar para quem observava as condições de vida da Europa atual.

Essa nova situação impôs uma mudança radical nas formas de pensamento. Não era mais possível desconsiderar os métodos e as pretensões de uma ciência cujo poder surpreendia todos os dias com novas aplicações e descobertas, alterando profundamente a vida cotidiana. As velhas filosofias idealistas e

românticas tinham de se render a tamanha evidência, sob pena de desaparecer. E as novas ciências do homem, seguindo na esteira do sucesso das ciências da natureza, de algum modo tinham de dar conta das novas condições sociais e responder, mesmo que pela negativa, às inquietações resultantes da miséria que crescia ao lado da riqueza gerada pela indústria.

Assim, na Alemanha já não tão romântica e idealista, surgia nos anos de 1840 um importante grupo de discussão que pretendia revisar a filosofia clássica de Hegel e Schelling e que, de fato, abriu as possibilidades do pensamento em diversas direções. Desse grupo, conhecido como “jovens hegelianos”, participava Karl Marx, estudante de direito e de filosofia na Universidade de Berlim.

Ele logo se distanciou de seus colegas, porém, enveredando para uma crítica social baseada em estudos da economia política inglesa, associado a um grupo de pensadores e agitadores socialistas que conheceu nos anos de exílio em Paris e Bruxelas. Inspirados por Rousseau, eles localizavam a origem dos problemas da sociedade moderna na generalização da propriedade privada, que concentrava a riqueza de um lado, produzindo a miséria social de outro. Mais bem preparado do que eles, devido aos estudos sistemáticos e rigorosos da filosofia de Hegel e de sua dialética, em particular, Marx pôde desenvolver sua crítica também às concepções ainda românticas desse socialismo.

Percebendo a insuficiência do diagnóstico feito até então da sociedade civil e burguesa, Marx se viu estimulado a retomar insistentemente a análise da economia política, na qual residiria, segundo ele, a “anatomia” do mundo moderno. Assim, desde os anos 1840 até praticamente o fim de sua vida, em 1883, em sucessivos momentos, ele estudou essa ciência, elaborando simultaneamente sua crítica e a reformulação de seus princípios. O resultado foi um conjunto de escritos cujo título maior é, sem dúvida, *O capital*, publicado em 1867.

É o primeiro capítulo desse livro que é aqui apresentado ao leitor, incluindo aquele interessado em conhecer a obra como um todo. É possível fazê-lo porque, pela própria arquitetura de *O capital*, esse capítulo inicial, dedicado ao estudo da mercadoria, condensa e antecipa o que vem a seguir. Marx precisou de muitos anos de reflexão para acertar esse começo. Ele não queria um

conceito inicial de certa forma abstrato, como seria o de valor, se apresentado sem conexão com formas sociais determinadas. Concluiu pelo conceito de mercadoria, porque ela é um “objeto externo”, mas, ao mesmo tempo, nessa sua materialidade, é portadora de relações sociais muito específicas. É pela troca das mercadorias que se encontram e se associam seus produtores, em relações que não ocorreriam sem a mediação dessa troca, que imprime a tais relações um conteúdo específico, inexistente em outras sociedades.

Mais ainda, antecipando capítulos posteriores do livro, a análise da mercadoria em geral é estratégica, porque no sistema capitalista a produção é realizada por uma forma de trabalho que se tornou, ela mesma, mercadoria – a força de trabalho. Por isso era preciso, desde o início de *O capital*, conhecer as partes componentes da forma mais geral, a mercadoria, e a articulação dessas partes, para compreender corretamente como se configura essa mercadoria específica, a força de trabalho, constitutiva de todo o sistema. Pois é tal configuração que explica fenômenos cruciais como a mais-valia, a acumulação e a reprodução do capital, bem como a expansão da forma mercantil por todo o arco do capitalismo: a mercadoria será a forma pela qual esse sistema se generalizará, impressa a todos os “bens e serviços” e, no limite, a todas as relações sociais.

No projeto de *O capital*, começar por essa forma “geral” não quer dizer começar por uma abstração do entendimento, para depois alcançar formas reais e tangíveis, e sim iniciar por aquilo que se encontra em toda parte, no mundo capitalista – algo que se impõe para dominar e alastrar-se. A mercadoria é algo concreto, não algo abstrato. Ela, porém, só é possível pela abstração das formas particulares dos trabalhos que a produzem, isto é, pela comparação de coisas totalmente distintas através da única qualidade que elas têm em comum: a de serem produtos do dispêndio de energia física e mental de seus produtores. Depois disso, sim, é possível tratar do valor. Ele não é um atributo das coisas, como o peso, mas a relação social de comparação e medida do trabalho contido nas mercadorias.



Nesse ponto começa a "crítica à economia política", subtítulo sintomático de *O capital*. Se a obra tivesse começado pelo valor, mesmo os melhores economistas teriam compreendido mal sua natureza, definindo-o como atributo das coisas e, daí, não conseguindo perceber como sua presença na mercadoria se desdobra em outras formas sociais mais complexas, como o dinheiro e o capital. Esse desdobramento é justamente a arquitetura das categorias realizada por Marx. Já no capítulo aqui publicado, veremos como a análise da mercadoria leva necessariamente à forma dinheiro.

É que as partes componentes da mercadoria, encontradas pela análise, não são simplesmente diferentes umas das outras, mas opostas: elas se definem numa relação em que se defrontam, excluem-se reciprocamente, negam-se e, assim, se afirmam. Esse jogo complexo, que é a forma da dialética em Marx, produz um movimento a partir do qual surge o dinheiro, também definido por uma oposição – agora, à mercadoria em geral. Mas não se trata, é bom ressaltar, apenas de um movimento de conceitos. O movimento dos conceitos só reconstitui um movimento real, existente nas trocas e na produção, isto é, no fazer dos agentes sociais.

Reconstituir o todo desse movimento real é o projeto da obra de Marx. A dialética não pertence essencialmente ao mundo dos conceitos, não é método a ser imposto a alguma realidade: é o reflexo conceitual do *modus operandi* da realidade; e não de qualquer uma, mas daquela que se estrutura pela negação mútua de seus elementos efetivos. A oposição presente já na mercadoria só se torna mais complexa no dinheiro e no capital, que se defronta não mais com uma mercadoria qualquer, como o dinheiro, mas com a força de trabalho. Da dialética desse movimento é que resultam tanto a força expansiva do capital, por um lado, como os limites que ele mesmo impõe a seu crescimento, por outro.

Em outras palavras, é dessa dialética que surgem fenômenos percebidos pioneiramente por Marx: a tendência à concentração oligopolista do mercado, quase inexistente no tempo dele; a tendência da produção capitalista a substituir trabalho por capital, desempregando trabalhadores; o predomínio crescente do setor financeiro sobre o industrial, que observamos agudamente no

mundo atual; e as crises, por fim, como manifestação real das contradições constitutivas do capital. São as inversões contínuas da realidade, que Marx chamou de "fetichismo", tratado na última parte de "A mercadoria".

Com o fetichismo e as crises, alcança-se o núcleo do diagnóstico crítico do capitalismo feito por Marx. A inversão dialética ocorre na própria realidade desse sistema econômico-social. Por ela, o sistema mesmo aponta para seu fim, para seu caráter transitório e histórico. E nisso consiste a intervenção de Marx no debate filosófico, científico e político do seu tempo: trata-se de recusar todas as concepções em que o sistema moderno aparece como harmônico e, por isso, como o derradeiro ou como a forma "natural" da sociabilidade. Diante das condições históricas que, no essencial, permanecem marcando o nosso tempo, incumbe apontar o lado negativo, o lado crítico, o lado efêmero. Já por isso, o pensamento de Marx continua interessando e instigando. Mais do que um dever de erudição, conhecê-lo é uma aventura intelectual, um risco e, portanto, um desafio.

JORGE GRESPAN

## A mercadoria\*

### 1. Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

A riqueza das sociedades nas quais predomina o modo de produção capitalista aparece como uma <sup>66</sup>monstruosa coleção de mercadorias<sup>67</sup>, e a mercadoria singular, como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria.

Inicialmente, a mercadoria é um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de algum tipo. A natureza dessas necessidades, se elas surgem, por exemplo, do estômago ou da fanta-

► Esta primeira frase já anuncia o todo da obra: a mercadoria deve estar no campo da exposição por ser a forma mais geral da "riqueza" capitalista, e não porque seja sua primeira forma histórica. Na articulação sistêmica do capitalismo, ela é a forma social que será imposta a todos os produtos e formas sociais; e isso porque a própria fonte produtora das mercadorias e dos valores, a força de trabalho, adquire a forma mercadoria, como trabalho assalariado.

O "monstruoso" sugere o caráter desmedido da "coleção de mercadorias" e a deformação assim imposta à socialidade marcada por sua produção.

► A primeira vista, a mercadoria é não só "coisa", mas uma coisa, algo uno e homogêneo, cujas divisões internas a "análise" vai descobri-

\* Marx, Karl. *Das Kapital*. Berlim: Dietz Verlag, 1984, p. 49-98. (Marx Engels Werke [MEW], vol. 23). Cf. *Das Kapital*, 4. ed. Hamburgo: 1890.

1. Marx, Karl. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie [Para a crítica da economia política]*, Berlim: 1859, p. 3.

sia, nada altera na coisa.<sup>2</sup> Não se trata aqui tampouco de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente como meio de vida, isto é, objeto de fruição, ou através de um desvio, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser considerada de um ponto de vista duplo, conforme a quantidade e a qualidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode ser útil, por isso, em diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, daí, as múltiplas formas de uso das coisas, é um ato histórico,<sup>3</sup> assim como o de encontrar a medida social para a quantidade das coisas úteis. A diversidade de medidas das mercadorias surge em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos e em parte de convenção.

A utilidade de uma coisa converte-a em valor de uso.<sup>4</sup> Mas essa utilidade não paira no ar. Condiionada pelas propriedades do corpo das mercadorias, ela não existe sem o mesmo. Por isso, o próprio corpo das mercadorias, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de que a apropriação de suas propriedades de uso custe ao homem

► É a ação dos homens em cada época da história que "descobre" a utilidade que as propriedades das coisas podem ter, bem como "a medida para sua quantidade", que é "social". Em outras palavras, não são as coisas por si mesmas que determinam seu uso e sua medida, mas os processos sociais, que variam historicamente.

► Barbon (1640-1698), economista inglês que atribua o valor da mercadoria à sua utilidade.

► Locke (1632-1704), filósofo inglês de importância decisiva, expoente do liberalismo político, do empirismo na teoria do conhecimento, também pensador da economia.

2. "O desejo implica a necessidade; é o apetite do espírito, e não natural quanto a fome para o corpo (...) a maior parte (das coisas) tem valor por satisfazer o espírito" (Nicolas Barbon, "A discourse on coining the new money lighter. In answer to Mr. Lockes Considerations etc.", Londres, 1696, p. 2, 3).

3. "As coisas têm uma virtude intrínseca (para Barbon, esta é a característica específica do valor de uso) que é igual em toda a parte, como o ímã em atrair o ferro" (op. cit., p. 6). A propriedade que o ímã tem de atrair o ferro só se tornou útil quando através dela se descobriu a polaridade magnética.

4. "O valor (worth) natural de uma coisa consiste na sua propriedade de satisfazer as necessidades ou de servir as comodidades da vida humana" (John Locke, "Some considerations on the consequences of the lowering of interest", 1691. In Works, edit. Londres: 1777, vol. II, p. 28). No século XVII, encontramos ainda >

muito ou pouco trabalho. Na consideração dos valores de uso sempre se pressupõe sua determinidade quantitativa, como dizia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina própria, a merceologia.<sup>5</sup> O valor de uso só se realiza no uso ou consumo. Valores de uso constituem o teor material da riqueza, qualquer que seja a sua forma social. Na forma social que consideramos, eles constituem ao mesmo tempo os portadores materiais do – valor de troca.

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção pela qual se intercambiam valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo,<sup>6</sup> uma relação que muda constantemente com o tempo e o lugar. O valor de troca parece, por isso, algo casual e simplesmente relativo, e um valor de troca interno (*valeur intrinsèque*), imanente à mercadoria, como uma *contingência in adjecto*? Consideremos a coisa mais de perto.

Uma certa mercadoria, um *quarter* de trigo por exemplo, troca-se por *x* de graxa de sapato ou por *y* de seda ou por *z* de ouro etc., em resumo, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. Em vez de um

> frequentemente, em autores ingleses, *worth* para valor de uso e *value* para valor de troca, bem no espírito de uma língua que prefere expressar a coisa imediatamente pelo gerântico e a coisa refletida pelo romântico.

5. Na sociedade burguesa domina a *factio juris* (ficção jurídica) de que, como comprador de mercadorias, cada homem possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

6. "O valor consiste na relação de troca que se encontra entre uma certa coisa e outra, entre uma certa medida de um produto e a de um outro" (L. Trosne, "De l'intérêt social" In *Physiocrates*, Paris: 1846, p. 889).

7. "Nada pode ter um valor intrínseco" (Barbon, N. op. cit., p. 6), ou, como diz Butler: "o valor de uma coisa é tanto quanto ela proporcionar".

► O valor de troca representa, nesta primeira aproximação, o "ponto de vista" quantitativo mencionado antes, do mesmo modo como o valor de uso representava o qualitativo.

► Contradição entre o objetivo e o subjetivo: no caso, entre a imanência e o valor de troca, se este se define só na troca, não poderia existir já na mercadoria singular como algo de "imanente" a ela. Marx superará esse ponto de vista a seguir.

► Le Trosne (1728-1790), economista francês da corrente chamada "fisiocrata", que postulava ser apenas o trabalho agrícola a fonte de valor.

só, o trigo tem, portanto, múltiplos valores de troca. Mas, como  $x$  de graxa, tanto quanto  $y$  de seda, ou  $z$  de ouro etc., são o valor de troca de um *quarter* de trigo, então  $x$  de graxa,  $y$  de seda, ou  $z$  de ouro etc. devem ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou de grandeza igual entre si. Segue-se daí, em primeiro lugar, que os valores de troca válidos da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, o valor de troca pode ser, em geral, apenas o modo de expressão, a "forma de aparecimento" de um conteúdo dele distinguível.

Mais ainda, tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, ela sempre pode ser apresentada como uma equação, na qual um *quantum* de trigo é igualado a algum *quantum* de ferro, por exemplo 1 *quarter* de trigo =  $a$  quintais de ferro. O que quer dizer essa equação? Que algo em comum de mesma grandeza existe em duas coisas diversas, em 1 *quarter* de trigo do mesmo modo que em  $a$  quintais de ferro. Ambas são iguais, portanto, a uma terceira, que em si e por si não é nem uma nem a outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve ser redutível a esta terceira.

Um exemplo geométrico simples evidenciará isso. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas, resolvemo-las em triângulos. O próprio triângulo se reduz a uma expressão totalmente diversa da de sua figura visível – a metade do produto de sua base por sua altura. Do mesmo modo, os valores de troca das mercadorias são redutíveis a algo em comum, que neles se apresenta mais ou menos.

Este algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra proprie-

dade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração na medida em que elas se tornam úteis, isto é, valores de uso. Por outro lado, contudo, é justamente a abstração de seus valores de uso o que caracteriza de modo visível a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma [relação de troca] um valor de uso vale exatamente tanto quanto qualquer outro, bastando que seja dado em proporção adequada. Ou, como diz o velho Barbon:

Um tipo de mercadoria é tão bom quanto outro, se o valor for igual. Não há diferença ou distinção entre coisas de igual valor.<sup>8</sup>

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de qualidade diversa; como valores de troca, elas só podem ser de quantidade diversa, não conteúdo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Deconsiderando assim o valor de uso dos corpos das mercadorias, então nelas permanece apenas uma propriedade, a de produtos de trabalho. No entanto, até o produto de trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstrairmos também as partes componentes corpóreas e as formas que fazem do produto um valor de uso. Ele não é mais mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas disposições sensíveis são apagadas. Ele também não é mais o

► Contraposição de forma e conteúdo, isto é, o próprio valor de troca é a "forma" em que "aparece" um "conteúdo", que não se limita a essa forma. Tal conteúdo será o valor "imamente", "intrínseco", anunciado na nota 7, assumindo a contradição adjetiva.

► Na equação, a relação de troca "apresenta-se" na dimensão apenas quantitativa, mas não se esgota nela, tendo também uma dimensão qualitativa, como se verá. Essa categoria de "apresentação" é crucial em todo o texto, correspondendo à "forma de aparecimento" do conteúdo real dos objetos e, daí, à sua exposição teórica pelo próprio Marx, no debate sobre a "forma" do modo de apresentação dos conceitos.

#### Vocabulário

► O "inverso" aqui referido à quantidade e à qualidade das mercadorias é uma figura importante da dialética: é a primeira forma em que aparece a diferença entre as coisas, forma na qual elas não têm relação umas com as outras, não são distintas dentro de uma relação que as diferencia, mas em si mesmas. Elas são como que indiferentes umas às outras. No caso, são valores de uso de qualquer qualidade, e valores de troca em qualquer quantidade.

8. "One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value... One hundred pounds worth of lead or iron is of as great a value as one hundred pounds worth of silver and gold" (Barbon, N. op. cit. p. 53 e 57). [Tradução do restante da frase: "O valor de cem libras de chumbo ou ferro vale tanto quanto o valor de cem libras de prata ou ouro".]

produto do trabalho de marceneiro ou de pedreiro ou de fiador, ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos de trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos que neles se apresentam; desaparecem, portanto, também as diversas formas concretas desses trabalhos, que não mais se diferenciam, mas são reduzidos em conjunto a trabalho humano igual, trabalho humano abstrato.

Consideremos então o resíduo dos produtos de trabalho. Nada deles restou senão uma mesma objetividade fantasmagórica, uma mera gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, o dispêndio de força de trabalho humano sem ter em vista a forma de seu dispêndio. Nessas coisas apenas se apresenta que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a elas, são valores – valores mercantis.

Na relação de troca das próprias mercadorias, o seu valor de troca nos apareceu como algo totalmente independente dos seus valores de uso. Abstraindo-se realmente o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se então o seu valor, tal como ele foi justamente definido. O algo em comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, portanto, é o seu valor. O prosseguimento da investigação nos conduzirá de volta ao valor de troca como o necessário modo de expressão ou forma de aparecimento do valor, que deve ser considerado a seguir, contudo, independentemente dessa forma.

Um valor de uso ou bem, portanto, só tem um valor porque o trabalho humano abstrato está nele objetivado ou materializado. Como medir, então, a grandeza de seu

valor? Pelo *quantum* da “substância formadora de valor” nele contida, o trabalho. A própria quantidade de trabalho se mede por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho tem sua medida, por sua vez, em frações de tempo definidas, tais como horas, dias etc.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é definido pelo *quantum* de trabalho despendido em sua produção, quanto mais preguiçoso ou desajeitado for um homem, mais valiosa será a sua mercadoria, pois ele precisa de mais tempo para terminá-la. Mas o trabalho que forma a substância do valor é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força humana de trabalho. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, conta aqui como uma e a mesma força de trabalho humano, apesar de ela consistir em inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é tão força de trabalho humano quanto a outra, na medida em que possui o caráter de uma força média de trabalho social e, como tal, ponha em operação uma força média de trabalho social, precisando, assim, para a produção de uma mercadoria, tão somente do tempo de trabalho necessário na média ou socialmente. Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para apresentar um valor de uso nas condições de produção normalmente dadas na sociedade e no grau socialmente médio de habilidade e intensidade do trabalho. Depois da introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, bastava talvez metade do trabalho de antes para transformar uma determinada quantidade de fio em tecido. De fato, o tecelão manual inglês pre-

► O “indiferenciado” do trabalho abstrato aqui aponta, como vimos na nota anterior, para uma dimensão do trabalho que está para além da mera “diversidade” qualitativa dos trabalhos concretos. Ele não se diferencia destes como “diverso”, mas por uma “abstração”, pela qual se opõe aos concretos. Aqui comparece a segunda forma da diferença, forma propriamente dialética, a da “oposição de dois termos, relacionando-os. No caso, o trabalho abstrato se diferencia porque se opõe ao trabalho concreto em geral.

► O problema da “medida”, que aparece nesta passagem, é de importância fundamental. Não é que o trabalho abstrato, como oposto do concreto, não possua nenhuma qualidade, isto é, que ele seja a abstração de toda e qualquer qualidade e tenha uma dimensão apenas quantitativa. Ele possui, sim, uma dimensão qualitativa, embora só uma: a de dispêndio de força humana de trabalho. É nessa dimensão que ele pode variar apenas quantitativamente, conforme represente mais ou menos dispêndio da força de trabalho. O trabalho abstrato, assim, é a qualidade que varia em quantidade e serve, por isso, de “medida” para essa mesma qualidade, presente em todos os trabalhos concretos e em seus produtos, as mercadorias.

cisava do mesmo tempo de trabalho de antes para essa transformação, mas no produto de sua hora de trabalho individual se apresentava agora tão somente meia hora de trabalho social, caindo para a metade, por isso, do seu antigo valor.

É apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a confecção de um valor de uso, portanto, que define sua grandeza de valor.<sup>9</sup> A mercadoria singular vale aqui em geral como exemplar médio de sua espécie.<sup>10</sup> Mercadorias em que estão contidas quantidades determinadas de trabalho de igual grandeza, ou que podem ser confeccionadas com o mesmo tempo de trabalho, têm, por isso, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria se relaciona ao valor de qualquer outra mercadoria do mesmo modo que o tempo de trabalho necessário para a produção de uma ao tempo de trabalho necessário para a produção de outra. “Como valores, todas as mercadorias são somente medidas determinadas de tempo de trabalho coagulado.”<sup>11</sup>

9. Nota da 2ª edição: “The value of them (the necessities of life), when they are exchanged the one for another, is regulated by the quantity of labour necessarily required, and commonly taken in producing them”. “O valor de objetos de uso, na medida em que são trocados reciprocamente, é determinado pelo *quantum* de trabalho necessariamente requerido e normalmente empregado em sua produção” [tradução de Marx]. (“Some thoughts on the interest of money in general, and particularly in the Public Funds etc.” Londres, pp. 36-37) Esse notável escrito anônimo do século passado não traz data. Deduz-se de seu conteúdo porém, que ele tenha aparecido sob Jorge II, talvez em 1739 ou 1740.

10. “Todos os produtos da mesma espécie formam de fato só uma massa, cujo preço é determinado em geral e sem levar em consideração as condições especiais” (Le Troisme, op. cit. p. 893).

11. K. Marx, op. cit., p. 6.

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria constante se ficasse constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Mas este último se altera a cada alteração na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é definida por múltiplas condições, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, pelo nível de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, pela combinação social do processo de produção, pelo volume e a eficácia dos meios de produção e por circunstâncias naturais. Por exemplo, na época propícia do ano, o mesmo *quantum* de trabalho se apresenta em 8 *bushels* de trigo, enquanto, na imprópria, em apenas 4. O mesmo *quantum* de trabalho fornece mais metais em minas ricas do que em minas pobres etc. Raramente diamantes aparecem na crosta terrestre, e encontrá-los custa em média, por isso, muito tempo de trabalho. Por consequência, neles se apresenta, em pouco volume, muito trabalho. Já cobruvida que o ouro jamais tenha pagado seu pleno valor. Isso é mais válido ainda no caso do diamante. De acordo com Eschwege, em 1823 a pilhagem total de oitenta anos das minas de diamante brasileiras não havia ainda alcançado o preço do produto médio de um ano e meio das plantações de açúcar ou café, apesar de nele se apresentar muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas, o mesmo *quantum* de trabalho se apresentaria em mais diamantes e seu valor cairia. Se se conseguisse com menos trabalho transformar carvão em diamante, então seu valor poderia cair abaixo do de tijolos. Em geral: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para

► Jacob (cerca de 1782-1851), comerciante, viajante e escritor inglês. A referência de Marx é ao livro *An historical inquiry into the production and consumption of the precious metals*. Londres: 1831, p. 55.

► Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), geólogo e engenheiro de minas alemão, era contratado da coroa portuguesa e foi chamado ao Brasil, após a chegada da família real.

a confecção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a confecção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza de valor de uma mercadoria, portanto, muda diretamente em relação ao *quantum* e inversamente em relação à força produtiva do trabalho nela realizado.

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. Esse é o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim o ar, o solo virgem, os campos naturais, a mata selvagem etc. Uma coisa pode ser útil e produto de trabalho humano sem ser mercadoria. Quem satisfaz sua própria necessidade com seu produto cria realmente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, deve produzir não só valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (E não só para outros simplesmente. O camponês medieval produz o trigo do tributo para o senhor feudal e o trigo do dízimo para o padre. Mas nem o trigo do tributo nem o dízimo se tornavam mercadoria, por terem sido produzidos para outros. Para se tornar mercadoria, o produto deve ser transferido para outro, a quem ele servirá como valor de uso, mediante a troca.)<sup>12</sup> Por fim, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se for inútil, então também o trabalho contido nela é inútil, não conta como trabalho e não forma, por isso, nenhum valor.

► Nesta nota importante, acrescentada por Engels à quarta edição de *O Capital*, aparece com clareza a distinção decisiva entre produto e mercadoria: toda mercadoria é produto, ao menos a princípio, mas nem todo produto é mercadoria. A mercadoria tem a ver, como diz a própria palavra, com mercado, e o produto produzido com o objetivo de ser colocado no mercado.

12. Inclui o texto entre parênteses, porque com sua omissão surgia frequentemente o mal-entendido de que qualquer produto consumido por outro que não o produtor valeria para Marx como mercadoria. – Friedrich Engels.

## 2. Duplo caráter do trabalho apresentado pela mercadoria

O riginalmente a mercadoria nos apareceu como algo bipartido, valor de uso e valor de troca. Depois se mostrou que também o trabalho, na medida em que se expressa no valor, não possui mais os mesmos caracteres a ele atribuídos como produtor de valores de uso. Essa natureza bipartida do trabalho contido na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez por mim.<sup>13</sup> Como este ponto é a fonte a partir da qual gira a compreensão da economia política, ele deve ser aqui esclarecido mais de perto.

Tomemos duas mercadorias, digamos um casaco e 10 varas de pano. E que a primeira tenha o dobro do valor da última, de modo que, se 10 varas de pano = Y, o casaco = 2Y.

O casaco é um valor de uso que satisfaz uma necessidade específica. Para produzi-lo, é preciso um determinado tipo de atividade produtiva. Esta se determina por sua finalidade, modo de operação, objeto, meio e resultado. O trabalho cuja utilidade se apresenta no valor de uso de seu produto, ou em que seu produto seja um valor de uso, chamamos abreviadamente de trabalho útil. Sob esse ponto de vista, ele será sempre considerado com referência ao seu efeito útil.

Assim como o casaco e o pano são valores de uso qualitativamente diversos, também os trabalhos por cujo intermédio eles vêm à existência são qualitativamente

► O caráter "bipartido" da mercadoria e do trabalho corresponde justamente à oposição de dois pólos de uma relação, que vimos ser a figura dialética mais completa da diferença. Aqui, como não se explicou ainda a relação que diferencia os dois pólos, Marx prefere usar o termo "bipartido".

► O termo "útil" designa a dimensão do trabalho antes chamada "concreta", por oposição à "abstrata".

13. Op. cit., p. 12, 13 e passim.

diversos – alfaiataria e tecelagem. Não fossem aquelas coisas valores de uso qualitativamente diversos e, daí, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diversos, elas não poderiam de modo algum se defrontar como mercadorias. O casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso.

No conjunto dos diversos tipos de valor de uso ou corpos das mercadorias aparece um conjunto igualmente múltiplo de diversos trabalhos úteis, de acordo com seu gênero, espécie, família, subspecie, variedade – uma divisão social do trabalho. Ela é a condição de existência da produção de mercadorias, embora a produção de mercadorias, inversamente, não seja a condição de existência da divisão social do trabalho. Na comunidade indiana antiga o trabalho é socialmente dividido, sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não é mediada pelo fato de os trabalhadores trocarem seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes uns dos outros se defrontam como mercadorias.

Viu-se, portanto: no valor de uso de qualquer mercadoria está contida uma determinada atividade produtiva adequada à sua finalidade, ou um trabalho útil. Valores de uso não podem se defrontar como mercadorias se não houver trabalhos úteis qualitativamente diversos contidos neles. Em uma sociedade cujos produtos assumem em geral a forma da mercadoria, isto é, uma sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados autonomamente uns dos outros como negócios privados de produtores indepen-

dentes, desenvolve-se em um sistema multicomponente, uma divisão social do trabalho.

Para o casaco, aliás, é indiferente ser usado pelo alfaiate ou pelo cliente do alfaiate. Em ambos os casos ele atua como valor de uso. Tampouco se altera em si e por si a relação entre o casaco e o trabalho que o produziu pelo fato de a alfaiataria se tornar uma profissão especializada, membro autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de roupa o obrigou, o ser humano exerceu a alfaiataria, milênios antes de um ser humano se tornar alfaiate. Mas a existência do casaco, do pano ou de qualquer elemento dado da riqueza material sempre teve de ser mediada por uma atividade produtiva específica, adequada à sua finalidade, assimilando o material natural particular a necessidades humanas particulares. Por isso, como formador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é uma das condições de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre o homem e a natureza, ou seja, a vida humana.

Os valores de uso casaco, pano etc., em suma, os corpos das mercadorias são ligações de dois elementos, matéria natural e trabalho. Abstraindo a soma total de todos os diversos trabalhos úteis contidos no casaco, no pano etc., sobra sempre um substrato material dado pela natureza sem intervenção do homem. Em sua produção, o homem pode proceder apenas como a própria natureza, isto é, alterar somente as formas dos materiais.<sup>14</sup> Mais

14. "Todos os fenômenos do universo, sejam eles produtos da mão do homem, >



ainda. Neste trabalho mesmo de formatação ele é constantemente apoiado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso produzidos por ele, da riqueza material. O trabalho é seu pai, como diz William Petty, e a terra, sua mãe.

Passemos então da mercadoria, como objeto de uso, para o valor-mercadoria.

De acordo com nosso suposto, o casaco possui o dobro do valor do pano. Mas esta é somente uma diferença quantitativa que, no momento, ainda não nos interessa. Lembramos então que, se o valor de um casaco é o dobro de 10 varas de pano, 20 varas de pano têm a mesma grandeza de valor que um casaco. Como valores, o casaco e o pano são coisas de substância igual, expressões objetivas de trabalho de tipo igual. Mas a alfaiataria e a tecelagem são trabalhos qualitativamente diversos. Existem condições sociais, sem dúvida, em que o mesmo homem alternadamente costura e tece, sendo daí esses dois modos diversos de trabalho apenas modificações do trabalho do mesmo indivíduo, e não já funções particulares fixas de indivíduos diversos, exatamente como o casaco, que o nosso alfaiate faz hoje, e as calças que ele fará

► Verri (1728-1797), economista italiano, um dos primeiros críticos da fisiocracia. Custodi (1771-1842), também economista italiano, editor da obra de seus mais importantes colegas.

> ou bem das leis universais da física, não são de fato criações novas, mas simplesmente modificações da matéria. Juntar e separar são os únicos elementos que o engenho humano encontra analisando a idéia da reprodução, e mesmo assim é reprodução de valor" (valores de uso, embora em sua polêmica aqui contra os fisiocratas o próprio Verri não saiba bem de que tipo de valor ele fala) "e de riqueza, se a terra, o ar e a água nos campos se transformassem em grão, ou também como quando, pela mão do homem, a secreção de um inseto se transforma em seda, ou alguns pedacinhos de metal se organizam para formar um relógio de repetição." (Pietro Verri, "Meditazioni sulla economia politica." Impresso pela primeira vez em 1771, na edição dos *Economistas Italianos de Custodi*, Parte Moderna, t. XV, p. 21,22).

amanhã, supõem somente variações do mesmo trabalho individual. Além disso, a evidência ensina que em nossa sociedade capitalista uma dada porção de trabalho humano alternadamente é ofertada na forma de alfaiataria ou na de tecelagem, de acordo com a direção alterável da demanda de trabalho. Esta alteração da forma do trabalho pode não transcorrer sem fricção, mas tem de ocorrer. Abstraindo a determinidade da atividade produtiva e, assim, do caráter útil do trabalho, resta nele que é um dispêndio de força humana de trabalho. Apesar de atividades produtivas qualitativamente diversas, alfaiataria e tecelagem são, ambas, dispêndio produtivo de cérebro, músculo, nervo, mão humanos, e nesse sentido, ambas, trabalho humano. São apenas duas formas diversas de despendar força humana de trabalho. De qualquer modo, a própria força humana de trabalho deve estar mais ou menos desenvolvida, para ser despendida desta ou daquela forma. Mas o valor da mercadoria se apresenta no trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral. Assim como na sociedade burguesa um general ou um banqueiro desempenha um grande papel, e o homem simplesmente, ao contrário, um papel muito mesquinho,<sup>15</sup> também aqui isso se passa com o trabalho humano. Ele é o dispêndio da força simples de trabalho que cada ser humano comum possui na média, sem desenvolvimento especial, em seu organismo corporal. De fato, o próprio trabalho médio simples altera o seu caráter em terras e épocas culturais diversas, mas é dado em uma determinada sociedade.

15. Cf. Hegel, *Filosofia do Direito*, Berlim: 1840, p. 250, § 190.

► Hegel (1770-1831), filósofo alemão de crucial relevância na obra de Marx por elaborar a dialética como lógica rigorosa da negação e da contradição, vista por Marx como constituinte do *modus operandi* do capitalismo. Apesar disso, Marx criticou o aspecto que considerou "mistificador" no pensamento hegeliano: o de que a negação teria a força de se auto-superar e resolver-se num todo positivo. Apesar de confessar um simples "heredeiro" do jargão de Hegel, Marx inseriu figuras da dialética hegeliana em momentos estratégicos de sua obra. Tais figuras, evidentemente, foram modificadas em seu sentido e sua forma lógica. Na referência feita aqui, por exemplo, nota-se a clara ironia de Marx.

► Reaparece o tema da "redução", aqui referido à redução dos vários graus de trabalho complexo a unidades de trabalho simples. O interessante é notar que a "experiência" ou o "processo social" por cujo intermédio ocorre essa mensuração, por sua repetição, acaba se autonomizando dos atos individuais em que são realizados e dos agentes sociais que os realizam. Por isso, o texto diz que ele acontece "às costas dos produtores", como um "costume" social que independe dos agentes e que tem de ser obedecido. É a primeira menção ao processo que adiante Marx chama de "fetichismo".

O trabalho mais complexo conta apenas como trabalho simples *potencializado*, ou melhor, *multiplicado*, de modo que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, mas o seu *valor* a apresenta como igual ao produto do trabalho simples e, portanto, como sendo somente um *quantum* determinado de trabalho simples.<sup>16</sup> As diversas proporções em que os diversos tipos de trabalho são reduzidos a trabalho simples, como a sua unidade de medida, estabelecem-se por um processo social às costas dos produtores, e parecem a eles daí como dados pelo costume. Para efeitos de simplificação a seguir, cada espécie de força de trabalho valerá para nós imediatamente como força de trabalho simples, apenas para poupar o esforço de redução.

Desse modo, assim como nos valores casaco e pano abstrai-se a diferença entre seus valores de uso, também nos trabalhos que se apresentam nesses valores se abstraem as suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e pano se ligam às atividades produtivas do pano e do fio, determinadas por sua finalidade, mas os valores casaco e pano são mera gelatina de trabalho do mesmo tipo, também os trabalhos contidos nesses valores não contam por sua relação produtiva ao pano e ao fio, e sim apenas como dispêndio

16. O leitor deve perceber que aqui não se trata do salário ou do valor que o trabalhador recebe por, digamos, um dia de trabalho, e sim do valor das mercadorias nas quais se objetiva o seu dia de trabalho. A categoria do salário do trabalho ainda não existe em geral neste nível de nossa apresentação.

de força humana de trabalho. A alfaiataria e a tecelagem são elementos formadores dos valores de uso casaco e pano justamente por suas qualidades diversas; mas são substância do valor do casaco e do valor do pano apenas na medida em que se abstrai a sua qualidade particular e ambas possuem a mesma qualidade, a qualidade de trabalho humano.

O casaco e o pano não são somente valores em geral, contudo, e sim valores de determinada grandeza, e, conforme nossa suposição, o casaco vale o dobro de 10 varas de pano. De onde procede essa diversidade de suas grandezas de valor? Do fato de o pano conter só metade do trabalho do casaco, de modo que para a produção deste último a força de trabalho deve ser despendida durante o dobro do tempo que para a produção da primeira.

Portanto, se com referência ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria conta apenas qualitativamente, com referência à sua grandeza de valor ele conta quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem mais qualidades. Lá se trata do "como" e "quando" do trabalho, aqui, do "quanto" dele, de sua duração no tempo. Como a grandeza do valor de uma mercadoria apresenta só o *quantum* do trabalho contido nela, as mercadorias devem, em certa proporção, ser valores sempre da mesma grandeza.

Permanecendo inalterada a força produtiva, digamos, de todos os trabalhos úteis requeridos para a produção de um casaco, então a grandeza de valor do casaco se eleva com sua própria quantidade. Admitamos, porém, que o trabalho necessário para a produção de um casaco se eleva ao dobro ou cai pela metade. No primeiro caso,

um casaco tem tanto valor quanto antes dois casacos; no segundo caso, dois casacos têm tanto valor quanto antes um, embora em ambos os casos um casaco preste o mesmo serviço antes e depois, e o trabalho útil nele contido não perca em qualidade. Mas o *quantum* de trabalho despendido em sua produção alterou-se.

Um *quantum* maior de valor de uso forma, em si e por si, uma riqueza material maior, dois casacos mais do que um. Com dois casacos pode-se vestir duas pessoas etc. No entanto, a massa crescente de riqueza material pode corresponder a uma queda simultânea em sua grandeza de valor. Esse movimento em oposição, surgido caráter bipartido do trabalho. A força produtiva é, naturalmente, sempre força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina de fato apenas o grau de eficiência de atividades produtivas adequadas a uma finalidade, em um dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se uma fonte de produtos mais rica ou mais pobre, daí, em porção direta à elevação ou queda da sua força produtiva. Ao contrário, uma mudança da força produtiva em nada afeta o trabalho que se apresenta no valor. Como a força produtiva concerne à forma útil concreta do trabalho, ela não pode mais atingir o trabalho, naturalmente, na medida em que se abstrai de sua forma útil concreta. No mesmo espaço de tempo, o mesmo trabalho resulta então sempre na mesma grandeza de valor, não importa quanto mude a força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diversos *quantia* de valores de uso; mais, quando a força produtiva do trabalho se eleva, menos, quando ela cai. A mesma mudança da força produtiva que aumenta a fecundidade do trabalho e, daí, a

massa dos valores de uso fornecida por ele, diminui então a grandeza de valor dessa massa conjunta aumentada, se ela encurtar a soma de tempo de trabalho necessário para a sua produção. Do mesmo modo, ao contrário. Por um lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato forma o valor das mercadorias. Por outro lado, todo o trabalho é dispêndio de força humana de trabalho em uma forma particular, determinada por sua finalidade, e nessa qualidade de trabalho útil concreto produz os valores de uso.<sup>17</sup>

### 3. A forma de valor ou o valor de troca

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso, ou corpos de mercadorias, como o ferro, o aço, o trigo etc. Esta é a sua prosaica forma natural. Elas são mercadorias, contudo, apenas como algo duplo, objetos de uso e ao mesmo tempo portadores de

<sup>17</sup> Nota da 2ª ed. Para demonstrar "que só o trabalho é a medida real e definitiva em que o valor de todas as mercadorias em todas as épocas pode ser avaliado e comparado", diz A. Smith: "quantidades iguais de trabalho devem ter o mesmo valor para o próprio trabalhador em todas as épocas e lugares. Nas condições normais de saúde, força e atividade, e no grau médio de habilidade que ele pode ter, deve ele dedicar a dita porção de seu repouso, sua liberdade e sua felicidade" (*Wealth of nations*, livro 1, cap. V, p. 104-105). Por um lado, aqui (não em toda a parte) A. Smith confunde a determinação do valor pelo *quantum* de trabalho despendido na produção da mercadoria com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura daí demonstrar que as mesmas quantidades de trabalho sempre têm o mesmo valor. Por outro lado, ele inclui o trabalho, na medida em que se apresenta no valor das mercadorias, conta apenas como dispêndio de força de trabalho; mas apreende este dispêndio novamente como mero sacrifício de repouso, liberdade e felicidade, e não como >

<sup>18</sup> Adam Smith (1723-1790), filósofo inglês considerado fundador da economia política com o livro *A riqueza das nações*, de 1776, sistematiza e desenvolve o pensamento de vários antecessores, contestando especialmente as idéias mercantilistas e fisiocratas. Elabora de modo claro a distinção entre valor de troca e valor de uso, além de conceitos como a divisão do trabalho, como a divisão do trabalho, "não invisível", uma formulação que concilia seu pensamento econômico com o político-moral. Marx o lê e critica com especial interesse.

► A referência de Marx é à personagem *Mistress Quickly*, na *taia de Falstaff* na parte I de *Henrique IV*, de Shakespeare (3ª ato, cena 3).

► É crucial notar esta definição clara do caráter social do valor. A "objetividade" de valor não é a mesma das coisas em geral, não é seu caráter material ou tangível. O valor é uma forma de sociabilidade humana realizada por meio de seus produtores, não uma propriedade material desses produtores. É, no fundo, a relação dos próprios trabalhos, uns com os outros, e por isso o valor é definido somente por eles. Não tem sentido, nesse contexto, pretender que o capital e a terra possam criar valor, criar sociabilidade; eles podem apenas presidir as condições dessa sociabilidade, uma vez tendo o capital dominado a esfera da produção direta de mercadorias.

valor. Elas aparecem como mercadorias ou possuem a forma de mercadorias, portanto, apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.

A objetividade de valor das mercadorias se diferencia da de *Mistress Quickly* porque nunca se sabe por onde apanhá-la. Ao contrário de sua objetividade sensível bruta de corpo de mercadorias, não entra nenhum átomo de matéria natural em sua objetividade de valor. Pode-se girar e virar uma mercadoria singular como se queira, que ela permanece inapreensível como coisa de valor. Se nos lembrarmos, porém, de que as mercadorias só possuem objetividade de valor na medida em que são expressões da mesma unidade social, o trabalho humano, e de que a sua objetividade de valor, portanto, é puramente social, então se entende obviamente que ela só possa aparecer na relação social de mercadoria para mercadoria. Nós partimos de fato do valor de troca ou relação de troca das mercadorias, para rastrear o valor nele contido. Agora devemos retornar a essa forma de aparecimento do valor.

Qualquer pessoa sabe, mesmo que não saiba mais

> ocupação normal da vida. É claro que tem diante dos olhos o trabalhador assalariado moderno. Mais acertado, diz o precursor anônimo de A. Smith, citado na nota 9: "Um homem empregou uma semana em fornecer para si este objeto necessário (...), e aquele que der a ele em troca um outro objeto, não pode avaliar mais corretamente o que é do mesmo valor, senão calculando o que lhe custa o mesmo trabalho e tempo. O que de fato nada mais é do que trocar o trabalho que um homem emprega em um objeto durante um certo tempo pelo trabalho que outro homem emprega em outro objeto pelo mesmo tempo" (*Some thoughts on the interest of money in general etc.*, p. 39). Nota da 4ª ed.: A língua inglesa tem a vantagem de ter duas diferentes palavras para os dois diferentes aspectos do trabalho. O trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente se chama *work*, ao contrário de *labour*; o trabalho que cria valor e só é medido quantitativamente se chama *labour*, ao contrário de *work*. - R.E.

do que isso, que as mercadorias possuem uma forma de valor comum altamente contrastante com as variadas formas naturais de seus valores de uso – a forma dinheiro. Mas aqui se trata de realizar aquilo que a economia burguesa nem sequer tentou, a saber, demonstrar a gênese dessa forma dinheiro, e assim perseguir o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua figura mais simples e discreta até a brilhante forma dinheiro. Com isso desaparecerá imediatamente o enigma do dinheiro.

A relação de valor mais simples é claramente a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria de outro tipo, não importa qual. A relação de valor de duas mercadorias proporcional, daí, a expressão de valor mais simples de uma mercadoria.

### A) Forma de valor simples, singular ou casual

$x$  mercadoria A =  $y$  mercadoria B, ou  $x$  mercadoria A vale  $y$  mercadoria B

(20 varas de pano = 1 casaco, ou 20 varas de pano valem 1 casaco)

#### 1. Os dois pólos da expressão de valor: forma de valor relativa e forma equivalente

O segredo de toda forma de valor está embutido nesta forma de valor simples. A sua análise oferece portanto a verdadeira dificuldade.

Duas mercadorias de tipo diverso, A e B, no nosso exemplo, pano e casaco, desempenham aqui dois papéis

► Marx anuncia a tarefa a seguir: "demonstra" como a forma dinheiro se desenvolve a partir da forma mercadoria. Com a intenção de esclarecer que a produção de mercadorias não pode existir sem o dinheiro, ele já havia começado essa "demonstração" em sua juventude, no curso da polêmica com o anarquista francês Proudhon. Aqui, porém, ela ganha muito em sofisticação teórica.

► A "forma de valor" ou "expressão de valor" é o próprio valor de troca. Depois de enunciá-lo inicialmente, a exposição o havia abandonado para buscar o valor propriamente dito, o "namente" à mercadoria singular mesma. Agora ele retorna, pois o valor só aparece quando as mercadorias são trocadas. Mas todo o desenvolvimento que levará à forma dinheiro já está contido na dialética das formas mais simples da "expressão de troca".

diversos. O pano expressa seu valor no casaco, o casaco serve como material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria desempenha um papel ativo, a segunda, um passivo. O valor da primeira mercadoria se apresenta como valor relativo, ou ela se encontra na forma de valor relativa. A segunda mercadoria funciona como equivalente, ou encontra-se na forma equivalente.

A forma de valor relativa e a forma equivalente são momentos inseparáveis, pertencentes um ao outro, reciprocamente condicionantes, mas simultaneamente momentos excluídos um do outro, ou opostos, isto é, pólos da mesma expressão de valor; eles se distribuem continuamente entre as diversas mercadorias que a expressão do valor liga uma à outra. Não posso expressar, por exemplo, o valor do pano em pano. "20 varas de pano = 20 varas de pano" não é uma expressão de valor. A equação diz antes o contrário: 20 varas de pano nada são senão 20 varas de pano, um *quantum* determinado do objeto de uso - pano. O valor do pano, portanto, só pode se expressar relativamente, isto é, em outra mercadoria. A forma de valor relativa do pano supõe que alguma outra mercadoria se encontre contraposta a ela na forma equivalente. Por outro lado, esta outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode se encontrar ao mesmo tempo na forma de valor relativa. Não é ela que expressa o seu valor. Ela fornece apenas o material para a expressão de valor de outra mercadoria.

Certamente, a expressão "20 varas de pano = 1 casaco", ou "20 varas de pano valem 1 casaco", implica também a relação inversa: "1 casaco = 20 varas de pano", ou "1 casaco vale 20 varas de pano". Mas então, para expressar

relativamente o valor do casaco, eu devo inverter a equação, e na medida em que o faço, o pano se torna equivalente, em vez do casaco. A mesma mercadoria, portanto, não pode se mostrar simultaneamente nas duas formas da mesma expressão de valor. Antes, essas formas se excluem de modo polar.

Se uma mercadoria se encontra na forma de valor relativa ou na forma oposta de equivalente, depende exclusivamente da posição que ocupa a cada momento na expressão do valor, isto é, de que ela seja a mercadoria cujo valor se expressa ou a mercadoria na qual o valor é expresso.

## 2. A forma de valor relativa

### a) Teor da forma de valor relativa

Para descobrir como a expressão simples de valor de uma mercadoria está embutida na relação de valor de duas mercadorias, deve-se considerar essa relação, em primeiro lugar, de modo totalmente independente de seu lado quantitativo. Procede-se em geral justamente de modo inverso e se vê na relação de valor apenas a proporção em que determinados *quanta* de duas espécies de mercadoria se equiparam. Desconsidera-se que as grandezas de coisas diversas só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua redução à mesma unidade. Apenas como expressões da mesma unidade elas são grandezas homogêneas e, daí, comensuráveis.<sup>18</sup>

18. Os poucos economistas que se ocuparam da análise da forma de valor >

► A equação de troca de duas mercadorias, simples expressão quantitativa, pode ser invertida:  $A = B$  ou  $B = A$ . Mas se mantém a relação de troca, que contém a equação e significa mais do que ela. Em  $A = B$ , a mercadoria A está na forma relativa e B na equivalente; em  $B = A$ , B está na forma relativa e A na equivalente.

► A equação das grandezas de duas mercadorias não esgota o significado da troca; ao contrário, depende dela. O lado quantitativo da equação, supõe que as mercadorias sejam "comensuráveis", isto é, que possam ser "medidas" conjuntamente pela referência ao que têm em comum, o valor. Daí ter sido necessário analisar o valor para voltar ao valor de troca.

Se 20 varas de pano = 1 casaco ou = 20 ou = x casacos, isto é, se um *quantum* dado de pano vale mais ou menos casacos, cada uma dessas proporções implica sempre que pano e casaco, como grandezas de valor, são expressões da mesma unidade, coisas da mesma natureza. Pano = casaco é a base da equação.

► A troca como "expressão" e não mera equação confunde-se na dimensão "qualitativa". Mas a qualidade que opõe ou "equipara" as duas mercadorias não é mais o valor de uso, e sim uma qualidade funcional, isto é, que decorre de sua destinação ou papel na troca. A qualidade da primeira mercadoria é expressar seu valor relativamente ao de outra — é a forma relativa. A qualidade da outra mercadoria é ser expressão, ou "equivalente" do valor da primeira. O valor desta primeira só vem a tona, só "existe", expresso na segunda, que aparece para ele como "coisa", como o "material para a expressão de valor da outra", conforme trecho anterior.

► Mas as duas mercadorias qualitativamente equiparadas não desempenham o mesmo papel. Só o valor do pano é expresso. E como? Mediante sua referência ao casaco como seu "equivalente" ou "intercambiável" por ele. Nessa relação o casaco conta como forma de existência do valor, como coisa de valor, pois apenas como tal ele é o mesmo que o pano. Por outro lado, o ser valor próprio do pano, vem à tona ou obtém uma expressão autônoma, pois apenas como valor ele pode se referir ao casaco como equivalente ou intercambiável por ele. Assim também o ácido butírico é um corpo diverso do formiato de propila. No entanto, ambos consistem das mesmas substâncias químicas — carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O), inclusive em idêntica composição percentual, a saber,  $C_4H_8O_2$ . Se o ácido butírico fosse então equiparado ao formiato de propila, então o formiato de propila contaria nessa relação em primeiro lugar como mera forma de existência de  $C_4H_8O_2$ ; e, em segundo lugar, seria dito que também o ácido butírico consiste de  $C_4H_8O_2$ . Mediantes a equiparação do formiato de propila com o ácido bu-

► Bailey (1791-1870), economista inglês que reduziu a teoria do valor trabalho.

> como S. Bailey não puderam chegar a resultado algum, em primeiro lugar porque confundem a forma de valor com o valor e, em segundo lugar, porque sob a toca influência do burguês prático, desde o começo têm diante dos olhos exclusivamente a determinação quantitativa. A disposição sobre a quantidade (...) constitui o valor" (*Money and its vicissitudes*, Lond., 1837, p. 11). Autor: S. Bailey.

tírico, portanto, a sua substância química seria expressa diferentemente da sua forma corpórea.

Se dissermos que, como valores, as mercadorias são simples gelatinas de trabalho humano, então nossa análise as reduz a uma abstração de valor; mas não dá a elas uma forma de valor diversa da sua forma natural. É diferente no caso da relação de valor de uma mercadoria com outra. O seu caráter de valor emerge aqui mediante a sua própria referência à outra mercadoria.

Na medida em que, por exemplo, o casaco, como coisa de valor, é equiparado a pano, o trabalho embutido naquele é equiparado ao trabalho embutido neste. De fato, a alfaiataria que faz o casaco é um trabalho concreto de tipo diverso do da tecelagem que faz o pano. Mas a equiparação com a tecelagem reduz realmente a alfaiataria àquilo igual em ambos os trabalhos, ao seu caráter comum de trabalho humano. Por esse rodeio é dito que também a tecelagem, enquanto tece valor, não possui nenhum sinal característico que a diferencie da alfaiataria e, portanto, é trabalho humano abstrato em geral.<sup>19</sup>

Não é suficiente, contudo, expressar o caráter específico do trabalho em que consiste o valor do pano. A forma humana de trabalho em estado fluido, ou o trabalho

► Marx aqui indica que a abstração não é uma operação subjetiva, realizada pelo teórico que estuda o tema, mas uma operação realizada de fato pela própria troca.

19. Nota da 2ª edição. Um dos primeiros economistas que, depois de William Petty, examinou a natureza do valor, o famoso Franklin, disse: "Como o comércio em geral nada mais é do que a troca de um trabalho por outro trabalho, o valor de todas as coisas é corretamente avaliado em trabalho" (*The works of B. Franklin etc.*, editado por Sparks, Boston, 1836, vol. II, p. 267). Franklin não se deu conta de que, na medida em que avalia o valor de todas as coisas "em trabalho", ele abstrai a diversidade dos trabalhos trocados — e os reduz assim a trabalho humano igual. O que ele não sabe, ele o diz, no entanto. Fala primeiro "de um trabalho", depois "de outro trabalho", e, por fim, de "trabalho" sem mais indicações, como substância do valor de todas as coisas.

► Benjamin Franklin (1706-1790), cientista e filósofo americano, participou ativamente do processo de independência política dos Estados Unidos. Também escreveu sobre economia.

► O termo "objetividade" está entre aspas porque este caráter objetivo não é dado naturalmente ao valor do pano, como se ele fosse desde sempre uma "coisa". É um caráter que resulta de um processo social em que o valor se corporifica, se "objetiva" numa coisa.

humano, forma o valor, mas não é valor. Ela se torna valor em estado plasmado, em forma objetiva. Para expressar o valor do pano como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma "objetividade", diversa como coisa do próprio pano e, ao mesmo tempo, comum a ela com outra mercadoria. A tarefa já está resolvida.

Na relação de valor do pano, o casaco conta como o seu igual do ponto de vista qualitativo, como coisa da mesma natureza, porque é um valor. Ele conta aqui, assim, como uma coisa na qual o valor aparece ou na qual o valor se apresenta em sua forma natural palpável. Na verdade, o casaco, o corpo da mercadoria casaco, é um simples valor de uso. Um casaco expressa tão pouco valor quanto uma peça do melhor pano. Isso demonstra apenas que dentro da relação de valor com o pano ele significa mais que fora, assim como tantas pessoas significam mais, dentro de um casaco com galões, do que fora dele.

De fato, na produção do casaco sob a forma da alfaíataria é despendida força humana de trabalho. Portanto, o trabalho humano é nela acumulado. Conforme este aspecto, o casaco é "portador de valor", embora esta sua propriedade não seja transparente, mesmo quando está o mais púdo. E na relação de valor com o pano ele conta somente por esse aspecto e, com isso, como valor corporificado, como corpo de valor. Apesar de sua aparência bem-abotoada, nele o pano reconhece a bela alma de valor, a ele aparentado. O casaco não pode apresentar valor diante dele sem que ao mesmo tempo o valor assuma para ele a forma de casaco. Assim como o indivíduo A não pode se relacionar com um indivíduo B como a uma majestade, sem que para A a majestade simultaneamente

assuma a figura corpórea de B e, daí, que altere traços fisionômicos, cabelo e muitas outras características a cada vez que mude o monarca.

Na relação de troca na qual o casaco forma o equivalente do pano, a forma de casaco conta, portanto, como forma de valor. Daí que o valor da mercadoria pano seja expresso no corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra. Como valor de uso o pano é uma coisa sensível diversa do casaco; como valor, ele é um "igual ao casaco" e se parece com um casaco por isso. Assim ele obtém uma forma de valor diversa da sua forma natural. O seu "ser de valor" aparece na sua igualdade com o casaco, do mesmo modo que a natureza de ovelha do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus.

Vê-se que tudo o que antes nos dizia a análise do valor das mercadorias, diz o próprio pano, tão logo entra no trato da outra mercadoria, o casaco. Só que ela trai os seus pensamentos na única linguagem que lhe é familiar, a linguagem das mercadorias. Para dizer que o trabalho, na qualidade abstrata de trabalho humano, forma o seu próprio valor, ela diz que o casaco, na medida em que equivale a ela, ou seja, é valor, resulta do mesmo trabalho que o pano. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é diversa do seu corpo de entretela, ela diz que o valor se parece a um casaco e, daí, ela mesma, como coisa de valor, fica igual ao casaco como um ovo a outro. Digam-se de passagem que a linguagem das mercadorias tem, além do hebraico, muitas outras formas de falar mais ou menos corretas. O termo alemão *Wertsein* (ser valor, valer) expressa menos fortemente do que o termo români-

► Nesta primeira referência à religião, bem como na metáfora anterior da majestade do monarca, aparece o problema da representação. Ao "apresentar" seu valor o valor de uso do equivalente, a mercadoria, na forma relativa, oculta o próprio valor, que só se apresenta no corpo do equivalente, isto é, "representa-se" nele. E como se o pano não tivesse valor em si mesmo, e sim somente quando trocado pelo casaco, é como se ele fosse apenas valor de uso. Para o cristão, de acordo com a passagem de Marx, a disposição ao sacrifício, o caráter de "ovelha", só se apresenta quando se representa na figura do "cordeiro", do Cristo sacrificado.

► "Paris bem vale uma missa," frase atribuída a Henrique de Navarra, que era protestante, quando lhe coube o trono da França em 1593, para o que, porém, ele deveria converter-se ao catolicismo.

co *valere*, *valer*, *valoris*, que a equiparação da mercadoria B com a mercadoria A é a própria expressão de valor da mercadoria A. *Paris vaut bien une messe*.

Por intermédio da relação de valor, portanto, a forma natural da mercadoria B se torna a forma de valor da mercadoria A, ou o corpo da mercadoria B se torna o espelho de valor da mercadoria A.<sup>20</sup> Na medida em que a mercadoria A se refere à mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, ela faz do valor de uso B um material para a sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria A, assim expressa no valor de uso da mercadoria B, possui a forma do valor relativo.

#### b) Determinidade quantitativa da forma de valor relativa

Cada mercadoria cujo valor deve ser expresso é um objeto útil em um *quantum* dado, 15 arrobas de trigo, 100 libras de café etc. Esse *quantum* dado de mercadorias contém um *quantum* determinado de trabalho humano. A forma de valor tem de expressar, portanto, não só valor em geral, e sim valor quantitativamente determinado ou grandeza de valor. Na relação de valor da mercadoria A com a mercadoria B, o pano com o casaco, o tipo de mercadoria casaco é equiparado ao pano não apenas

► Marx se refere à filosofia de Fichte (1762-1814), que buscou fundar a possibilidade do conhecimento referindo-se ao "eu" fundante. Daí o "eu sou eu" e a ironia do espelho. A relação da A e B em Fichte e Pedro provavelmente remete aos dois famosos seguidores de Cristo e à sua discussão sobre a evangelização dos gentios. Mas uma vez está em jogo o problema da representação, pelo qual cada um se "apresenta" a si pelo reflexo no outro.

20. De certo modo, ocorre ao ser humano como à mercadoria. Como ele não vem ao mundo nem com um espelho nem como filósofo fichteano - "ein sein ein" -, o ser humano se reflete primeiro em outro ser humano. Só pela referência ao homem Paulo como seu igual, refere-se o homem Pedro a si mesmo como ser humano. Mas com isso, para ele também Paulo, com pele e cabelo, em sua corporeidade paulitica, conta como forma de aparecimento do gênero humano.

de modo qualitativo, como corpo de valor em geral, mas como um *quantum* determinado de pano, por exemplo, 20 varas de pano; a um *quantum* determinado do corpo de valor ou equivalente, por exemplo, 1 casaco.

A equação "20 varas de pano = 1 casaco, ou 20 varas de pano valem um casaco" pressupõe que em um casaco está embutida justo tanta substância de valor quanto em 20 varas de pano, que ambos os *quantia* de valor custam o mesmo tanto de trabalho, ou tempo de trabalho da mesma grandeza. Mas o tempo de trabalho necessário para a produção de 20 varas de pano ou de 1 casaco se altera a cada modificação na força produtiva da tecelagem ou da alfaiataria. A influência de uma tal alteração sobre a expressão relativa da grandeza de valor deve, por isso, ser investigada.

1. O valor do pano se altera,<sup>21</sup> enquanto o valor do casaco permanece constante. Se dobrar o tempo de trabalho necessário para a produção do pano, talvez devido à infertilidade crescente do solo que produz linho, então dobra o seu valor. Em vez de 20 varas de pano = 1 casaco, teríamos 20 varas de pano = 2 casacos, pois um casaco agora contém a metade do tempo de trabalho que 20 varas de pano. Ao contrário, se diminuir pela metade o tempo de trabalho necessário para a produção de pano, talvez pelo aperfeiçoamento dos teares, então o valor do pano cai pela metade. Conseqüentemente, agora 20 varas de pano = ½ casaco. O valor relativo da mercadoria A, isto é, seu valor expresso na mercadoria B, portanto, sobe

► Depois de examinada a dimensão qualitativa da troca, os papéis opostos desempenhados pelas duas mercadorias, é possível voltar à dimensão quantitativa da "equação" de troca.

21. A expressão "valor" é empregada aqui, como ocorreu já antes ocasionalmente em algumas passagens, para a grandeza de valor.



e desce diretamente ao valor da mercadoria A, permanecendo o valor da mercadoria B.

II. O valor do pano permanece constante, ao passo que o valor do casaco se altera. Sob essas condições, dobra o tempo de trabalho necessário para a produção do casaco, talvez devido a uma tosquia desfavorável; então, em vez de 20 varas de pano = 1 casaco, agora temos 20 varas de pano =  $\frac{1}{2}$  casaco. Ao contrário, se cair pela metade o valor do casaco, então 20 varas de pano = 2 casacos. Sob valor constante da mercadoria A, portanto, cai ou sobe o seu valor relativo, expresso na mercadoria B, em proporção inversa à alteração de valor de B.

Comparando os casos diversos I e II, resulta que a mesma alteração de grandeza do valor relativo pode surgir de causas totalmente opostas. Assim, "20 varas de pano = 1 casaco" torna-se: 1. a equação 20 varas de pano = 2 casacos, ou porque o valor do pano dobra ou porque o do casaco cai pela metade; e 2. a equação 20 varas de pano =  $\frac{1}{2}$  casaco, ou porque o valor do pano cai pela metade ou porque o do casaco se eleva para o dobro.

III. Os *quantum* de trabalho necessários para a produção de pano e casaco podem se alterar, simultaneamente, na mesma direção e na mesma proporção. Nesse caso, como antes, 20 varas de pano = 1 casaco, por mais que mudem os seus valores. Descobre-se a sua alteração de valor tão logo se os compara com uma terceira mercadoria, cujo valor permaneça constante. Se subirem ou caírem os valores de todas as mercadorias ao mesmo tempo e na mesma proporção, então permanecem inmutáveis os seus valores relativos. Percebe-se a sua alteração efetiva de valor pelo fato de que no mesmo tempo de trabalho

em geral se fornece um *quantum* de mercadorias maior ou menor do que antes.

IV. Os tempos de trabalho necessários para a produção de pano e casaco respectivamente, e daí seus valores, podem se alterar simultaneamente na mesma direção, mas em grau desigual, ou em direção oposta etc. A influência de todas as combinações possíveis desse tipo sobre o valor relativo de uma mercadoria resultará simplesmente da aplicação dos casos I, II e III.

Uma alteração efetiva das grandezas de valor não se reflete, por isso, de modo inequívoco e exaustivo na sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo. O valor relativo de uma mercadoria pode se alterar, apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar do seu valor variar, e, finalmente, alterações simultâneas em suas grandezas de valor ou na expressão relativa dessas grandezas de valor não precisam, de modo algum, coincidir.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Nota da 2ª ed. Essa incongruência entre a grandeza de valor e sua expressão relativa é explorada com a perspicácia consumetra pela economia vulgar. Por exemplo: "Admitamos que a calça, porque B, pelo qual ele é trocado, sobe, embora nesse meio tempo não seja despendido menos trabalho com A; e cai por terra o seu princípio geral de valor... Se admitmos que o valor de B relativo a A cai, porque sobe o valor de A relativo a B, é retirado o chão sob os pés no qual ficado estabelece a sua grande sentença de que o valor de uma mercadoria sempre é determinado pelo *quantum* de trabalho nela corporificado; pois se uma alteração nos custos de A altera não só o seu próprio valor em relação a B, pelo qual ele é trocado, mas também o valor de B relativo ao de A, apesar de não ter ocorrido nenhuma alteração no *quantum* de trabalho requerido para a produção de B, então cai por terra não só a doutrina que assegura que a quantidade de trabalho despendida em um artigo regula seu valor, mas também a doutrina de que os custos de produção de um artigo regulam seu valor." (J. Broadhurst, *Political Economy*, Londres, 1842, p. 11, 14.). O senhor Broadhurst poderia ter também dito: considere-se também a relação dos números 10/20, 10/50, 10/100 etc. O número 10 permanece inmutável, e no entanto cai constantemente a sua grandeza >

► Broadhurst, economista inglês do século XIX, importante aqui só por permitir uma primeira referência ao que Marx chamava de economia "vulgar" ou seja, a que recusava, que o valor é determinado pelo trabalho apenas, atribuindo o também ao capital e à terra como fatores de produção. Com isso, seguem confundidos os planos da distribuição de mercadorias, que Marx escrupulosamente separava, para mostrar depois sua complexa unidade dialética.

### 3. A forma equivalente

Viu-se que, na medida em que uma mercadoria A (o pano) expressa seu valor no valor de uso de uma mercadoria B de tipo diverso (o casaco), ela imprime a esta última uma forma de valor peculiar a de equivalente. A mercadoria pano traz à tona o seu próprio "ser de valor" pelo fato de o casaco se equiparar a ela sem assumir uma forma de valor diversa da sua forma corpórea. O pano exprime realmente, assim, seu próprio "ser de valor", por ser o casaco imediatamente permutável por ele. A forma equivalente de uma mercadoria é, conseqüentemente, a forma de sua permutabilidade imediata por outra mercadoria.

Quando um tipo de mercadoria, como casacos, serve como equivalente para um outro tipo de mercadoria, como pano, recebendo os casacos por isso a propriedade característica de se encontrar sob forma imediatamente permutável com o pano, nem por isso é dada a proporção em que casacos e pano são trocados. Ela depende da grandeza de valor do casaco, dada a grandeza de valor do pano. Se o casaco for expresso como equivalente, e o pano como valor relativo, ou, ao contrário, o pano como equivalente e o casaco como valor relativo, sua grandeza permanece como antes determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, portanto, independente da sua forma de valor. Mas tão logo o tipo de mercadoria casaco entrar na posição de equivalente na expressão de valor, a sua grandeza de valor não recebe

> Proporcional, sua grandeza relativa aos números 20, 50, 100. Portanto, cai por terra o grande princípio de que a magnitude de um número inteiro como 10, por exemplo, seja "regulada" pela quantidade de unidades nele contidas.

nenhuma expressão como grandeza de valor. Ela figurará na equação de valor antes como um *quantum* determinado de uma coisa.

Por exemplo, 40 varas de pano "valem" - o quê? 2 casacos. Porque o tipo de mercadoria casaco desempenha aqui o papel do equivalente, o valor de uso casaco conta como corpo de valor diante do, pano, bastando, portanto, um *quantum* determinado de casacos para expressar um *quantum* determinado de valor de pano. Dois casacos podem daí expressar a grandeza de valor de 40 varas de pano, mas não podem nunca expressar sua própria grandeza de valor, a grandeza de valor dos casacos. A apreensão superficial desse fato, de que o equivalente sempre possui na equação de valor apenas a forma de um simples *quantum* de uma coisa, de um valor de uso, levou Bailey, como muitos de seus predecessores e sucessores, a ver na expressão de valor uma relação somente quantitativa. Ao contrário, a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor.

A primeira particularidade que se destaca na consideração da forma equivalente é esta: o valor de uso se torna forma de aparecimento de seu contrário, do valor.

A forma natural da mercadoria, se torna forma de valor. Mas, *notabente*, esse quiproquô acontece com uma mercadoria B (casaco ou trigo ou ferro etc.) só dentro da relação de valor, na qual outra mercadoria qualquer A (pano etc.) se mostra para ela apenas dentro dessa referência. Como nenhuma mercadoria se refere a si mesma como equivalente, e portanto também não pode fazer de sua pele natural a expressão do seu próprio valor, ela tem de se referir a outra mercadoria como equivalente,

► Ou seja, não é a função de equivalente que confere valor à mercadoria que a exerce; na medida em que ela é uma mercadoria, este conflito definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

► A relação de duas mercadorias na troca exterioriza a oposição interna a cada uma delas entre valor e valor de uso, de modo que, na troca, é como se uma delas fosse somente valor de uso - a que está na forma valor - e a outra, somente valor - a que está na forma relativa - e a outra, somente equivalente. De fato, a oposição se mantém em ambas, e é por isso que a troca pode ocorrer como uma relação, aparecendo unilateralmente, em cada polo, um dos termos da oposição interna.

ou seja, fazer da pele natural de uma outra mercadoria a sua própria forma de valor.

Isso nos é evidenciado pelo exemplo de uma medida atribuída ao corpo das mercadorias como corpo das mercadorias, isto é, os valores de uso. Um pão de açúcar, porque é corpo, é pesado e tem daí peso, mas não se pode ver ou sentir o peso de um pão de açúcar. Nós tomamos então diversos pedaços de ferro, cujo peso foi antes determinado. A forma corpórea do ferro, considerada por si, é tão pouco forma de aparecimento do peso quanto a do pão de açúcar. Contudo, para expressar o pão de açúcar como algo pesado, colocamo-lo numa relação de pesagem com o ferro. Nessa relação, o ferro conta como um corpo que nada representa além do peso. *Quantia* de ferro servem assim como medida do peso do açúcar e representam perante o corpo do açúcar simples figura de peso, forma de aparecimento do pesado. O ferro desempenha esse papel apenas dentro da relação na qual o açúcar, ou qualquer outro corpo cujo peso deva ser encontrado, entra com ele. Se as duas coisas não fossem pesadas, elas não poderiam entrar nessa relação e uma não poderia servir de expressão do peso da outra. Lançamos ambas sobre os pratos da balança, e veremos que de fato elas são o mesmo como peso, e que em determinada proporção, por isso, são do mesmo peso. Assim como o corpo do ferro representa somente peso perante o pão de açúcar, também o faz o corpo do casaco perante o pano em nossa expressão de valor.

Aqui acaba, no entanto, a analogia. Na expressão do peso do pão de açúcar, o ferro representa uma propriedade natural comum a ambos os corpos, o seu peso, ao

passo que o casaco, na expressão de valor, representa para o pano uma propriedade sobrenatural de ambas as coisas: seu valor, algo puramente social.

Na medida em que a forma de valor de uma mercadoria, por exemplo o pano, expressa o seu "ser de valor", como algo completamente diferente do seu corpo e de suas propriedades, por exemplo, como igual ao casaco, essa expressão mesma indica que oculta uma relação social. O contrário se passa com a forma equivalente. Ela consiste justamente em que seu corpo de mercadoria, como o casaco, exprime essa coisa tal como é, ou seja, que possui por natureza uma forma de valor. Realmente, isso vale só dentro da relação de valor, na qual a mercadoria pano está referida à mercadoria casaco como equivalente.<sup>23</sup> Mas como as propriedades de uma coisa não surgem de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, o casaco também parece possuir por natureza sua forma equivalente, sua propriedade de permutabilidade imediata, assim como a sua propriedade de ser pesado ou de manter o calor. Daí o enigmático da forma equivalente, que só abala o olhar burguês rude do economista político quando esta forma se lhe apresenta consagrada no dinheiro. Então ele procura resolver o caráter místico do ouro e da prata, substituindo-os por mercadorias menos brilhantes e sempre com renovada disposição recita todo o catálogo das mercadorias mais vulgares que, em sua época, desempenharam o papel de equivalente das mercadorias. Ele não percebe que já a expressão de

► Por "sobrenatural" Marx designa uma propriedade criada por uma relação social, não por uma força espiritual. O termo antecipa o desenvolvimento da seção final do capítulo, sobre o "feticheismo".

► Como é no corpo do equivalente, em seu valor de uso, que o valor da forma relativa se expressa, parece que o poder de expressar o valor pertence ao próprio valor de uso do equivalente, ou seja, que é uma propriedade de seu valor de uso específico, que nenhum outro teria.

► As "determinações da reflexão" são figuras da lógica de Hegel, a saber: identidade, diferença, contradição. Correspondem a um certo momento da essência em sua relação com o que existe. Também o exemplo do rei cita uma conhecida passagem de Hegel, sobre a dialética do reconhecimento.

23. Com tais determinações da reflexão se passa algo peculiar. Esta pessoa é um rei, por exemplo, porque outras pessoas se comportam para com ela como súditos. Elas pensam, ao contrário, que são súditos, porque ele é rei.

valor mais simples, como 20 varas de pano = 1 casaco, fornece a solução para o enigma da forma equivalente.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente conta sempre como corporificação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna assim expressão de trabalho humano abstrato. Se o casaco, por exemplo, contar como mera realização efetiva, então a alfaiataria, que se realiza efetivamente nele de fato, conta como mera forma de realização efetiva de trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do pano, a utilidade da alfaiataria consiste não em fazer roupas, portanto também pessoas, mas em que ela fabrica um corpo que se considera valor, ou seja, gelatina de trabalho que não se diferencia completamente do trabalho objetivado no valor do pano. Para fazer tal espelho de valor, a própria alfaiataria não pode refletir nada além de sua propriedade abstrata de ser trabalho humano.

Na forma da alfaiataria, bem como na da tecelagem, força humana de trabalho é despendida. Ambas possuem a propriedade geral do trabalho humano e podem ser consideradas somente sob esse ponto de vista em casos determinados, por exemplo, na produção de valor. Tudo isso não é misterioso. Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa se force. Por exemplo, para expressar que o tecer forma o valor do pano, não em sua forma concreta de tecer, mas em sua propriedade geral de trabalho humano, se lhe contrapõe a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do pano, como a forma tangível de realização de trabalho humano abstrato.

É uma segunda particularidade da forma equivalente,

portanto, que o trabalho concreto se torne forma de aparecimento de seu contrário, trabalho humano abstrato.

Mas na medida em que esse trabalho concreto, a alfaiataria, conta como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, ele possui a forma da igualdade com o outro trabalho, o embutido no pano, e é então trabalho em forma imediatamente social, apesar de trabalho privado como qualquer outro, produtor de mercadorias. Por isso mesmo, ele se apresenta em um produto que é imediatamente permutável por outra mercadoria. É, assim, uma terceira particularidade da forma equivalente que o trabalho privado se torne a forma de seu contrário, do trabalho em forma imediatamente social.

Essas duas últimas particularidades desenvolvidas da forma equivalente formam-se ainda mais apreensíveis se voltarmos ao grande pesquisador que pela primeira vez analisou a forma de valor, bem como tantas formas de pensamento, formas de sociedade e formas naturais. Trata-se de Aristóteles.

Inicialmente, Aristóteles salienta claramente que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma de valor simples, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer, dizendo:

“5 almofadas = 1 casa”

(“Κάλυαι πέντε δντρι οίχλας”)

“não se diferencia” de:

“5 almofadas = tanto dinheiro”

(“Κάλυαι πέντε δντρι... όσου αι πέντε Κάλυαι”).

► Em passagens anteriores, Marx já havia mencionado o conceito de “trabalho privado”, cuja “natureza” se deve à propriedade dos meios de produção pelo próprio produtor. Agora aparece o conceito correlato, o de “trabalho social”, que nessa forma social mercantil é o oposto do trabalho privado. Não se trata de dois trabalhos distintos, do mesmo modo como o trabalho concreto ou útil e o trabalho abstrato não são dois trabalhos distintos, realizados em momentos distintos, e sim duas dimensões do mesmo trabalho. Mas a dimensão social só se manifesta com a troca de mercadorias e na forma do equivalente: esse é um trabalho exercido também por um produtor privado, mas, como expressão outro trabalho privado, adquire a dimensão social.

► “Fazer pessoas”, no sentido mencionado pelo próprio Marx, de que os gelatinos do traje qualificam quem o usa, as roupas e as coisas em geral como suporte de relações sociais que só existem mediante esse suporte.

► Aristóteles (384-322 a.C.), um dos mais importantes filósofos da Grécia Antiga e de toda a história, é fundamental para Marx por ter realizado uma crítica ao idealismo de Platão, apontando assim para soluções reconhecidas por Marx como materialistas. O texto de Aristóteles aqui citado é a *Ética Nicomacética*, lida por Marx na edição *Aristóteles opera ex recensione Immanuelis Bekkeri*, tomo 9, 1897, p. 99-100.

► Crítica importante de Marx: não é que Aristóteles não tenha tido capacidade de entender um problema de seu tempo, mas sim que a forma social desse tempo – o escravismo – impediu que ele pudesse ter concebido a solução do problema que conseguiu formular. Essa relação entre a consciência possível em uma época e a própria época gerou interessante debate.

Ele repara a seguir que a relação de valor em que esta expressão de valor está embutida condiciona, por sua vez, que a casa seja equiparada à almofada e que essas coisas sensíveis diversas não possam ser referidas uma à outra como grandezas comensuráveis sem tal igualdade essencial. “A troca”, diz ele, “não pode ser sem a igualdade, mas a igualdade também não sem a comensurabilidade” (“οὐτ’ ἰσότης μὴ οὐότης συμμετρίαις”). Aqui, porém, ele pára, perplexo, e renuncia a continuar com a análise da forma de valor. “Mas é de fato impossível (“τὴ μὲν οὐν ἀληθεία ἀδύνατον”) que coisas de tipo tão diverso sejam comensuráveis”, isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação só pode ser algo de estranho à verdadeira natureza das coisas, ou seja, apenas “um expediente para a necessidade prática”.

Aristóteles mesmo nos diz, portanto, em que malogra a continuação de sua análise, a saber, na falta do conceito de valor. O que é o igual, isto é, a substância comum que representa a casa para a almofada na expressão de valor da almofada? Algo assim “não pode em verdade existir”, diz Aristóteles. Por quê? A casa representa algo igual diante da almofada, na medida em que representa algo igual efetivo em ambas, casa e almofada. E isso é – trabalho humano.

Mas que na forma do valor das mercadorias todos os trabalhos sejam trabalho humano igual e, portanto, expressos como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega repousava sobre a escravidão e, assim, tinha como base natural a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. O segredo da expressão de valor, a igualdade

e igual validez de todos os trabalhos, porque e na medida em que eles são trabalho humano em geral, pode ser decifrado apenas assim que o conceito da igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Isso só é possível, contudo, numa sociedade em que a forma de mercadoria é a forma geral dos produtos de trabalho, ou seja, em que a relação mútua dos homens como possuidores de mercadoria é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles brilha justamente em ter descoberto na expressão do valor das mercadorias uma relação de igualdade. Só a barreira histórica da sociedade na qual ele vivia o impediu de encontrar em que consiste “em verdade” essa relação de igualdade.

#### 4. O todo da forma de valor simples

A forma de valor simples de uma mercadoria está contida na sua relação de valor com uma mercadoria de tipo diverso, ou na relação de troca com a mesma. O valor da mercadoria A é expresso qualitativamente mediante a permutabilidade imediata da mercadoria B pela mercadoria A. Ele é expresso quantitativamente mediante a permutabilidade de um *quantum* determinado da mercadoria B pelo *quantum* determinado da mercadoria A. Em outras palavras: o valor de uma mercadoria é expresso independentemente, mediante sua apresentação como “valor de troca”. Quando dizia o preâmbulo deste capítulo, conforme a maneira usual de falar: a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isto era, para falar precisamente, falso. A mercadoria é valor de uso, ou objeto de uso, e “valor”. Ela se apresenta como este duplo, que ela é

► O valor de troca é a expressão do valor, e como o valor aparece a oposição interna à mercadoria, portanto, só pode ser do valor de uso com o valor.

► O mercantilismo foi um conjunto de procedimentos e idéias articulado entre os séculos XVI e XVIII, com a finalidade de enriquecer o Estado nacional e favorecer a competição com os demais, no comércio direto e no colonial. Em geral, defendia mecanismos de proteção para obter balanças comerciais superavitárias e, assim, metais preciosos, tidos como base da riqueza. François Ferrer (1777-1861) e Charles Ganilh (1758-1866) foram economistas franceses adeptos do protecionismo da economia e por isso arrolados na rubrica do mercantilismo por Marx. Bastiat (1801-1850), ao contrário, defendia o fim das proteções comerciais, movimento conhecido como livre-cambismo.

► Macleod (1821-1902), economista inglês ocupado com a teoria do crédito; daí sua associação a Lombardstreet, rua de Londres onde se concentram os bancos.

na medida em que seu valor possui uma forma de aparecimento própria, diversa da sua forma natural, a do valor de troca, e ela nunca possui essa forma quando considerada isoladamente, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria, de tipo diverso. Se se souber disso, contudo, então aquele modo de falar não fará mal, mas servirá como abreviação.

Nossa análise demonstrou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria surge da natureza do valor das mercadorias e não o contrário, o valor e a grandeza de valor de seu modo de expressão como valor de troca. Esta era, porém, a loucura tanto dos mercantilistas e de seus frequentadores modernos, tais como Ferrer, Ganilh, etc., como de seus antipodas, os modernos caixeiros viajantes do livre-cambismo, como Bastiat e congêneres. Os mercantilistas colocam a ênfase sobre o lado qualitativo da expressão de valor, sobre a forma equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro a sua figura fixa — os modernos mascates do livre-cambismo, ao contrário, que têm de despachar a sua mercadoria a qualquer preço, sobre o lado quantitativo da forma de valor relativa. Para eles, conseqüentemente, não existe valor nem grandeza de valor da mercadoria senão na expressão pela relação de troca, ou seja, só no boletim diário de preços. O escocês Macleod, em sua função de arrumar da maneira mais erudita possível as idéias conflitantes de Lombardstreet, forma a síntese bem-sucedida entre o mercantilista supersticioso e o mascate livre-cambista esclarecido.

A consideração mais aproximada da expressão de valor contida na mercadoria B mostrou que, dentro da

mesma, a forma natural da mercadoria A conta apenas como figura do valor de uso, e a forma natural da mercadoria B apenas como forma de valor ou figura de valor.

A oposição interna entre valor de uso e valor, encoberta na mercadoria, se apresenta como uma oposição externa, portanto, mediante a relação de duas mercadorias, na qual a mercadoria *cuj*o valor deve ser expresso conta imediatamente só como valor de uso, enquanto a outra mercadoria, *em que* o valor é expresso, imediatamente só como valor de troca. Assim, a forma de valor simples de uma mercadoria é a forma de aparecimento simples da oposição contida nela entre valor de uso e valor.

O produto de trabalho é objeto útil em todas as condições sociais, mas apenas uma época de desenvolvimento historicamente determinada, que apresenta o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como sua propriedade "objetiva"; isto é, seu valor, transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é, ao mesmo tempo, a simples forma de mercadoria do produto de trabalho; que também o desenvolvimento da forma de mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor.

O primeiro olhar mostra a insuficiência da forma de valor simples, essa forma germinativa, que só através de uma série de metamorfoses amadurece até a forma preço.

Em uma mercadoria B qualquer, a expressão distingue o valor da mercadoria A só de seu valor de uso e a coloca assim em relação de troca com um tipo de mercadoria singular qualquer, diverso dele mesmo, em vez de apresentar a sua igualdade qualitativa e proporcionalida-

► A expressão de valor na troca só é uma relação entre dois polos opostos — relativo e equivalente — porque em cada um deles se exterioriza um dos lados da oposição interna à mercadoria entre valor e valor de uso. Sem a análise da mercadoria, que descobre a oposição interna, portanto, não seria possível emergir a troca como relação, só como equação de quantidades determinadas.

de quantitativa com toda outra mercadoria. À forma de valor relativa de uma mercadoria corresponde a forma equivalente de uma outra mercadoria. Assim, na expressão de valor do pano, o casaco possui apenas forma equivalente ou a forma de permutabilidade imediata com referência a este tipo singular de mercadoria, o pano.

No entanto, a forma de valor singular passa por si mesma a uma forma mais completa. Por seu intermédio, o valor de uma mercadoria A será, de fato, expresso em apenas uma mercadoria de outro tipo. Mas é totalmente indiferente qual o tipo desta segunda mercadoria, se casaco, ferro, trigo etc. Conforme ela entre em uma relação de valor com esta ou aquela espécie de mercadoria, surgem diversas expressões de valor simples para uma e mesma mercadoria.<sup>24</sup> O número de suas possíveis expressões de valor é limitado somente pelo número dos diversos tipos de mercadorias. Sua expressão de valor singularizada se transforma daí em série sempre prolongável de suas diversas expressões de valor simples.

### B) Forma valor total ou desdobrada

$x$  mercadoria A =  $u$  mercadoria B ou =  $v$  mercadoria C ou =  $w$  mercadoria D ou =  $x$  mercadoria B e etc.

(20 varas de pano = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 *quarter* de trigo ou = 2 onças de ouro ou = ½ tonelada de ferro ou = etc.)

24. Nota da 2ª edição. Por exemplo, em Homero o valor de uma coisa é expresso numa série de coisas diversas.

### 1. A forma valor relativa desdobrada

O valor de uma mercadoria, o pano, por exemplo, agora é expresso em um sem-número de outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de valor será espelho do valor do pano.<sup>25</sup> Assim, esse valor mesmo aparece verdadeiramente só como gelatina de trabalho humano indistinto. Pois o trabalho que o forma só se apresenta expressamente como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua, objetivando-se daí em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. Mediante sua forma de valor, o pano se coloca agora em relação social não mais a um outro tipo singular de mercadoria, mas ao mundo das mercadorias. Como mercadoria, ela é cidadã deste mundo. Ao mesmo tempo, na série infinita de suas expressões está subjacente que ao valor das mercadorias é indiferente a forma particular do valor de uso em que ele aparece.

25. Fala-se por isso do valor-casaco do pano, quando se quer apresentar o seu valor em casaco, de seu valor-trigo, quando se quer expô-lo em cereal etc. Cada uma de tais expressões quer dizer que seu valor apareceu nos valores de uso casaco, cereal etc. "Como o valor de qualquer mercadoria indica a sua relação na troca, podemos indicá-lo como (...) valor em cereal, valor em pano, conforme a mercadoria com a qual seja comparado; e assim há milhares de tipos diversos de valores, tantos quantas mercadorias existem, e todos são igualmente reais e igualmente nominais" ("A critical dissertation on the nature, measures, and causes of value, chiefly in reference to the writings of Mr. Ricardo and his followers. By the author of *Essays on the formation etc. of opinions*", Londres, 1825, p. 39) S. Bailey, o autor deste escrito anônimo, que em seu tempo tanto barulho fez na Inglaterra, presume ter eliminado toda definição conceitual do valor através desta indicação sobre as variegadas expressões do mesmo valor das mercadorias. De que ele, apesar de sua estreteza, tenha tocado em feridas da teoria ricardiana, prova-o a irritação com que a Escola Ricardiana o atacou, por exemplo, na *Westminster Review*.

▶ Aparece aqui um "mundo  $\xi, \rho, \epsilon, \zeta$ ?" das mercadorias", em que a "coleção de mercadorias" do começo do texto não é mais conjunto de coisas apenas diversas, mas determinado pela relação de troca.

▶ David Ricardo (1772-1823), economista inglês de importância decisiva para Marx, por ter insistido na teoria do valor trabalho e procurando demonstrar sua permanência mesmo na produção fabril. Sua obra mais importante é *Princípios de economia política e taxaço*, de 1817, que enfatiza a distribuição do valor e a dinâmica daí decorrente. Suas idéias foram desenvolvidas por vários discípulos, originando uma "escola ricardiana", mas também foram criticadas por adversários, como o citado nesta nota. O ponto aqui discutido é se o valor é algo interno à mercadoria, como dizem Ricardo e o próprio Marx, ou se existe só no ato da troca.

► Passo fundamental em que, a partir da "casualidade", começa a se configurar a necessidade da relação de valor. Quando se considera uma expressão determinada qualquer de troca, pode parecer fortuito que nela apareça um certo valor, que poderia talvez ser distinto. Mas a reiteração das trocas nas várias expressões de valor aponta para seu aspecto permanente. Não pode ser mero "casaco" que o mesmo valor apareça em todas elas, e assim ele se afirma como algo existente por si mesmo, em vias de se autonomizar da "relação entre dois possuidores individuais de mercadorias de mercadorias". Com isso, é possível formar-se o "núcleo das mercadorias".

Na primeira forma, 20 varas de pano = 1 casaco, pode ser algo casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em uma proporção quantitativa determinada. Na segunda forma, ao contrário, transparece logo um pano de fundo essencialmente diferente da manifestação casual, mas dela determinante. O valor do pano permanece de igual magnitude, quer se apresente em casaco, ou em café, ou em ferro etc., em inúmeras mercadorias diversas, pertencentes aos mais variados possuidores. A relação casual entre dois possuidores individuais de mercadorias desaparece. Evidencia-se que não é a troca que regula as grandezas de valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.

## 2. A forma equivalente particular

Cada mercadoria, casaco, chá, trigo, ferro etc., conta na expressão de valor do pano como equivalente e, assim, como corpo de valor. A forma natural determinada de cada uma dessas mercadorias é agora uma forma equivalente particular ao lado de muitas outras. Do mesmo modo, os múltiplos tipos de trabalho determinado, concreto, útil, contidos nos diversos corpos de valor, contam agora como tantas outras formas particulares de realização efetiva ou de aparecimento do trabalho humano simplesmente.

## 3. Insuficiências da forma de valor total ou desdobrada

Em primeiro lugar, a expressão de valor relativa da mercadoria está incompleta, pois a série em que se apresenta nunca acaba. A corrente na qual uma equação de valor se junta à outra permanece prolongável sempre a cada novo tipo de mercadoria que surge e que fornece o material para uma nova expressão de valor. Em segundo lugar, ela forma um mosaico multicolor de expressões de valor de diversos tipos desconexos. A insuficiência da forma de valor relativa desdobrada se reflete na forma equivalente que lhe corresponde. Como a forma natural de todo tipo singular de mercadoria é aqui uma forma equivalente ao lado de incontáveis outras formas equivalentes particulares, existem em geral apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui as outras. Do mesmo modo, o tipo de trabalho determinado, concreto, útil, contido em cada equivalente particular das mercadorias, é somente forma particular – portanto, não exaustiva – de aparecimento do trabalho humano. Este possui sua forma de aparecimento completa ou total, de fato, no âmbito conjunto daquelas formas particulares de aparecimento. Mas assim este não possui uma forma uma de aparecimento.

No entanto, a forma de valor relativa desdobrada consiste apenas de uma soma de expressões de valor relativas simples ou equações da primeira forma, como:

20 varas de pano = 1 casaco

20 varas de pano = 10 libras de chá etc.

► A sequência da exposição passa aqui por um momento negativo, em que se explicitam as "insuficiências" da forma específica em que a expressão de valor se encontra. Essencialmente, a "insuficiência" decorre da diversidade das várias expressões de valor individuais: elas não completam nunca o "núcleo das mercadorias", que sempre admite mais uma expressão, e não estabelecem a conexão necessária com esse mundo. A completude e a conexão necessárias só vêm quando se superam a diversidade das expressões de valor na figura lógica de sua oposição.



Mas cada uma dessas equações contém retroativamente a equação idêntica:

1 casaco = 20 varas de pano  
10 libras de chá = 20 varas de pano etc.

De fato, quando um homem troca seu pano por muitas outras mercadorias, expressando daí seu valor em uma série de outras mercadorias, também os muitos outros possuidores de mercadorias devem necessariamente trocar suas mercadorias por pano e, assim, expressar os valores de suas diversas mercadorias em uma mesma terceira mercadoria, no pano. Se invertermos a série, então: 20 varas de pano = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou etc.; isto é, se expressarmos a relação inversa, implicitamente contida na série, obtemos:

### c) Forma valor geral

1 casaco =  
10 libras de chá =  
40 libras de café =  
1 *quarter* de trigo =  
2 onças de ouro = 20 varas de pano  
 $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro =  
x mercadoria A =  
etc. mercadoria =

#### 1. Caráter modificado da forma de valor

As mercadorias apresentam agora seus valores: 1. de modo simples, porque em uma única mercadoria; 2. de

modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma de valor é simples e comum, daí, geral.

As formas I e II chegaram apenas a expressar o valor de uma mercadoria como algo diferente de seu próprio valor de uso ou de seu corpo de valor.

A primeira forma resultou em equações de valor como: 1 casaco = 20 varas de pano, 10 libras de chá =  $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro etc. O valor do casaco foi expresso como um igual a pano, o valor do chá como um igual ao ferro etc.; mas essas expressões de valor do casaco e do chá – um igual a pano ou ao ferro – são tão diversas quanto pano e ferro. Esta forma, na prática, só ocorre manifestamente nos primeiros começos, quando os produtos de trabalho são transformados em mercadoria por troca casual e ocasional.

A segunda forma diferencia tão completamente quanto a primeira o valor de uma mercadoria do seu próprio valor de uso, pois o valor do casaco, por exemplo, agora se defronta com a sua forma natural em todas as formas possíveis, como um igual a pano, um igual ao ferro, um igual ao chá, etc. como tudo o mais, só não como um igual ao casaco. Por outro lado, cada expressão comum de valor das mercadorias é aqui diretamente excluída, pois na expressão de valor de uma mercadoria aparecem agora todas as outras mercadorias apenas na forma de equivalentes. A forma de valor desdobrada ocorre de fato pela primeira vez quando um produto de trabalho, por exemplo, gado, é trocado com diversas outras mercadorias não excepcionais, mas habitualmente.

A forma recém-alcançada expressa os valores do mundo das mercadorias em uma e mesma espécie de

► A exposição inverte a série em que uma mercadoria A é trocada por *n* outras, para uma série em que *n* mercadorias são trocadas pela mercadoria A. Como relação, em vez de uma mercadoria na forma relativa e *n* na de equivalente, temos agora *n* mercadorias na forma relativa e só uma na de equivalente. Essa inversão dos termos da relação é possível porque a expressão do valor é também uma equação, uma igualdade caracterizada pela propriedade de comutativa.

► O gado é considerado produto humano por Marx porque não se trata de animais tal como se encontram na natureza, mas de animais criados por homens, o que altera, eventualmente, até a forma natural desses animais. Além disso, o que interessa não é simplesmente a natureza para além de sua apropriação social, nem tampouco a sociabilidade não relacionada à natureza, e sim a maneira com que uma é mediada pela outra.

mercadoria dele destacada, por exemplo, o pano, e apresenta assim o valor de todas as mercadorias por sua igualdade com o pano. Como um igual a pano, o valor de cada mercadoria agora não é apenas diferente do seu próprio valor de uso, mas de todo valor de uso, e, por isso mesmo, expresso como aquilo comum a todas as mercadorias. Essa forma é a primeira a efetivamente referir as mercadorias umas às outras como valores, fazendo-as aparecer mutuamente como valores de troca.

Ambas as formas anteriores expressam o valor de uma mercadoria, seja em uma única mercadoria de tipo variado, seja numa série de muitas mercadorias dela diversas. Em ambos os casos, por assim dizer, é um assunto privado da mercadoria singular conceder a si uma forma de valor, e ela o realiza sem a participação das outras mercadorias. Diante dela, estas desempenham o papel meramente passivo de equivalente. A forma de valor geral só surge, ao contrário, como obra comum do mundo das mercadorias. Uma mercadoria adquire expressão de valor geral só porque, simultaneamente, todas as outras mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada tipo de mercadoria recém-surgido deve imitá-las. Evidencia-se com isso que a objetividade de valor das mercadorias, por ser a mera "existência social" dessa coisa, também só pode ser expressa mediante a sua referência social multilateral, devendo ser a sua forma de valor, portanto, forma socialmente válida.

Na forma de algo igual a pano, todas as mercadorias aparecem agora não só como qualitativamente iguais, valores em geral, mas ao mesmo tempo como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. Porque elas es-

pelham suas grandezas de valor em um e o mesmo material, em pano, essas grandezas de valor refletem-se mutuamente. Por exemplo, se 10 libras de chá = 20 varas de pano, e 40 libras de café = 20 varas de pano, então, 10 libras de chá = 40 libras de café. Ou: uma libra de café traz embutida apenas  $\frac{1}{4}$  da substância de valor, trabalho, de uma libra de chá.

A forma de valor geral relativa do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, dele excluída, o pano, o caráter de equivalente geral. Sua própria forma natural é a figura de valor geral deste mundo e, portanto, o pano é imediatamente permutável por qualquer outra mercadoria. Sua forma corpórea conta como encarnação visível, como a cristalizada social geral de todo o trabalho humano. A tecelagem, trabalho privado que produz o pano, encontra-se ao mesmo tempo em forma social geral, a forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As incontáveis equações em que consiste a forma de valor geral equiparam o trabalho efetivado no pano à série de trabalhos contidos nas outras mercadorias e, com isso, fazem da tecelagem a forma de aparecimento geral do trabalho humano como tal. Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias se apresenta não só negativamente, como o trabalho no qual todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos são abstraídas. A sua natureza positiva própria vem à tona. Ele é a redução de todos os trabalhos efetivos ao caráter comum a eles de trabalho humano, a dispêndio de força humana de trabalho.

A forma de valor geral, que apresenta os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano

► Na "forma valor geral" o caráter "casual" da troca desaparece por completo porque ocorre por um movimento em que todas as mercadorias, na forma realista, ativamente definem uma outra mercadoria para ser seu equivalente geral. É um movimento do "mundo das mercadorias" e que o configura definitivamente como um "mundo" separado do equivalente geral. As "ir-suficiências" antes registradas estão superadas: qual-quer mercadoria que entre para esse "mundo" deve estabelecer sua conexão com o equivalente geral, completando-se o sistema, que não está mais em aberto. E isso porque agora há tal conexão, isto é, uma oposição entre todas as mercadorias, na forma relativa, e o equivalente geral.

► Embora seja expressão do valor das demais mercadorias, o equivalente geral é ainda uma mercadoria, tendo valor de uso, tendo um corpo físico. E por isso, inclusive, a quantidade de equivalente geral, que apenas vem de sua função social, parece resultar das qualidades físicas desse corpo mesmo, de seu valor de uso. Aqui se esboça o que Marx chamará adiante de "fetichismo do dinheiro".

► É justamente a "encarnação visível" do valor de todas as mercadorias no valor do equivalente que faz com que o valor em geral apareça, que não seja simplesmente negativo como abstração, mas positivo, posto concretamente num corpo. A metáfora religiosa com a "encarnação" de Deus em Cristo prepara novamente a discussão do "fetichismo".

► O "mundo das mercadorias" é constituído pelo trabalho abstrato, pelo trabalho "geral" que permite as trocas. Aparece aqui o diagnóstico crítico da sociedade moderna por Marx.

indiferenciado, mostra, mediante sua própria articulação, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela manifesta que, dentro deste mundo, o caráter humano, geral do trabalho, forma o seu caráter social específico.

## 2. Relação de desenvolvimento da forma de valor relativa e da forma equivalente

Ao grau de desenvolvimento da forma de valor relativa corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente. Porém, e isso deve ser notado, o desenvolvimento da forma equivalente é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da forma de valor relativa.

A forma de valor relativa simples ou singularizada de uma mercadoria faz de uma outra mercadoria o equivalente singular. A forma desdobrada do valor relativo, esta expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras mercadorias, cunha nelas a forma de equivalentes particulares de diversos tipos. Por fim, um tipo especial de mercadoria recebe a forma de equivalente geral porque todas as outras mercadorias fazem dela o material de sua forma de valor unitária, geral.

Mas no mesmo grau em que a forma de valor como tal se desenvolve, desenvolve-se também a oposição entre os dois pólos, a forma de valor relativa e a forma equivalente.

Já a primeira forma – 20 varas de pano = 1 casaco – contém essa oposição, embora não a fixe. Conforme esta equação seja lida de frente para trás ou de trás para a frente, cada um dos dois extremos da mercadoria, como

pano e casaco, encontram-se igualmente ora na forma de valor relativa, ora na forma equivalente. Ainda é preciso um esforço aqui para firmar esta oposição polar.

Na forma II, apenas um tipo de mercadoria de cada vez pode desdobrar totalmente seu valor relativo, ou seja, o tipo mesmo possui forma de valor relativa desdobrada, porque, e na medida em que, todas as outras mercadorias se encontram diante dele na forma equivalente. Aqui não se pode mais inverter os dois lados da equação de valor – como 20 varas de pano = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 1 *quarter* de trigo etc. – sem alterar o seu caráter conjunto e transformá-la de forma de valor total em geral.

A última forma, a forma III, dá por fim ao mundo das mercadorias a forma de valor relativa geral-social, porque, e na medida em que, com uma única exceção, todas as mercadorias a ela pertencentes são excluídas da forma equivalente geral. Uma mercadoria, o pano, encontra-se portanto na forma da permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias, ou, em forma social imediata, porque, e na medida em que, todas as outras mercadorias não se encontram nela.<sup>26</sup>

26. De fato, a forma de permutabilidade imediata geral não aparenta de modo algum que ela é uma forma oposta das mercadorias, tão inseparável da forma de permutabilidade não-imediata quanto a positividade de um pólo magnético em relação à negatividade do outro pólo. Por isso, pode-se imaginar ser possível imprimir a todas as mercadorias ao mesmo tempo o selo da permutabilidade imediata, assim como se poderia imaginar poder fazer de todo católico um papa. Para o pequeno burguês, que vê na produção de mercadorias o *ner plus ultra* da liberdade humana e da independência individual, seria naturalmente muito desejável ser dispensado dos inconvenientes ligados a esta forma, a saber, a permutabilidade não-imediata das mercadorias. O retrato dessa utopia filistina é pintado pelo socialismo de Proudhon que, como eu mostrei em outro lugar, nem mesmo possui o mérito da originalidade, tendo sido muito mais bem desenvolvido >

► Proudhon (1809-1865), anarquista francês de obra longa e importante, influenciou Marx num certo momento de sua juventude, em Paris. Depois Marx rompeu com a perspectiva de Proudhon, associando-se a outros anarquistas, como Bakunin, na crítica de que o socialismo de Proudhon seria "idealista" – perpassado por ideais eternos de justiça – e "pequeno-burguês" – ainda limitado pelo ideal liberal da defesa do indivíduo. A obra de crítica a que Marx alude aqui é a sua *Miséria da filosofia*, publicada em Paris em 1847.

Ao contrário, a mercadoria que figura como equivalente geral é excluída da forma de valor relativa unitária e, daí, geral, do mundo das mercadorias. Se o pano, isto é, uma mercadoria qualquer que se encontre na forma equivalente geral, tiver de participar também, ao mesmo tempo, da forma de valor relativa geral, então ela teria de servir de equivalente para si mesma. Obteríamos então: 20 varas de pano = 20 varas de pano, uma tautologia em que nem valor nem grandeza de valor são expressos. Para expressar o valor relativo do equivalente geral, precisaríamos antes inverter a forma III. Ele [o valor relativo] não possui forma de valor relativa em comum com outras mercadorias, mas seu valor se expressa relativamente na série infinita dos outros corpos de mercadoria. Assim aparece agora a forma de valor relativa desdobrada, ou forma II, como a forma de valor relativa específica da mercadoria equivalente.

### 3. Transição da forma de valor geral para a forma dinheiro

A forma equivalente geral é uma forma do valor como tal. Ela pode, portanto, ser atribuída a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria se encontra na forma equivalente geral (forma III) apenas porque, e na medida em que, é excluída como equivalente por todas

► Gray (1798-1850) e Bray (1809-1895) foram economistas ingleses adeptos de um socialismo derivado de Ricardo, propondo conservar a produção individual de mercadorias mas substituir o dinheiro por um tipo de bônus de trabalho. É a questão que interessa aqui: para Marx é impossível existir produção mercantil sem que surja o dinheiro. O verso com que conclui ironicamente a nota é de *Fausto* de Goethe, 1ª Parte, "Quarto de estudo".

> muito antes dele por Gray, Bray e outros. Isso não impede de hoje em dia grassar em certos círculos aquela sabedoria, com o nome de *science* (ciência). Nunca uma escola alardeou tanto a palavra *science* como a prudoniana, pois

"onde faltam conceitos,  
no momento certo se introduz uma palavra".

as outras mercadorias. E só a partir do instante em que essa exclusão se limita por fim a um tipo específico de mercadoria é que a forma de valor relativa unitária do mundo das mercadorias conquista firmeza objetiva e validade social geral.

O tipo de mercadoria específico, então, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se a mercadoria dinheiro, ou funciona como dinheiro. A sua função social específica, e daí seu monopólio social dentro do mundo das mercadorias, passa a ser o de desempenhar o papel de equivalente geral. Essa posição privilegiada entre as mercadorias, que na forma II figuram como equivalentes particulares do pano e na forma III expressam em comum seu valor relativo em pano, é conquistada historicamente por uma determinada mercadoria, o ouro. Coloquemos então na forma III a mercadoria ouro no lugar da mercadoria pano, e obtemos:

### D) A forma dinheiro

20 varas de pano =  
1 casaco =  
10 libras de chá =  
40 libras de café =                    2 onças de ouro  
1 *quarter* de trigo =  
½ tonelada de ferro =  
x mercadoria A =

Ocorrem alterações essenciais na transição da forma I para a forma II, da forma II para a forma III. Ao contrário, a forma IV não se diferencia em nada da forma

► Com a fixação de uma mercadoria como equivalente geral, também se fixa no outro pólo, o da forma relativa, todo o "mundo das mercadorias". Ele adquire, assim, um caráter sólido, "objetivo", em que já desapareceu toda a "casualidade" e subjetividade antes presentes nas trocas.

III, além de que, no lugar do pano, é o ouro que possui a forma de equivalente geral. O ouro é na forma IV o que o pano era na forma III – equivalente geral. O progresso consiste apenas em que a forma de permutabilidade imediata geral, ou a forma equivalente geral, funde-se agora finalmente à forma natural específica da mercadoria ouro mediante o costume social.

O ouro só aparece diante das outras mercadorias como dinheiro porque antes já se defrontava com elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias, ele funcionava também como equivalente, fosse como equivalente singular em atos singularizados de troca, fosse como equivalente especial ao lado de outras mercadorias-equivalente. Pouco a pouco, ele passou a funcionar em círculos mais estreitos ou mais amplos como equivalente geral. Tão logo ele conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, tornou-se mercadoria-dinheiro, e só a partir do instante em que ele se tornou mercadoria-dinheiro, a forma IV se diferenciou da forma III, ou seja, a forma de valor geral se transformou em forma-dinheiro.

A expressão de valor relativa simples de uma mercadoria, por exemplo, o pano, já com uma mercadoria funcionando como a mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço. A “forma preço” do pano é, portanto:

20 varas de pano = 2 onças de ouro

Ou, se 2 libras esterlinas assumem o nome monetário de 2 onças de ouro,

► Primeira definição de “preço”: o preço é, em geral, apenas o valor de uma mercadoria expresso em dinheiro. No Livro 3 de O capital, essa definição inicial será revista por uma discussão mais complexa da “transformação” do valor em preço, feita mediante a concorrência entre os capitalistas.

20 varas de pano = 2 libras esterlinas.

A dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita a conceber a forma equivalente geral, ou seja, da forma de valor geral como tal, a forma III. A forma III se resolve retroativamente na forma II, a forma de valor desdobrada, e seu elemento constituinte é a forma I: 20 varas de pano = 1 casaco, ou  $x$  mercadoria A =  $y$  mercadoria B. A forma de valor simples é assim o embrão da forma dinheiro.

#### 4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

**A** primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa óbvia, trivial. De sua análise resultou que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e de caprichos teológicos. Como valor de uso, nada há de misterioso nela, tanto se eu a considerar do ponto de vista de que, por suas propriedades, ela satisfaz necessidades humanas, quanto de que ela adquire essas propriedades apenas como produto do trabalho humano. É claro que, por sua atividade, o homem modifica as formas das matérias naturais em modos úteis a ele. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Nem por isso a mesa deixa de ser madeira, uma ordinária coisa sensível. Mas assim que ela irrompe como mercadoria, transforma-se em uma coisa sensível supra-sensível. Ela só mantém os pés no chão, mas se defronta de cabeça para baixo com todas as outras mercadorias e desenvolve em sua cabeça de madei-

► Retomando o começo do texto, a mercadoria parece ser algo homogêneo e “trivial”. Mas como a análise entrou nela a oposição interna entre valor e valor de uso, daí desenvolveu nas sucessivas formas da expressão de valor até chegar ao dinheiro, ela foi se configurando em sua complexidade. O caráter “metafísico” e “teológico” resume os vários momentos anteriores em que já se esboçara o “fetichismo” próprio à mercadoria e a seu “mundo”.

ra cismas muito mais prodigiosos do que se começasse a dançar voluntariamente.<sup>27</sup>

► Momento inicial da exposição do "fetichê": a partir da análise da mercadoria, seria possível bucear a raiz de seu poder social em um dos dois fatores opostos que a formam – valor de uso ou valor. Marx examina as duas possibilidades e conclui que nenhuma, individualmente, explica esse poder social. Será a oposição mesma dos dois fatores que o fará.

O caráter místico da mercadoria não surge, portanto, do seu valor de uso. Tampouco surge do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais diversos que possam ser os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica serem eles funções do organismo humano e cada uma de tais funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, ser dispendio essencial de cérebro, nervo, músculo, sentidos etc. Segundo, quanto ao que está no fundamento da determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispendio ou a quantidade de trabalho, a quantidade é distinguível da qualidade até pelos sentidos. Sob todas as condições, o tempo de trabalho que custa a produção dos meios de vida deve interessar às pessoas, embora não de modo igual em níveis de desenvolvimento diversos.<sup>28</sup> Por fim, tão logo as pessoas trabalhem umas para as outras de um modo qualquer, seu trabalho adquire uma forma social.

De onde surge então o caráter enigmático dos produtos do trabalho assim que eles assumem a forma de mercadoria? Evidentemente, desta forma mesma. A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma coisificada da objetividade igual de valor dos produtos de

► Marx alude aqui ao movimento camponês de libertação do domínio europeu na China, conhecido como Revolução Tai Ping, que ocorreu depois da revolução conservadora às revólucas de 1848 na Europa. A ironia é que, enquanto os europeus passavam a dar mais atenção à religião e a fenômenos como o espiritismo, a revolução na China de fato mostrava a eles a natureza do sobrenatural, ou seja, como é que mesas e cadeiras podem ser postas de pernas para o ar.

27. Lembremo-nos de que a China e as mesas começaram a dançar quando todo o resto do mundo parecia ainda estar em repouso – *voir entourger les autres*.

28. Nota da 2ª edição. Entre os antigos germanos, a grandeza de uma jreira de terra era calculada pelo trabalho de um dia e, daí, a jreira era chamada de trabalho diário (*Tagwerk*, também *Tagwarme*) (*Journal ou Journalis, journalis ou diurnal-its*), *Mannwerk, Mannskraft, Mannsmad, Mannshauet* etc. Cf. Georg Ludwig von Meuser: *Einkleitung zur Geschichte der Mark-, Hof-, usw. Verfassung*, Munique, 1854, p. 129 e seguintes.

trabalho, a medida do dispendio de força humana de trabalho pela sua duração adquire a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, e, finalmente, as relações dos produtores, que devem efetuar seus trabalhos dentro daquelas determinações sociais, adquirem a forma de uma relação social dos produtos de trabalho.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que elas refletem aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos mesmos do trabalho, como propriedades naturais sociais destas coisas e, daí, reflete também as relações sociais dos produtores com o trabalho conjunto como uma relação existente fora deles, entre objetos. Por esse quiproquó, os produtos de trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis suprasensíveis, ou sociais. Assim também a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa fora do próprio olho. Mas, ao olhar, de fato é lançada a luz de uma coisa, um objeto externo, sobre uma outra coisa, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Ao contrário, a forma de valor e a relação de valor dos produtos de trabalho em que ela se apresenta não têm absolutamente nada que ver com a sua natureza física e com as referências de coisa que surgem dessa última. É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assume aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar uma analogia, daí devemos escapar para a região nebulosa do mundo religioso. Aqui os produtos da cabeça humana parecem dotados de vida própria, relacionando-

► Define-se aqui cabalmente o "fetichê": é como se as coisas – no caso, as mercadorias – se movessem por conta própria. Na verdade, porém, elas apenas expressam as relações sociais dos próprios homens que produzem e trocam essas coisas. Se elas o fazem, porém, não é por acaso, mas porque essas relações entre os homens adquiriram a forma historicamente específica em que não ocorrem senão pelo contato das próprias coisas, pela troca das mercadorias. Daí serem elas portadoras dessas relações sociais, isto é, expressarem o lado social do trabalho, que aos próprios produtores aparece como algo puramente privado. Com isso, ocorre um "quiproquó": uma inversão entre o papel social das coisas e das pessoas, do objeto e do sujeito.

se uns com os outros e com os homens em figuras autónomas. Assim se passa no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. Isto eu chamo de fetichismo, que adere aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é inseparável, portanto, da produção de mercadorias.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como já o mostrou a análise precedente, do caráter propriamente social do trabalho que produz mercadorias.

Os objetos de uso tornam-se geralmente mercadorias apenas porque são produtos de trabalhos privados executados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados forma o trabalho conjunto social. Como os produtores entram em contato social só com a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados também só aparecem nessa troca. Ou seja, os trabalhos privados efetivam-se realmente como membros do trabalho conjunto social só através das referências em que a troca transplanta os produtos de trabalho e, por seu intermédio, os produtores. Para esses últimos, as referências sociais de seus trabalhos privados aparecem, por isso, como o que são, isto é, não como relações sociais imediatas das pessoas em seus próprios trabalhos, mas antes como relações coisificadas das pessoas e relações sociais das coisas.

Só dentro de sua troca os produtos de trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensível e diversificada. Esta cisão do produto de trabalho em coisa útil e

coisa de valor efetua-se apenas na prática, tão logo a troca já tenha conquistado importância e extensão suficientes, para que coisas úteis sejam produzidas para a troca e, portanto, o caráter de valor das coisas já seja considerado na sua própria produção. A partir desse instante, os trabalhos privados dos produtores adquirem de fato um caráter social duplo: por um lado, eles devem satisfazer uma determinada necessidade social como trabalhos úteis determinados, e assim se comprovar como membros do trabalho conjunto, do sistema espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores se cada trabalho privado útil particular for permutável por qualquer outro tipo de trabalho privado útil, ou seja, equivalha a ele. A igualdade *toto coelo* (completa) de trabalhos diversos só pode consistir em uma abstração de sua desigualdade efetiva, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados espelha esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas sob as formas em que aparecem no intercâmbio prático, na troca de produtos: o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, portanto, sob a forma em que o produto de trabalho deve ser útil e, na verdade, para outros; o caráter social da igualdade de trabalhos de tipo variado sob a forma do caráter de valor comum dessas coisas materialmente diversas, os produtos de trabalho.

Os homens não referem seus produtos de trabalho uns aos outros como valores, portanto, por essas coisas contarem para eles como simples involúncros coisi-

► As "referências sociais" aqui aparecem não de modo invertido na consciência dos agentes, mas "como o que são". A inversão do papel das coisas e das pessoas não é simplesmente uma ilusão que pudesse ser apagada por uma conscientização desmistificadora, e sim resultado de uma prática social ativa, em que os agentes da troca só se encontram por causa das mercadorias que têm de ser trocadas. Nesse sentido, pode-se falar de uma ilusão real.

► Aqui é retomado o desenvolvimento anterior, sobre as sucessivas formas da expressão do valor, às quais corresponde um desdobramento real que vai desde a troca eventual e esporádica, passando pelas trocas mais frequentes, até que a troca alcança "importância e extensão" para que os produtos já sejam produzidos para o mercado, isto é, como mercadorias. Nesse momento, fica claro que as determinações anteriores — a cisão entre valor de uso e valor, entre forma relativa e equitativa — são realizadas por essa prática mesma, e não por uma abstração subjetiva e cognitiva. O trabalho abstrato não é abstrato por uma operação mental de um sujeito do conhecimento; ele é "abstrato" resulta de uma prática social.

► "O cérebro dos produtores privados" significa o modo como os próprios agentes da produção e da troca percebem o que estão fazendo, refletem sobre sua prática social específica. O interessante é observar que eles podem fazê-lo inventando ou não as determinações dessa realidade, mas sempre por causa da forma inventada dessa mesma realidade.

► Os homens "não o sabem, mas o fazem"; e mesmo quando o sabem, quando fazem a "descoberta científica" dessa inversão, eles continuam agindo dentro do mundo fetichista.

ficados de trabalho humano de tipo igual. Ao contrário. Na medida em que equiparam mutuamente como valores os seus produtos de tipo variado na troca, eles equiparam mutuamente seus diversos trabalhos como trabalho humano. Eles não o sabem, mas o fazem.<sup>29</sup> Não está escrito na testa do valor, portanto, o que ele é. Antes, o valor transforma cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido do hieróglifo, chegar ao segredo de seu próprio produto social, pois a definição dos objetos de valor como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. A descoberta científica tardia de que os produtos de trabalho, na medida em que são valores, são simples expressões coisificadas do trabalho humano dependido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum afugenta a aparência objetiva das características sociais do trabalho. Aquilo que é válido então para esta forma de produção particular, a produção de mercadorias, a saber, que o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes uns dos outros consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter de valor dos produtos de trabalho, aparece para aqueles presos às relações da produção de valor do mesmo modo definitivo antes e depois da descoberta, assim como a decomposição científica do ar em seus elemen-

29. Nota da 2ª edição. Quando Galvani, então, diz: o valor é uma relação entre pessoas - *La ricchezza è una ragione tra due persone* - ele deveria ter acrescentado: uma relação oculta sob um envoltório casual. (Galvani, *Della moneta*, p. 221, t. III, da coleção de Custodi dos *Scrittori Classici Italiani di Economia Politica*, Parte Moderna, Milão, 1803.)

tos permite que perdure a forma do ar como uma forma corpórea física.

O que interessa na prática, antes de tudo, a quem troca produtos, é a questão de quantos produtos estranhos ele vai adquirir com seu próprio produto, ou seja, em quais proporções os produtos se trocam. Assim que essas proporções amadureceram para uma certa estabilidade estabelecida pelo costume, elas parecem surgir da natureza dos produtos do trabalho, de modo que, por exemplo, 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro se equivalem, da mesma maneira que 1 libra de ouro e 1 libra de ferro são igualmente pesadas, apesar de suas distintas propriedades físicas e químicas. De fato, o caráter de valor dos produtos de trabalho só se firma com sua efetuação como grandezas de valor. Estas últimas mudam constantemente, independentemente da vontade, da previsão e do agir dos permutadores. Seu movimento social próprio possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle eles estão, em vez de o controlar. É preciso uma produção de mercadorias completamente desenvolvida antes que da própria experiência brote a compreensão de que os trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros, mas, como membros espontâneos da divisão social do trabalho, por toda parte dependentes uns dos outros, possam ser reduzidos progressivamente à sua medida socialmente proporcional; porque, nas relações de troca casuais e sempre oscilantes de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção impõe-se violentamente, como uma lei natural reguladora, mais ou menos a lei da gravidade, quando a alguém a casa desaba sobre

► Formulação mais desenvolvida do fetichismo, em que as relações sociais não apenas se autonomizam em relação a seus agentes como também os dominam. Elas o fazem porque são mediadas pela relação entre as coisas, que têm o caráter natural. Daí que ocorra a inversão e que esta apareça como uma nova forma em que o homem é dominado pela natureza. Só não é mais uma natureza externa ao homem, e sim uma natureza por ele criada.

► A "medida" se impõe no "mundo das mercadorias" por ser a única forma de socialização dos trabalhos privados, exercidos de modo independente uns dos outros. A única maneira de relacionar esses trabalhos independentes é pela troca de seus produtos, pela fixação de sua "medida" social, o valor.



a cabeça.<sup>30</sup> Por isso, a determinação da grandezza de valor pelo tempo de trabalho é um dos segredos ocultos sob os movimentos aparentes dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta ultrapassa a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de modo algum sua forma coisificada.

A reflexão sobre as formas da vida humana, e assim também a sua análise científica, segue em geral um caminho oposto ao do desenvolvimento efetivo. Começa *post festum* e com os resultados prontos do processo de desenvolvimento. As formas que marcam os produtos de trabalho como mercadorias e que são presupostas, daí, na circulação de mercadorias, possuem já a firmeza de formas naturais da vida social, antes de os homens tentarem se dar conta não do caráter histórico dessas formas, que valem para eles como já imutáveis, mas do seu teor. Assim, foi apenas a análise dos preços das mercadorias que levou à determinação da grandezza de valor, apenas a expressão comunitária em dinheiro das mercadorias que fixou o seu caráter de valor. Mas é justamente essa forma pronta do mundo das mercadorias – a forma dinheiro –, que disfarça em coisas o caráter social dos trabalhos privados e, daí, as relações sociais dos trabalhadores privados, em vez de revelá-los. Quando digo que casaco, botas etc. referem-se a pano como à corporificação de trabalho

30. "O que se deve pensar de uma lei que só pode se impor mediante uma revolução periódica? É mesmo uma lei da natureza, que repousa sobre a falta de consciência dos participantes?" (Friedrich Engels, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*. In: *Anuários Franco-Alemães*, editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844.)

humano abstrato, a loucura dessa expressão salta à vista. Mas quando os produtores de casaco, botas etc. referem essas mercadorias a pano – ou a ouro e a prata, o que em nada altera a questão – como ao equivalente geral, a referência de seus trabalhos privados ao trabalho conjunto social aparece para eles exatamente nessa forma enlouquecida.

Formas desse tipo constituem até as categorias da economia burguesa. São as formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas, para as relações de produção desse modo de produção social historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e o fantasmagórico que enevoam os produtos do trabalho sobre a base da produção de mercadorias, portanto, desaparece prontamente assim que nos refugiamos em outras formas de produção.

Como a economia política gosta de *robinsonadas*,<sup>31</sup> aparece primeiro Robinson em sua ilha. Apesar de modesto por criação, ele tem de satisfazer necessidades de diversos tipos e deve então realizar trabalhos úteis de diversos tipos, fazer ferramentas, fabricar móveis, domestificar lhamas, pescar, caçar etc. De orações e coisas semelhantes não falamos aqui, pois nosso Robinson encontra

31. Nota da 2ª edição. Também Ricardo não passa sem sua robinsonada. "Ele faz o pescador primitivo e o caçador primitivo logo trocarem peixe e caça como possuidores de mercadorias, em proporção ao tempo de trabalho objetivado nestes valores tocados. Nesta ocasião ele cai no anacronismo de que o pescador primitivo e o caçador primitivo, para o cálculo de seus instrumentos de trabalho, recorrem à tabela anual em curso na Bolsa de Londres de 1817. Os paralelogramos do Sr. Owen parecem ser a única forma social que ele conhece além da burguesa" (Karl Marx, *Zur Kritik*, p. 38, 39).

► Não são as "categorias" da disciplina que estuda a economia real, a economia política, que inventam a forma do capitalismo. Elas são "válidas" e "objetivas" no sentido de aprender uma inversão que ocorre na realidade mesma: é esta que opera a inversão, depois apenas representada no pensamento econômico.

► As "robinsonadas" têm relação com a figura de Robinson Crusoe, que permite aos economistas liberais imaginar o indivíduo como o começo da sociedade, como se esta fosse estabelecida por um ato de adesão por parte de indivíduos autônomos e preexistentes.

► Owen (1771-1858), economista inglês, imaginou uma sociedade utópica que regularia a distribuição da terra por paralelogramos, associando essa forma geométrica à justiça social.

► Max Wirth (1822-1900), economista inglês, cuja obra era incluída por Marx na rubrica da economia "vulgar".

nisso seu prazer e considera atividades assim como repouso. Apesar da diversidade de suas funções produtivas, ele sabe que elas são somente formas diversas de ocupação do mesmo Robinson, ou seja, somente modos diversos do trabalho humano. A própria necessidade o obriga a distribuir seu tempo precisamente entre as suas diversas funções. Se uma delas toma mais e a outra, menos espaço em sua atividade total, depende da maior ou menor dificuldade que tem de superar para conseguir o efeito útil pretendido. A experiência lhe ensina isso, e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro-ração, tinta e pena, começa logo, como bom inglês, a escriturar a si mesmo. O seu inventário contém um índice de objetos de uso que ele possui, das diversas operações requeridas para a sua produção e, por fim, do tempo de trabalho que em média custam a ele quantidades determinadas desses diversos produtos. Todas as referências entre Robinson e as coisas que formam a riqueza criada por ele mesmo são aqui tão simples e transparentes que até o sr. M. Wirth pode entendê-las sem especial esforço intelectual. E, no entanto, aí estão contidas todas as determinações essenciais do valor.

Desloquemo-nos agora da luminosa ilha de Robinson para a tenebrosa Idade Média europeia. Em lugar do homem independente, encontramos todos dependentes – servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e sacerdotes. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as esferas de vida construídas sobre ela. Mas até porque relações de dependência pessoal formam a base social dada, produtos e trabalhos não precisam adotar uma figura fantásti-

ca, diversa de sua realidade. Eles entram no mecanismo social como serviços naturais e rendimentos naturais. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não a sua generalidade, como sobre a base da produção de mercadorias, é aqui sua forma social imediata. O trabalho servil é medido pelo tempo tanto quanto o trabalho produtor de mercadorias, mas qualquer servo sabe que é um *quantum* determinado de sua força de trabalho pessoal que ele depende no serviço de seu senhor. O dízimo prestado ao padre é mais claro que a bênção do padre. Qualquer que seja a forma como se julgam as máscaras em que os homens se defrontam aqui, as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem de todo modo como suas próprias relações pessoais e não distorcidas de relações entre coisas, os produtos de trabalho.

Para a investigação do trabalho comum, isto é, imediatamente socializado, não temos de recuar para sua forma espontânea, tal como encontrada no limiar da história de todos os povos civilizados. A indústria patriarcal rural de uma família camponesa, que produz grãos, gado, fô, pano, roupas para as próprias necessidades, forma um exemplo mais próximo. Essas coisas diversas se defrontam à família como produtos diversos de seu próprio trabalho familiar, mas não a si mesmas reciprocamente como mercadorias. Os diversos trabalhos que geram esses produtos, lavoura, criação de gado, fabricação, tecelagem, alfataria, são funções sociais em sua forma natural, porque funções da família, que possui sua própria e espontânea divisão do trabalho tanto quanto a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e de idade, bem como as condições naturais do trabalho que mu-

► No sistema feudal não há fetichismo, ao contrário do que acontece no sistema mercantil capitalista, pois o caráter social do trabalho já se revela nas relações pessoais, diretas, entre os produtores. Não há necessidade de mediação dessas relações por relações entre coisas. Não é nestas que aparece a dimensão social do trabalho, mas já "em sua particularidade". A troca de mercadorias e, por isso, o trabalho abstrato, não é central para essa forma de socialidade.

► Os produtos semi-acabados circulam pelas mãos dos diversos membros da família, que dividiram entre si o trabalho, como produtos semi-acabados que serão divididos entre todos mais tarde, e não como mercadorias que uns vendem e compram aos outros. É o contrário da divisão mercantil capitalista do trabalho.

dam com as estações do ano, regulam a sua divisão entre a família e o tempo de trabalho dos membros singulares da família. Mas o dispêndio das forças de trabalho individuais, medidas pelo tempo de trabalho, aparece aqui desde o começo como determinação social dos próprios trabalhos, pois as forças de trabalho individuais atuam desde o começo como órgãos da força de trabalho comum da família.

► Este é um dos raros textos em que Marx explica sua concepção de uma organização social comunista. Em geral, ele deixa tal tarefa para aqueles que forem realizar essa organização, e trata de se concentrar na análise crítica do sistema que tinha diante dos olhos, o capitalismo.

Imaginemos, por fim, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunitários e dependem conscientemente suas muitas forças de trabalho individuais como uma força de trabalho social. Todas as determinações do trabalho de Robinson se repetem aqui, só que social e não individualmente. Todos os produtos de Robinson eram exclusivamente seu produto pessoal e, por isso, imediatamente objetos de uso para ele. O produto conjunto da associação é um produto social. Uma parte desse produto servirá novamente como meio de produção. Ele permanece social. Mas uma outra parte será gasta como meio de vida pelos membros da associação. Deve ser dividida entre eles, portanto. O tipo dessa divisão mudará com o próprio tipo particular de organismo de produção social e o correspondente nível de desenvolvimento social dos produtores. Só como paralelo com a produção de mercadorias, supunhamos que a cota de meios de vida de cada produtor seja determinada por seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenharia, assim, um duplo papel. Sua divisão social planejada regula a proporção entre as diversas funções de trabalho e as diversas necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve ao

mesmo tempo de medida da cota individual dos produtores no trabalho conjunto e, daí, também na parte individualmente gasta do produto total. As referências sociais das pessoas a seus trabalhos e a seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentes, tanto na produção como na distribuição.

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação de produção social em geral consiste em comportar-se para com seus produtos como mercadorias, ou seja, como valores, e em referir seus trabalhos privados uns aos outros sob essa forma coisificada como trabalho humano igual, o cristianismo é a religião mais adequada, com seu culto do homem abstrato, especialmente, com seu desenvolvimento burguês, no protestantismo, no deísmo etc. Nos modos de produção da velha Ásia ou da Antiguidade, a transformação dos produtos em mercadoria e, por isso, a existência dos homens como produtores de mercadorias desempenha um papel subordinado, que se torna mais significativo, porém, quanto mais a comunidade entra no estágio de seu declínio. Povos propriamente comerciais existiam apenas nos intermundos do mundo antigo, como os deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aquelas velhos organismos de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o burguês, mas repousam seja na imaturidade do homem individual, que ainda não havia se desprendido do cordão umbilical do nexo natural com os outros do mesmo gênero, seja em relações imediatas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um nível baixo de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações

► Mais do que o planejamento, o fundamental nesta sociedade é a "transparência" da dimensão social do trabalho, ou seja, que seus membros sabem imediatamente de sua inserção social pelo trabalho exercido por cada um, isso se relaciona criticamente com a opacidade do fetiche capitalista.

► Epicuro (c. 341-270 a.C.), filósofo grego, concebia a existência dos deuses como algo secundário, nos interesses do mundo e sem nenhuma influência sobre a vida dos homens.

Esta é a primeira vez que Marx trata da divisão social do trabalho.

► Aqui fica clara a ligação entre a crítica à religião e ao fetiche da mercadoria, já expresso na página anterior, quando da referência ao culto cristão do "homem abstrato", num tipo de abstração correspondente ao trabalho e do valor. É a mediação da sociabilidade pelo intercâmbio de coisas que dá a ela ao mesmo tempo, um caráter natural e de poder sobrenatural, alheio à dimensão pessoal do trabalho e da vida dos indivíduos. O "controle consciente e planificado" da produção, o fim do fetichismo, levará naturalmente para o fim do "fetiche religioso".

► Desist de Tracy (1754-1836), filósofo e economista francês, relaciona uma teoria sensorial do conhecimento com a teoria econômica do valor, na base do valor utilidade, sendo por isso considerado "vulgar" por Marx.

correspondentemente limitadas dos homens em seus processos materiais de produção de vida, ou seja, uns com os outros e com a natureza. Essa restrição efetiva se espelha idealmente nas antigas religiões naturais e populares. O reflexo religioso do mundo efetivo só pode deparar, em geral, quando as relações no mecanismo da vida prática cotidiana se apresentarem para os homens diariamente como referências transparentes e racionais de uns com os outros e com a natureza. A figura do processo de vida social, isto é, do processo de produção material, despira o seu véu de nevoa mística apenas quando se colocar como produto de homens livremente socializados e sob seu controle consciente e planificado. Para isso, no entanto, é preciso uma base material para a sociedade ou uma série de condições de existência material, que são, elas mesmas, o produto espontâneo de uma história de desenvolvimento longo e penoso.

A economia política analisou, de fato, embora de modo incompleto,<sup>32</sup> o valor e a grandeza de valor e des-

32. O insuficiente na análise da grandeza de valor por Ricardo - e ela é a melhor - será examinado no terceiro e no quarto livros deste escrito. No que concerne em geral ao valor, porém, a economia política clássica em parte alguma diferencia expressamente e com clara consciência o trabalho, tal como se apresenta no valor, do mesmo trabalho, tal como se expõe no valor de uso do seu produto. É claro que ela faz de fato a diferença, pois considera o trabalho ora quantitativa, ora qualitativamente. Mas não lhe ocorre que a diferença meramente quantitativa dos trabalhos pressupõe a sua unidade ou igualdade qualitativa, ou seja, sua redução a trabalho humano abstrato. Por exemplo, Ricardo se declara de acordo com Destutt de Tracy, quando este diz: "como é seguro que nossas capacidades corporais e intelectuais são a nossa única riqueza original, o uso dessas capacidades, um certo tipo de trabalho, é nosso tesouro original, é este uso, sempre, que cria todas aquelas coisas que chamamos de riqueza (...). Além disso, é sabido que em todas aquelas coisas apenas se apresenta o trabalho que as criou, e se têm um valor, ou mesmo dois valores distintos, elas só podem tê-lo pelo do (valor do) trabalho de que elas resultam". (Ricardo, *The Principles of pol. econ.*, 3ª ed. London, 1821, >

cobriu o conteúdo entranhado nessas formas. Ela jamais nem sequer propôs a questão de por que esse conteúdo assume aquela forma, por que então o trabalho se apresenta no valor e a medida do trabalho pela sua duração, na grandeza do produto de trabalho?<sup>33</sup> Fórmulas em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social na qual o processo de produção domina o homem, e ainda não o homem o processo de produção, valem para a sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão óbvia quanto o próprio trabalho produtivo. Formas pré-burguesas do organismo de produção social

> p. 334). Sugerimos apenas que atribui a Destutt o seu próprio sentido mais profundo. De fato, Destutt diz, por um lado, que todas as coisas que formam a riqueza "representam o trabalho que as criou" mas, por outro lado, que elas obtêm seus "dois valores diferentes" (valor de uso e valor de troca) do "valor do trabalho". Ela cai com isso na superficialidade da economia vulgar, que pressupõe o valor de uma mercadoria (aqui, o trabalho), para daí determinar retroativamente o valor das outras mercadorias. Ricardo o lê de modo que, tanto no valor de uso quanto no valor de troca, é trabalho (e não valor do trabalho) que se apresenta. Ele mesmo distingue tão pouco o caráter ambíguo do trabalho, expresso duplamente, que em todo o capítulo "Value and riches, their distinctive properties" ele tem de se debater pensosamente com as trivialidades de um J. B. Say. No fim, daí, ele fica totalmente surpreso que Destutt de fato concorde com ele sobre o trabalho como fonte de valor e, no entanto, também com Say, sobre o conceito de valor.

33. Uma das principais falhas da economia política clássica é nunca ter conseguido encontrar a forma do valor, que faz dele valor de troca, a partir da análise da mercadoria e especialmente do valor das mercadorias. Justo em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata da forma de valor como algo totalmente indiferente ou externo à natureza da própria mercadoria. O motivo não é simplesmente que a análise da grandeza do valor absorveu toda a sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês, que por ela se caracteriza como um tipo particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo como histórico. Se ela for erroneamente tomada como a forma natural eterna da produção social, então se passará por cima necessariamente também do específico da forma de valor, ou seja, da forma mercadoria, desenvolvida a seguir na forma dinheiro, forma capital etc. Daí encontrarem-se, entre os economistas que coincidem completamente sobre a medida da grandeza de valor pelo tempo de trabalho, as representações mais embaralhadas e contraditórias do >

► Esta passagem e a nota 33 evidenciam que Marx vem entendendo por "forma", desde o começo, a forma de relações sociais, que se generalizam apenas no mundo moderno.

► Say (1767-1832), economista francês citado aqui ao lado de Destutt de Tracy no quadro da discussão da teoria do valor. Ricardo teria concordado com ambos sem perceber bem que não estavam comprometidos com o valor trabalho, tal como ele. Para entender o ponto, é crucial recordar que trabalho abstrato e trabalho útil não são dois trabalhos diferentes, para Marx, e sim duas dimensões do mesmo trabalho.

► A "forma mais abstrata" é real e não produto da mente do estúpido, e é a "mais geral", separando-se por todo o mundo capitalista. Por isso o presente texto começa por ela (cf. nota 1).

são consideradas por ela, assim, do mesmo modo como os padres da Igreja consideram as religiões pré-cristãs<sup>82</sup>

Quanto se ilude uma parte dos economistas pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias, ou pela aparência objetiva das determinações sociais de trabalho, demonstra, entre outras coisas, a tediosa disputa sobre o papel da natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é um determinado estilo social de expressar o trabalho empregado em uma coisa, ele não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação do câmbio.

Como a forma de mercadoria é a forma mais geral e não-desenvolvida da produção burguesa, e por isso irrompe cedo, embora não na mesma maneira dominante e característica de hoje em dia, o seu caráter de fetiche parece ainda relativamente fácil de penetrar. Em formas mais concretas desaparece mesmo essa aparência de

> dinheiro, isto é, da figura pronta do equivalente geral. Isso salta à vista, por exemplo, no tratamento do sistema bancário, em que não são suficientes as definições de lugar-comum sobre o dinheiro. Em oposição a isso, surgiu então um sistema mercantilista restaurado (Ganilh etc.), que vê no valor apenas a forma social ou, melhor ainda, apenas a sua aparência sem substância. – Para registrar, de uma vez por todas, eu entendo por economia política clássica toda a economia desde W. Petty que investigou o nexo interno das relações de produção burguesas, por oposição à economia vulgar, que se debateu apenas dentro do nexo aparente. Já, ruminando sempre de novo um entendimento plausível dos fenômenos mais grosseiros, por assim dizer, e um uso doméstico burguês do material há muito fornecido pela economia científica, mas que no geral se limitou a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as representações banais e pretensiosas que os agentes da produção burguesa têm do seu próprio melhor dos mundos.

Os economistas se comportam de um modo estranho. Existem para eles dois tipos de instituição, artificiais e naturais. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia, naturais. Eles se igualam nisso aos teólogos, que diferenciavam também dois tipos de religião. Cada religião que não seja a sua, é uma invenção dos homens, enquanto a sua própria religião é uma revelação >

simplicidade. De onde vêm as ilusões do sistema monetário? Ele não considerava que, como dinheiro, no ouro e na prata se apresentava uma relação de produção social, mas como forma de coisas naturais com propriedades sociais extravagantes. E a economia moderna, que desdenha ateneira do sistema monetário, não é palpável o seu fetichismo, tão logo ela passa a tratar do capital? Faz muito tempo que desapareceu a ilusão fisiocrática de que a renda da terra brota do solo e não da sociedade?

Contudo, para não antecipar, é suficiente aqui um exemplo ainda referente à própria forma mercadoria. Pudessem as mercadorias falar, elas diriam: “nosso valor de uso pode interessar às pessoas. Isso não nos compete como coisas. O que nos compete como coisas é o nosso valor. Nossa própria circulação como coisas mercantis

> de Deus – Com isso, houve uma história, mas não há mais nenhuma” (Karl Marx, “Maître de la philosophie. Réponse à la philosophie de la maître de M. Proudhon” 1847, p. 113). Verdadeiramente engraçado é o senhor Bastiat, que imaginou que os antigos gregos e romanos teriam vivido somente do roubo. Mas quando se vive por muitos séculos de roubo, tem de haver sempre algo que roubar, ou tem de se reproduzir continuamente o objeto do roubo. Parece, portanto, que também os gregos e os romanos tinham um processo de produção, ou seja, uma economia, que formava totalmente assim a base material de seu mundo, como a economia burguesa forma o mundo atual. Ou talvez Bastiat pense que um modo de produção que se assenta em trabalho escravo repouse sobre o roubo? Ele se coloca então sobre terreno perigoso. Se um gigante do pensamento como Aristóteles errou na sua avaliação do trabalho escravo, por que um economista anão como Bastiat acertaria na avaliação do trabalho assalariado? – Aproveito esta oportunidade para retilhar rapidamente uma objeção que me foi feita por um jornal tonto-americano quando da publicação de meu escrito *Para a crítica da economia política*, em 1859. Ele dizia que a minha visão de que o modo de produção determinado e as relações de produção a cada vez correspondentes a ele, em suma, de que “a estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e que corresponde a formas de consciência social determinadas”, de que “o modo de produção da vida material condiciona em geral os processos da vida social, política e intelectual” – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde os interesses materiais dominam, >

82 Marx alude aqui ao fetichismo do dinheiro e ao do capital, desdobramento do fetichismo da mercadoria, que ele analisará na sequência do livro. Com a maior complexidade das formas do sistema, ganha também em complexidade o fetichismo, cada vez mais poderoso no comando das relações sociais e, simultaneamente, mais oculto à visão cotidiana.

demonstra-o. Nós nos referimos umas às outras apenas como valores de troca". Escute-se então como o economista proclama a alma da mercadoria:

O valor (valor de troca) é uma propriedade das coisas; a riqueza, dos homens. Nesse sentido, o valor implica necessariamente a troca; a riqueza (valor de troca), não.<sup>35</sup> A riqueza (valor de uso) é um atributo do homem, o valor é um atributo das mercadorias. Um homem, ou uma comunidade, é rico; uma pérola, ou um diamante, é valiosa... Uma pérola, ou um diamante, é valiosa como uma pérola ou diamante.<sup>36</sup>

Até hoje nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes. Mas os descobridores econômicos dessa substância química, que reivindicam especial profundidade crítica, acham que o valor de uso das

► Nesta passagem aparece uma formulação do materialismo histórico mais completa do que aquela em que normalmente ele é definido até em parte da tradição marxista. A dimensão econômica não é sempre predominante na história; esse papel pode caber à dimensão religiosa ou à política etc. Mas o que as determina, neste caso, como formas predominantes, é a forma mais geral de "ganhar a vida", a expressão social da vida como atividade, o que em si não coincide exatamente com o que se chama de "econômico" no mundo moderno.

> mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas ou Roma, dominadas pela política. Inicialmente, é de estranhar que alguém queira supor permanecer desconhecido de alguém esse famigerado palavrotório sobre a Idade Média e o mundo antigo. Do mesmo modo como é claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo da política. A maneira como eles ganhavam a vida, ao contrário, esclarece por que há a política, aqui o catolicismo, desempenhou o papel principal. É preciso, aliás, pouca familiaridade com a história da república romana, por exemplo, para saber que a história da propriedade fundaria constitui a sua história secreta. Por outro lado, já Dom Quixote pagou pelo erro de julgar a cavalaria andante compatível com todas as formas econômicas da sociedade.

35. *Value is a property of things, riches of man. Value, in this sense, necessarily implies exchanges, riches of man.* ("Observations on some verbal disputes in pol. econ., particularly relating to value, and to supply and demand". London, 1831, p. 16)

36. *Riches are the attribute of man, value is the attribute of commodities. A man or a community is rich, a pearl or a diamond is valuable (...). A pearl or a diamond is valuable as a pearl or diamond* (S. Bailey, op. cit., p. 165 et passim).

coisas é independente das suas propriedades de coisa, e que, ao contrário, o valor é atribuído a elas como coisas. O que se comprova aqui é a circunstância estranha de que o valor de uso das coisas se realiza para os homens sem troca, ou seja, na relação imediata entre coisa e homem; e que o seu valor, ao contrário, só na troca, isto é, em um processo social. Quem não se lembrará aqui do bom Dogberry ensinando ao vigia Seacoal?

Ser um homem de boa aparência é um dom das circunstâncias, mas saber ler e escrever vem da natureza.<sup>37</sup>

37. O autor das *Observations* e S. Bailey acusam Ricardo de ter transformado o valor de troca de algo apenas relativo em algo absoluto. Ao contrário. Ele reduziu a relatividade aparente que essas coisas, pérolas e diamantes, possuem como valores de troca, à relação verdadeira oculta por trás da aparência, à sua relatividade de meras expressões de trabalho humano. Se os ricardianos respondem de modo rude, mas não contundente, a Bailey, é só porque não encontraram no próprio Ricardo nenhuma instrução sobre o nexo interno entre valor e forma de valor, ou valor de troca.

► A referência de Marx é aos personagens citados do 3º ato, cena 3, de *Muito barulho por nada*, de Shakespeare. Com a ironia da passagem, ele expõe a inversão em que alguns economistas refletem a inversão da própria realidade do "mundo das mercadorias": o elemento natural aparece como se fosse "circunstância" social, ao passo que o elemento social aparece como se fosse natural. Ou, ainda, a boa "aparência" é definida pela "circunstância", ou seja, a forma de aparecimento é secundária e não relacionada à natureza, à essência das coisas; daí esses economistas não conseguirem enxergar o valor de troca como forma de aparecimento do valor, interno à mercadoria.

## Biografia

# Karl Marx: intelectual e militante



Quando Karl Marx nasceu, em 1818, a Alemanha era dividida em vários Estados relativamente independentes, muitos deles dominados por uma ordem social aristocrática. Não era bem o caso da Renânia, onde se situava sua cidade natal, Treves, em que se notava o desenvolvimento comercial e manufatureiro e, daí, a emergência social e política de uma classe burguesa. Filho de judeus, Marx, ainda criança, viu-se convertido ao cristianismo pelo pai e, talvez por isso, a religião nunca o atrairia. Também por influência paterna, foi estudar direito na Universidade de Bonn, de onde se transferiu para Berlim.

Por volta de 1840, o jovem Marx se envolveu no ambiente intelectual decisivo para sua vida. Conheceu o pensamento de Hegel, hegemônico naquele momento no mundo acadêmico alemão, e começou a estudar filosofia. Ligou-se a um grupo de críticos de Hegel, conhecido como o dos “jovens hegelianos”, que recusava o alegado idealismo do mestre e procurava recuperar a dimensão crítica de sua visão de mundo. Era a chamada *thalética*, que visava refletir numa lógica precisa a forma conflituosa e contraditória da realidade natural e humana. Vários dos “jovens hegelianos”, Marx inclusive, conceberam o

projeto de atuar dessa perspectiva no plano do debate filosófico e também no político, com o claro objetivo de transformar a situação conservadora em que se achavam a Prússia e o restante da Alemanha.

Nos anos seguintes, Marx trabalhou como jornalista e agitador político, sofrendo perseguições e sucessivos exílios a Paris, Bruxelas e, por fim, Londres. Nesse ínterim, casou-se com a namorada de adolescência, Jenny von Westphalen, conheceu o amigo e colaborador de toda a vida, Friedrich Engels, tornou-se comunista em Paris num círculo de intelectuais franceses e alemães, escreveu artigos radicais sobre a revolução social para associações de trabalhadores.

Aos poucos, sua crítica à sociedade civil burguesa deixou de mirar o Estado e seu ordenamento jurídico para se concentrar no sistema econômico. Marx estudou a obra dos principais economistas da época, sobretudo depois de sua mudança definitiva para Londres, por volta de 1850, e projetou escrever uma “crítica da economia política”. Para tanto, pesquisou dedicadamente por duas décadas e, como coroação de muitos escritos que não chegou a publicar, lançou em 1867 o primeiro volume de sua obra decisiva, *O capital*. Os outros dois só seriam publicados após a sua morte pelo amigo Engels.

Sem nunca abandonar os temas políticos imediatos, Marx participou ativamente da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1871) e interveio no debate em torno do movimento operário e da revolução comunista. O objetivo juvenil de alterar a ordem política na Prússia e na Alemanha logo se ampliou e aprofundou: tratava-se de contribuir com os trabalhadores, que deveriam transformar o modo de vida moderno, substituindo revolucionariamente o sistema capitalista por uma sociedade sem classes, e em escala mundial. Acompanhou-o nessa tarefa a visão crítica que herdara da dialética hegeliana, organizando os conceitos com que diagnosticava os conflitos do mundo capitalista e os impasses de todo aquele que tentasse pensá-lo de modo harmônico.

Marx morreu em Londres, em 1883. Sua obra, em grande parte publicada mais tarde, gerou enorme debate, serviu de inspiração e de justificativa para movimentos e regimes políticos bem diversos e continua a provocar inquietação.

## Bibliografia selecionada

### Obras de Marx

Marx deixou ampla obra, publicada de modo completo em dezenas de volumes de duas edições alemãs: a Marx-Engels Werke e a Marx Engels gesamt Ausgabe. Em português há muita coisa traduzida, dentre as quais são imprescindíveis:

- A Ideologia Alemã. I - Feuerbach*, 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.  
*Manifesto comunista*, 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.  
*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.  
*O capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).  
*Manuscritos econômico-filosóficos*, São Paulo: Boitempo, 2004.

### Obras de comentadores

- BELLUZZO, Luis G. de M. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.  
CURTIS, A.; HINDESS, B.; HINER, P.; HUSSAIN, A. *O capital de Marx e o capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.  
DOVA, Maurice. *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.  
FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (vol. 1.); São Paulo: Brasiliense, 1987 (vol. 2); São Paulo, Editora 34, 2002 (vol. 3).  
GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.  
\_\_\_\_\_. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.  
GRESBAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1998.  
LURÁCS, Géörgy. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.  
MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.  
ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital de Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

lado, a análise dos vários elementos que compõem a mercadoria leva à revelação de que as relações sociais se formam em torno da produção e da troca: é por causa da mercadoria que os produtores, os comerciantes e os consumidores se encontram e se associam.

Em meio a várias passagens preciosas neste texto, uma das grandes descobertas do autor é que as mercadorias acabam parecendo para os homens dotadas de vida própria. Assim, ocorre uma inversão entre o papel social das coisas e o das pessoas, ou seja, do objeto (mercadoria) e do sujeito (ser humano). Ele chamou esse fenômeno de "fetichismo", conceito que constitui o núcleo da crítica que Marx faz à economia política.

Este volume faz parte da coleção Ensaícos Comentados, na qual um grande especialista no autor ou no tema explica ao leitor os pontos mais difíceis e complexos do texto, os principais conceitos abordados, a terminologia empregada. Em "A mercadoria", a tarefa cabe a Jorge Gresban, economista, historiador, professor da Universidade de São Paulo e estudioso da obra de Karl Marx.